

CRESCER JUNTOS NA UNIDADE E NA MISSÃO

Construído em 40 anos de diálogo anglicano-católico romano

Uma declaração conjunta da Comissão Internacional Anglicana/ Católica Romana para a Unidade e a Missão (IARCCUM)

PREFÁCIO

Em maio de 2000, o arcebispo de Canterbury, Dr. George Carey, e o Presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, Cardeal Edward Cassidy, promoveram um encontro de bispos de nossas duas Comunhões em Mississauga, no Canadá, para buscar um modo de impulsionar a continuidade do relacionamento entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica.

Foi um encontro cheio de esperança pelo futuro relacionamento entre as duas Comunhões, marcado pelo reconhecimento do quanto já partilhamos em nossa fé cristã e vida eclesial. No final de nosso encontro, os bispos aceitaram que uma nova entidade fosse estabelecida para promover o nosso relacionamento, buscando traduzir nosso manifesto acordo na fé para a vida em comum e a missão. Essa comissão seria bem diferente do diálogo teológico já existente na Comissão Internacional Anglicana/ Católica Romana (ARCIC). Foi pensada como uma comissão de bispos que se centrariam nos consensos percebidos pela ARCIC, precisamente para visualizar como eles nos compelem ao testemunho conjunto e à missão no mundo.

A Comissão Internacional Anglicana/ Católica Romana para a Unidade e Missão (IARCCUM) foi estabelecida em 2001 e seu trabalho desde então tem sido implementar o plano de missão aceito em Mississauga. A força dos acontecimentos, particularmente no que diz respeito a dificuldades na vida da Comunhão Anglicana, teve impacto no trabalho da Comissão: algo sobre esse impacto está detalhado no parágrafo 6.

Esta não é uma declaração com a autoridade da Igreja Católica Romana ou da Comunhão anglicana. O que é oferecido pela IARCCUM aqui é uma declaração que pretende estimular discussão e reflexão. No entanto, é mais do que isso: é um chamado à ação, baseado numa honesta avaliação do que foi conseguido em nosso diálogo. Apesar de nossa atual “comunhão imperfeita”, sentimos que existe suficiente campo comum para levar a sério maneiras de trabalhar em conjunto.

IARCCUM, enquanto comissão episcopal, está oferecendo sugestões práticas sobre a maneira como a participação anglicana e católica romana pode ser adequadamente apoiada e levada adiante. Embora este texto tenha sido preparado por bispos e seja dirigido primeiramente aos bispos, espera-se que os bispos, por sua vez, envolvam o clero e o laicato na resposta aos desafios colocados no texto, de maneira adequada às circunstâncias locais. São 40 anos desde que o arcebispo Michael Ramsey fez a primeira visita formal de um Arcebispo de Canterbury ao Papa, que no caso era Paulo VI, desde a Reforma. Por trás das divisões da Reforma estão mil e quinhentos anos de fé e testemunho. O tempo está maduro para uma reflexão, que leve a uma ação mais intensa. Como co-presidentes da IARCCUM recomendamos este documento para estudo e ação em conjunto, e pedimos que o Espírito Santo de Deus continue a nos mover cada vez mais para aquela unidade pela qual Cristo orou e pela qual anglicanos e católicos anseiam.

+John Bathersby, Arcebispo de Brisbane, Co- presidente católico romano
+David Beetge, Bispo de Highveld, Co- presidente anglicano
Festa de São Francisco, 4 de outubro de 2006

PARTE UM

OS RESULTADOS DO DIÁLOGO TEOLÓGICO ANGLICANO/ CATÓLICO

Introdução: Compromisso com a unidade e a missão

1. Anglicanos e Católicos Romanos¹ concordam que Deus quer a unidade visível de todo o povo cristão e que tal unidade é, em si mesma, parte de nosso testemunho. Nossas Igrejas partilham um compromisso de trabalhar para essa unidade na verdade, pela qual Cristo orou (Jo 17). Expressamos isso em nossas próprias declarações internas e, desde 1966, papas e arcebispos de Canterbury têm reafirmado em suas Declarações Comuns esse objetivo da restauração da unidade visível e da plena comunhão eclesial.²

2. Foi com esse objetivo em mente que em 1966 o Papa Paulo VI e o Arcebispo Michael Ramsey pediram o estabelecimento de um diálogo teológico. Desde então, a Comissão Internacional Anglicana/ Católica Romana (ARCIC) tem produzido uma série de declarações conjuntas a respeito de temas sobre os quais um acordo é necessário se as Comunhões forem viver em unidade visível. A primeira série de declarações, publicada em conjunto com o título “Relatório Final”, cobria os campos da Eucaristia, ministério e ordenação e autoridade.³ O *Relatório Final* foi apresentado às autoridades de ambas as Comunhões e recebeu resposta oficial. A Comunhão Anglicana reconheceu as declarações sobre Eucaristia e ministério como “compatíveis em substância com a fé dos anglicanos”.⁴ Uma resposta inicial católico- romana pediu que se continuasse o trabalho nessas duas áreas.⁵ Esclarecimentos preparados por uma sub comissão da ARCIC foram depois considerados pela Igreja Católica Romana como tendo fortificado grandemente o acordo em relação a essas áreas.⁶ Ambas as Comunhões reconhecem convergência na área da autoridade, ao mesmo tempo que admitem, como a própria ARCIC tem feito, que temas significativos continuam precisando ser abordados.⁷ Em sua segunda fase, a ARCIC continuou na busca por mais acordos na fé, a respeito de salvação e justificação, eclesiologia, moral, autoridade e o lugar de Maria na vida da Igreja. Esses documentos ainda não receberam uma avaliação oficial por parte das Igrejas.⁸ Através desse diálogo teológico

¹ Neste documento tentamos usar os termos mais utilizados comumente nas Igrejas para se auto definirem, mas às vezes o contexto indica que é preferível, por motivo de clareza, referir-se à Igreja Católica Romana. No uso da variedade de nomes, nenhuma posição teológica está sendo intencionalmente adotada pela IARCCUM, que tem buscado ser fiel à auto compreensão de ambos os parceiros do diálogo.

² Veja-se o apêndice I.

³ O Relatório Final (Londres: CTS/SPCK, 1982) incluiu as declarações *Doutrina Eucarística* (1971); *Ministério e Ordenação* (1973); *Autoridade na Igreja I* (1976); uma Elucidação de cada um desses três textos (Elucidações sobre *Eucharistia* e *Ministério*, de 1979, Elucidação sobre *Autoridade na Igreja I*, de 1981); e *Autoridade na Igreja II* (1981). Para uma lista completa dos documentos da ARCIC, veja-se o apêndice II.

⁴ Resolução 8, Conferência de Lambeth em 1988.

⁵ ‘Resposta Católica ao Relatório Final da ARCIC I’, inicialmente publicado no *Osservatore Romano*, Dec. 6, 1991; republicado em *Information Service* 82 (1993/I), pp.47-51.

⁶ ‘Clarificação de Certos Aspectos de Declarações conjuntas sobre Eucaristia e Ministério’, *Information Service* 87 (1994/IV), pp.239-242. Em sua carta ao Co- Presidente da ARCIC, em 11 de março de 1994, o Cardeal Edward Cassidy observou que as Clarificações tinham sido “examinadas pelos dicastérios apropriados da Santa Sé” e que, no que diz respeito à Eucaristia e ao Ministério, “nenhum estudo adicional pareceria necessário neste estágio” (*Information Service* 87 [1994/IV], p.237). Nenhuma resposta formal anglicana às Clarificações tinha sido iniciada.

⁷ Cf. Resolução 8, Conferência de Lambeth de 1988; ‘Resposta católica ao Relatório Final da ARCIC-I’.

⁸ *Salvação na Igreja* foi acolhido como uma “oportuna e significativa contribuição” pela Conferência de Lambeth em 1988, e recomendado para estudo em toda a Comunhão Anglicana. A Congregação para a Doutrina da Fé

ao longo de quarenta anos anglicanos e católicos romanos têm crescido juntos em aproximação e chegaram a ver que o que têm em comum é bem mais amplo do que as coisas em que diferem.

3. Junto com o trabalho do diálogo teológico, relacionamentos têm se desenvolvido de várias maneiras entre anglicanos e católicos romanos. Como perceberam o Arcebispo George Carey e o Papa João Paulo II, “em muitas partes do mundo, anglicanos e católicos, unidos pelo batismo, reconhecem-se mutuamente como irmãos e irmãs em Cristo e expressam isso através da união na oração, ação comum e testemunho conjunto”.⁹ Em diversos contextos, anglicanos e católicos tentam testemunhar juntos em face das rápidas mudanças, globalização e fragmentação, crescente secularismo, apatia religiosa e confusão moral. Em alguns lugares, bispos anglicanos e católicos romanos se encontram regularmente para consultas e oração. Representantes de uma tradição são convidados como observadores em encontros conciliares da outra. Desde o Concílio Vaticano II, arcebispos de Canterbury e papas têm se encontrado em freqüentes ocasiões, orando juntos pela Igreja e pelo mundo. Suas declarações conjuntas afirmam o grau de comunhão que já é partilhada, bem como a urgência de continuar juntos no caminho para a unidade visível.

Um passo adiante

4. Em maio de 2000, a partir das reflexões do papa João Paulo II e do arcebispo George Carey em sua Declaração Conjunta de 1996, foi promovido em encontro de bispos anglicanos e católicos romanos, em Mississauga, Canadá, a pedido do cardeal Cassidy e do arcebispo de Canterbury. O objetivo era tratar da necessidade da reconciliação cristã e da cura de um mundo quebrado e dividido no início de um novo milênio, tomar consciência do progresso feito nas relações anglicano/ católico romanas e mapear um caminho de avanço para o futuro. Os bispos reunidos focalizaram a relação especial entre as duas comunhões como foi expressa em *Unitatis Redintegratio*, o decreto sobre ecumenismo do Concílio Vaticano II: “entre essas (comunhões separadas da Santa Sé no tempo da Reforma) nas quais as tradições e instituições católicas em parte continuam a existir, a Comunhão Anglicana ocupa um lugar especial.”¹⁰

5. À medida que os bispos oram juntos e meditam sobre a Sagrada Escritura eles percebem de novo tanto o grau de comunhão espiritual que já partilham numa herança litúrgica comum como também a dor de não receberem juntos a Santa Comunhão na Eucaristia. Revisando as declarações teológicas de acordo da ARCIC e as respostas oficiais das duas Comunhões a esse trabalho, eles percebem “o impressionante grau de concordância na fé que já existe”. Os bispos são capazes de discernir que, apesar das diferenças que restam, a fé partilhada por anglicanos e católicos romanos “não está apenas formalmente estabelecida por nosso batismo comum em Cristo, mas é, mesmo agora, uma comunhão rica, produtora de vida e multifacetada.”¹¹ Ao revisar

também ofereceu observações sobre *Salvação na Igreja* (Londres: CTS, 1989), observando que seu julgamento era “substancialmente positivo” mas ainda não “capaz de ratificar a afirmação final (no.32) que diz que a Igreja Católica e a Comunhão Anglicana ‘estão de acordo sobre os aspectos essenciais da doutrina da salvação e o papel da Igreja nesse assunto.’”

⁹ Declaração Conjunta do Papa João Paulo II e do Arcebispo de Canterbury, Dr. George Carey, em 5 de dezembro de 1996, no *Information Service* 94 (1997/I), pp.20-21.

¹⁰ *Unitatis Redintegratio*, n.13, no *Concílio Vaticano II: Os Documentos Conciliares e Pós Conciliares*, Austin Flannery ed. (Dublin: Dominican Publications, 1975): “Inter eas, in quibus traditiones et structurae catholicae ex parte subsistere pergunt, locum speciale tenet Communio anglicana.”

¹¹ *Comunhão na Missão* (*Information Service* 104 [2000/III], pp.138-39), nn.4-5.

juntos as relações, em diferentes regiões do mundo, sentiram-se encorajados por exemplos de colaboração, particularmente na ação pela justiça social e no trabalho pastoral em conjunto. Ao mesmo tempo notaram que o grau de fé que atualmente partilhamos poderia permitir que nos uníssemos mais profundamente na missão comum em nosso mundo fragmentado e que nossa desunião inevitavelmente prejudica a missão da Igreja. Pediram às Igrejas que entrassem num novo estágio em seu relacionamento, marcado por “uma comunhão de compromisso conjunto em nossa missão comum no mundo (cf Jo 17,23)”.¹²

6. Reconhecendo esse grau de comunhão, os bispos em Mississauga divisaram um caminho que poderia marcar um novo relacionamento:

Creemos que agora é o tempo adequado para nossas duas Comunhões reconhecerem e apoiarem esse novo estágio através da assinatura de uma Declaração Conjunta de Acordo. Esse acordo determinaria: nosso objetivo comum de unidade visível; um reconhecimento do consenso na fé que já atingimos; e um novo compromisso de partilha na vida comum e no testemunho.¹³

Desde esse encontro, no entanto, as igrejas da Comunhão Anglicana entraram num período de discussão ocasionada pela ordenação episcopal de uma pessoa que vive uma relação homossexual de conhecimento público e pela autorização de ritos públicos de bênção para uniões do mesmo sexo. Esses assuntos intensificaram a reflexão sobre o relacionamento entre as igrejas da Comunhão. A Comunhão Anglicana tomou providências para tratar dessas dificuldades, especialmente através do Relatório de Windsor de 2004. É digno de nota que os anglicanos tenham buscado um auxílio positivo em seus parceiros ecumênicos nesse processo, incluindo a Igreja Católica.¹⁴ Além disso, as relações ecumênicas se tornaram mais complicadas à medida que propostas da Igreja da Inglaterra focalizavam a atenção na questão da ordenação de mulheres ao episcopado, que é prática estabelecida de ministério em algumas províncias anglicanas.

7. Esse contexto atual, que se acrescenta às diferenças existentes entre nossas duas Comunhões, não é tempo adequado para entrar no novo estágio formal de relacionamento sugerido pelos bispos em Mississauga. No entanto, deve ser reconhecido que o progresso na direção de acordo na fé atingido através do diálogo teológico tem sido substancial, mas que nas últimas quatro décadas temos apenas começado a dar expressão tangível aos elementos sem controvérsia da fé que partilhamos. Mesmo num tempo de incerteza, a missão que nos foi dada por Cristo nos obriga e impulsiona a buscar um engajamento mais profundo e amplo numa parceria na missão, unida ao testemunho comum e à oração em conjunto.

8. Na elaboração do texto desta declaração, a Comissão Internacional Anglicano/Católica Romana para a Unidade e a Missão (IARCCUM) está bem consciente de que não respondeu ao pleno desafio proposto pelos bispos em Mississauga; mas, sempre entendendo que Cristo continua a nos chamar à unidade, a Comissão buscou dar conta do que é adequado no contexto presente. A fim de renovar o entusiasmo que foi partilhado em Mississauga, para transmiti-lo ao futuro e dar testemunho comum em nossas sociedades secularizadas, precisamos ser honestos na abordagem e na busca

¹² *Ibid.* n.8.

¹³ *Ibid.* n.10.

¹⁴ Cf. o relatório de uma sub comissão ad hoc da IARCCUM, ‘Reflexões Eclesiológicas sobre a Situação Atual da Comunhão Anglicana à luz da ARCIC’, no *Information Service* 119 (2005/III), pp.102-115; carta do cardeal Kasper ao arcebispo de Canterbury, Dec. 17, 2004, republicada no *Information Service* 118 (2005/I-II), pp.38-39.

de superação dos problemas recentes. Cremos que isso é possível quando nos apoiamos em nossa rica herança comum e nos resultados já atingidos através do nosso diálogo. Além de tudo que podemos e devemos fazer, confiamos no Espírito Santo: Aquele que deu início à nossa peregrinação em direção à unidade e a missão comum levará esse trabalho à realização final.

9. O texto seguinte oferece uma honesta avaliação do que foi conseguido no diálogo: o discernimento dos elementos doutrinários sobre os quais há uma disposição, em ambas as nossas Comunhões, de ver no trabalho da ARCIC uma fiel expressão do que a Igreja de Cristo ensina; e uma cândida exposição das dificuldades remanescentes, identificando dessa forma onde se mostra necessário um trabalho teológico adicional. No texto, os temas que necessitam de maior aprofundamento foram colocados em boxes claramente identificados.

10. Desde os passos iniciais de nosso diálogo teológico, as relações Anglicano/Católico Romanas adotaram consistentemente a noção da unidade em estágios, reconhecendo que nossas Igrejas necessitariam crescer gradualmente até a plena comunhão que Cristo deseja para nós, e confiando que o Espírito Santo nos guie nesse processo. Mesmo que este não seja o momento de iniciar um novo estágio formal em nossas relações, cremos que é tempo de construir pontes a partir dos elementos da fé que temos em comum e das expressões tangíveis dessa crença partilhada em nossa vida eclesial. A seção final desse documento, portanto, propõe passos específicos para aprofundar nosso companheirismo na vida e na missão, que cremos estarem abertos para nós e que seriam adequados no presente contexto.

A FÉ QUE CONFESSAMOS EM COMUM

1. Crença em Deus como Trindade

11. Juntas, a Igreja Católica Romana e as igrejas da comunhão Anglicana acreditam que a vida cristã começa nas águas do Batismo. Concordamos que esse sacramento envolve uma tripla profissão de fé em Deus, que é Pai, Filho e Espírito Santo, a Santíssima Trindade. Essa profissão de fé, tanto no batismo como naquelas grandes ocasiões, sobretudo na Páscoa, quando as promessas batismais são renovadas, corresponde aos três artigos do Credo Apostólico. Nosso pleno reconhecimento mútuo do Batismo é efetivamente a base da crescente comunhão entre nós.

12. Anglicanos e Católicos Romanos se alegram por serem capazes de afirmar em uníssono:

Creio em Deus, Pai Todo Poderoso,
criador do céu e da terra.
Creio em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor,
que foi concebido pelo poder do Espírito Santo
e nasceu da Virgem Maria.
Padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado.
Desceu ao meio dos mortos.
Ressuscitou ao terceiro dia.
Subiu ao céu e está sentado à direita do Pai.
Virá de novo para julgar os vivos e os mortos.
Creio no Espírito Santo, na santa Igreja católica,
na comunhão dos santos, na remissão dos pecados,

na ressurreição do corpo e na vida eterna. Amém.

13. Confessamos juntos que somos agraciados com o dom plenamente não merecido da revelação de Deus em Cristo. Nossa profissão de fé brota desse dom, do qual vem também nossa solene responsabilidade de sair e partilhar o que recebemos (cf Mateus 10,8; 28,18-20). Proclamamos que Cristo é a imagem do Deus invisível (Colossenses 1,15). Ele, o único mediador entre Deus e a humanidade, se encarnou, sofreu e morreu na cruz por nós, e foi ressuscitado pelo Pai pelo poder do Espírito, para que nós pudéssemos ter vida através do mesmo Espírito (cf Romanos 8,11), tomar parte na natureza divina (cf 2 Pedro 1,4), e assim refletir a glória de Deus (cf 2 Coríntios 3,18).¹⁵ Pela vontade do Pai e por obra do Espírito Santo, Cristo redimiu o mundo de uma vez por todas (cf Colossenses 1,20-22). Estamos profundamente unidos em alegre agradecimento ao Deus vivo, Pai, Filho e Espírito Santo. Em celebrações litúrgicas, fazemos regularmente a mesma profissão de fé trinitária na forma do Credo apostólico ou do Credo Niceno- constantinopolitano.

14. Cremos que a vida divina é uma comunhão (em grego: *koinonia*), e que a Igreja é uma comunhão pela participação na eterna comunhão do Filho com o Pai no Espírito Santo.¹⁶ A “comunhão dos santos” que professamos no Credo Apostólico é tradução do latim *communio sanctorum*, que é ao mesmo tempo a comunhão dos santos de Deus (*sancti*) e a sua comunhão nos santos dons de Deus (*sancta*) da palavra e do sacramento.¹⁷ A Igreja Católica Romana e a Comunhão Anglicana já podem reconhecer, uma na outra, muitos dons de Deus. Essa partilha nos dons de Deus já constitui um laço de comunhão entre nós. Somos chamados a vivenciar visivelmente essa real mas imperfeita comunhão, enquanto nos empenhamos na busca da plena unidade visível.

2. Igreja como Comunhão na Missão

15. “O propósito de Deus, de acordo com a Sagrada Escritura, é unir toda a criação sob o senhorio de Jesus Cristo em quem, pelo poder do Espírito Santo, tudo é posto em comunhão com Deus (Efésios 1). A Igreja é a amostra dessa comunhão com Deus e de uns com outros.”¹⁸ Anglicanos e católicos em diálogo chegaram ao consenso de que comunhão ou *koinonia* é o termo que expressa mais adequadamente o mistério que perpassa as várias imagens da Igreja no Novo Testamento.¹⁹ A união com Deus em Cristo Jesus através do Espírito é o coração da *koinonia* cristã. O Filho de Deus tomou sobre si a natureza humana e enviou sobre nós o seu Espírito, que nos torna tão verdadeiros membros do corpo de Cristo que nós também somos capazes de chamar a Deus “*Abba, Pai*” (Rom 8,15; Gál 4,6). A *koinonia* de uns com os outros está ligada a nossa *koinonia* com Deus em Cristo (cf 1 Jo 1,1-4). Esse é o mistério da Igreja.²⁰

¹⁵ Cf. ARCIC, *A Salvação e a Igreja* (1987), n.1; nossa humanidade é transformada, recriada, restaurada e aperfeiçoada em Cristo (*ibid.* nn.12, 13, 17, 19), puramente pela graça de Deus (*ibid.* nn.1, 3, 9, 19, 23-25, 27, 30).

¹⁶ Cf. ARCIC, *Igreja como Comunhão* (1991), n.6 ff.

¹⁷ *A Salvação e a Igreja*, nn.1, 9, 11.

¹⁸ *A Unidade da igreja como Koinonia: Dom e Chamado* (‘Declaração de Camberra, 1991), em *Crescer em Acordo II*, J. Gros, H. Meyer e W. Rusch, editores, (Geneva/Grand Rapids: WCC Publications/Eerdmans, 2000), p.937.

¹⁹ ARCIC, *Relatório Final* (Londres: CTS/SPCK, 1981), Introdução, n.4.

²⁰ *Ibid.* n.5; cf. *Igreja como Comunhão*, nn.8, 13, 43.

16. Além disso, concordamos que esse mistério requer uma expressão visível.²¹ A Igreja é feita para ser o “sacramento” da obra redentora de Deus, é “tanto sinal como instrumento”²² do propósito de Deus em Cristo: “recapitular tudo em Cristo, tudo o que existe no céu e na terra” (Efésios 1,10).²³ Como corpo de Cristo, o Filho encarnado, que foi enviado ao mundo, porque Deus ama o mundo (cf. João 3,16-17), a própria Igreja é essencialmente enviada em missão para o mundo. Sua missão está enraizada na missão redentora do Filho e do Espírito e é, de fato, uma forma sacramental dessa missão divina.

17. A Igreja é, portanto, uma comunhão na missão. É precisamente como comunhão que a Igreja é “sacramento da graça misericordiosa de Deus para toda a humanidade”²⁴, enviada ao mundo. A própria unidade da Igreja é ao mesmo tempo uma experiência do mistério do Reino e um testemunho do Evangelho (cf a prece de Jesus: “que sejam um... para que o mundo creia” (João 17,21). A vivência de comunhão da Igreja é, portanto, uma parte vital de sua missão, que fica prejudicada quando falta comunhão. A Igreja anuncia o que ela é chamada a se tornar²⁵ e é já a comunidade onde a salvação é oferecida e recebida. É, portanto, um sinal efetivo, dado por Deus diante da situação humana de pecado, divisão e alienação.²⁶ “Confessando que sua comunhão significa o projeto de Deus para toda a raça humana, os membros da Igreja são chamados a se doar em amoroso testemunho e serviço a seus companheiros humanos.”²⁷

18. Como sinal antecipado do Reino, a Igreja existe para anunciar a plenitude do Reino. O Espírito Santo que unge e fortalece a Igreja lhe revela as coisas que virão (cf João 16,13). Enquanto também age fora da comunidade dos cristãos, o Espírito sustenta a vida nova do Reino dentro da Igreja, onde Cristo é explicitamente confessado,²⁸ e o Evangelho se torna “uma realidade manifesta”.²⁹ A Igreja é chamada a ser “uma expressão viva do Evangelho, evangelizada e evangelizadora, reconciliada e reconciliadora, unida e unindo outros”.³⁰ “A vontade de Cristo e a sua prece é que seus discípulos sejam um. Os que receberam a mesma palavra de Deus e foram batizados no mesmo Espírito não podem, sem ser desobedientes, indefinidamente consentir numa situação de separação. A unidade faz parte da essência da Igreja e, já que a Igreja é visível, a unidade tem que ser visível também.”³¹ Estamos, portanto, irrevogavelmente comprometidos com o restabelecimento da plena unidade visível.

²¹ *Ibid.* n.7; cf. *Igreja como Comunhão*, n.43.

²² *Ibid.* n.7; cf. *Salvação e a Igreja*, nn.26-29; *Igreja como Comunhão*, nn.17, 19.

²³ *Igreja como Comunhão*, nn.15, 35, 38.

²⁴ *Ibid.* n.5. A Igreja Católica tocou nesse mesmo ponto no ‘Final Relatio’ do Sínodo Extraordinário realizado em Roma em 1985 para celebrar o vigésimo aniversário do final do Vaticano II: “A igreja como comunhão é o sacramento para a salvação do mundo” (II, D, 1; em *L’Osservatore Romano*, 10 de dezembro de 1985).

²⁵ *Relatório Final*, Introdução, n.7.

²⁶ *Igreja como Comunhão*, n.19.

²⁷ *Ibid.* n.22.

²⁸ *Ibid.* n.22.

²⁹ *A Salvação e a Igreja*, n.28. Do mesmo modo, no Vaticano II, A Igreja Católica afirmou: “A Igreja acredita que é conduzida pelo Espírito do Senhor que enche o orbe da terra” (*Gaudium et Spes* [Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Moderno, n.11). “Todo o bem que o Povo de Deus, no tempo de sua peregrinação terrestre, pode prestar à família dos homens, deriva do fato de ser a Igreja “o sacramento universal da salvação”, manifestando e ao mesmo tempo operando o mistério do amor de Deus para com os homens.” (*Gaudium et Spes*, n.45).

³⁰ *A Salvação e a Igreja*, n.28.

³¹ *Relatório Final*, Introdução, n.9.

19. Católicos romanos e anglicanos concordam que a Eucaristia é o sinal efetivo da *koinonia*, que o ministério da supervisão (*episcopate*) está a serviço da *koinonia* e que o ministério da primazia é um laço visível e um foco para a *koinonia*.³² Compreendemos a Igreja como comunhão de igrejas locais (dioceses).³³ Uma igreja local é “uma reunião dos batizados unidos pela pregação apostólica, confessando a única fé, celebrando a única Eucaristia, e liderados por um ministro apostólico”.³⁴ No meio da diversidade das igrejas locais, a unidade e a coerência são mantidas por uma confissão comum de uma única fé apostólica, por uma vida sacramental partilhada, por um ministério comum de supervisão, com dimensões de colegiado e de primado, e por meios comuns de tomar decisões e oferecer ensinamentos com autoridade.³⁵ Concordamos que uma única celebração da Eucaristia é a “proeminente expressão e o foco” da comunhão eclesial.³⁶

20. Dentro do contexto de nosso acordo sobre a natureza da Igreja e sua missão, a questão precisa ser colocada: onde se pode encontrar realmente a Igreja? Anglicanos e católicos romanos concordam que há elementos essenciais, constitutivos da vida eclesial, que precisam estar “presentes e mutuamente reconhecidos” em cada igreja local, para que lá exista aquela “única comunhão visível que Deus deseja”.³⁷ O grau de comunhão visível depende da extensão de nosso reconhecimento mútuo dos santos dons e dos elementos constitutivos da Igreja, de uns para outros.

21. Para os anglicanos, a Conferência de Lambeth de 1998 reafirmou o Quadrilateral de Chicago- Lambeth de 1888 “como uma base a partir da qual os anglicanos buscam a plena, visível unidade da Igreja” e também o reconheceram como “uma declaração da identidade e da unidade anglicanas”.³⁸ Essa “breve, esquemática expressão das condições necessárias para a unidade visível”, que tem também “servido bem aos anglicanos como base para conversações ecumênicas”, se baseia nas Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento, nos Credos Apostólico e Niceno, nos sacramentos do Batismo e da Eucaristia, no episcopado histórico. Esses quatro elementos são compreendidos como “dons para sustentar e alimentar uma vida de unidade”.³⁹ Há também um consenso geral de que a manutenção da unidade requer estruturas de comunhão. Encontros de bispos com um bispo presidente e concílios ou sínodos que reúnam bispos, clero e laicato prestariam serviço à unidade em níveis de província e diocese. O arcebispo de Canterbury, a Conferência de bispos de Lambeth, o Conselho Consultivo Anglicano, o Encontro dos Primazes são chamados a servir à unidade da Comunhão em nível mundial. No entanto, reconhecendo que a comunhão se prejudica quando esses instrumentos são negligenciados, os anglicanos estão dando renovada atenção à natureza e ao papel de suas estruturas internacionais.

22. Para os católicos, o Concílio Vaticano II adotou uma abordagem da Igreja que menciona “os elementos ou bens, com os quais, em conjunto, a própria Igreja é edificada e vivificada”.⁴⁰ O Concílio ensinou que estão plenamente incorporados à

³² Cf. *ibid.* n.6.

³³ Cf. também a expressão ‘corpo das Igrejas’ (*corpus Ecclesiarum*), usada no Vaticano II, *Lumen Gentium* (Constituição Dogmática sobre a Igreja), n.23.

³⁴ *Igreja como Comunhão*, n.43; cf. Atos 2,42.

³⁵ *Ibid.* nn.39, 45.

³⁶ *Ibid.* n.45, cf. n.24.

³⁷ Cf. *ibid.* nn.14,43,48.

³⁸ Conferência de Lambeth, 1998, Resolução IV.2 (a).

³⁹ ‘Chamados a ser Um: Seção IV Report’, no Relatório Oficial da conferência de Lambeth 1998 (Harrisburg: Morehouse Publishing, 1999), p.233; cf. também Conferência de Lambeth, 1998, Resolução III.8.

⁴⁰ *Unitatis Redintegratio*, n.3; cf. *Lumen Gentium*, n.8.

Igreja os que “tendo o Espírito de Cristo, aceitam a totalidade de sua organização e todos os meios de salvação nela instituídos e, na sua estrutura visível – regida por Cristo através do Sumo Pontífice e dos Bispos – se unem com ele pelos vínculos da profissão de fé, dos sacramentos, do regime e da comunhão eclesiásticos.”⁴¹ Por causa da presença de todos esses elementos, é ensinado que a Igreja de Cristo que professamos no Credo como una, santa, católica e apostólica, “subsiste na Igreja Católica, que é governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele”.⁴² A “plenitude da graça e da verdade” e a “plenitude dos meios de salvação” foram confiadas à Igreja Católica,⁴³ um mandato que pode ser obscurecido “pelas fraquezas, as mediocridades, os pecados e às vezes as traições de alguns de seus filhos”.⁴⁴ Ao mesmo tempo, o Concílio reconheceu que “alguns, mesmo muitos, dos mais significativos elementos e bens... podem existir fora das fronteiras visíveis da Igreja Católica”,⁴⁵ “muitos elementos de santificação e verdade são encontrados fora de suas estruturas visíveis”.⁴⁶ Entre outros elementos, aí se incluem o respeito pela Sagrada Escritura, um sincero zelo religioso pelo batismo e outros sacramentos.⁴⁷ “Na medida em que tais elementos se encontram nas outras Comunidades cristãs, a única Igreja de Cristo tem nelas uma presença operante.”⁴⁸ De fato, tais elementos constituem “a base objetiva para a comunhão, mesmo que imperfeita,” que existe entre a Igreja Católica e outras Comunidades cristãs.⁴⁹ Existe uma proeminente menção do ministério petrino no ensinamento do Vaticano II. Significativamente, como nas citações acima, ele vem associado ao ministério dos bispos. Um dos ensinamentos marcantes do Vaticano II foi o que diz que os bispos em colegiado, em sucessão ao colégio dos apóstolos e “juntos com seu chefe, o Romano Pontífice, e nunca sem ele, têm poder supremo e pleno sobre a Igreja inteira.”⁵⁰

23. Mesmo que já possamos afirmar juntos que a primazia universal, como ponto visível de unidade, é “um dom a ser partilhado”, capaz de ser “oferecido e recebido mesmo antes que nossas Igrejas estejam em plena comunhão”,⁵¹ ainda assim permanecem sérias questões para os anglicanos a respeito da natureza e das conseqüências jurisdicionais do primado universal.⁵²

24. Anglicanos e católicos partilham um considerável grau de acordo sobre os elementos constitutivos da comunhão visível. Concordamos que o ministério da supervisão tem “dimensões tanto colegiais como primaciais”, e mais ainda, que no contexto de comunhão de todas as Igrejas, o ministério episcopal de um primado universal tem seu papel como “o foco visível da unidade”.⁵³

25. Nosso esforço ecumênico está fundamentado na convicção de que todos esses dons, “que provêm de Cristo e a Cristo conduzem, pertencem por direito à única

⁴¹ *Lumen Gentium*, n.14; cf. também n.15.

⁴² *Ibid.* n.8.

⁴³ *Unitatis Redintegratio*, n.3.

⁴⁴ Cf. Papa João Paulo II na Carta encíclica sobre Ecumenismo, *Ut Unum Sint* (1995), n.11.

⁴⁵ *Unitatis Redintegratio*, n.3.

⁴⁶ *Lumen Gentium*, n.8.

⁴⁷ Cf. *Ibid.*, n.15.

⁴⁸ *Ut Unum Sint*, n.11.

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ *Lumen Gentium*, n.22.

⁵¹ ARCIC, *O dom da autoridade* (1999), n.60.

⁵² Cf. ARCIC, *Autoridade na Igreja II* (1981), nn.17-22.

⁵³ *Igreja como Comunhão*, n.45.

Igreja de Cristo”.⁵⁴ “A plena unidade realizar-se-á quando todos participarem da plenitude dos meios de salvação que Cristo confiou à sua Igreja.”⁵⁵ Em nosso empenho pela unidade, o objetivo da Igreja Católica Romana e da Comunhão Anglicana é a união numa comum confissão da fé apostólica e numa vida sacramental partilhada com um ministério comum de supervisão. A partilha desses elementos inter-relacionados servirá ao testemunho da Igreja na missão e o fortalecerá.

3. A Palavra viva de Deus

26. Anglicanos e católicos romanos acolhem uma herança cristã comum, partilhada por muitos séculos, “ com suas vivas tradições de liturgia, teologia, espiritualidade, organização da Igreja e missão.”⁵⁶ Concordamos que a Igreja vive sua tradição num processo dinâmico, “comunicando a cada geração o que foi transmitido de uma vez por todas à comunidade apostólica”,⁵⁷ e que a Igreja é “serva e não senhora do que recebeu”.⁵⁸ Com muitos séculos de antecedência, Deus preparou seu povo para a chegada de Cristo. Os patriarcas e os profetas receberam e proclamaram a palavra de Deus no Espírito, e então, na plenitude do tempo (Gálatas 4,4), pelo poder do mesmo Espírito, a Palavra de Deus se fez carne, nasceu de uma mulher, e exerceu seu ministério.⁵⁹

27. A Palavra que se tornou carne e habitou entre nós está no centro do que foi transmitido desde o começo e do que será transmitido até o fim,⁶⁰ e o Espírito Santo potencializa a memória dos ensinamentos e da obra de Cristo e de sua exaltação, da qual a comunidade apostólica foi a primeira testemunha.⁶¹ É a Palavra viva de Deus, junto com o Espírito, que comunica o convite de Deus à comunhão para o mundo inteiro em todas as eras.⁶² Portanto, alegramo-nos ao reafirmar que a missão da Igreja é mais verdadeiramente a do Filho e do Espírito. Corretamente entendida, a tradição é em si mesma um ato de comunhão pelo qual o Espírito une as igrejas locais de nossos dias àquelas que as precederam na única fé apostólica.⁶³ A comunhão de Cristo cobre o tempo e o espaço.⁶⁴

28. Concordamos que a Palavra revelada é “recebida e comunicada através da vida do conjunto da comunidade cristã”,⁶⁵ já que o Espírito Santo é dado a todo o povo de Deus, é dentro da Igreja, como um todo, que a memória viva da fé é ativa.⁶⁶ Os

⁵⁴ *Unitatis Redintegratio*, n.3; cf. *Lumen Gentium*, n.8.

⁵⁵ *Ut Unum Sint*, n.86.

⁵⁶ *Relatório de Malta* (Relatório da Comissão preparatória conjunta Anglicano/ Católica Romana, 1968; publicado no *Relatório Final*, pp.108-116), n.3.

⁵⁷ *O dom da autoridade*, n.14. Por convenção, a palavra Tradição (com maiúscula) se refere “ao próprio Evangelho, transmitido de geração em geração, na e pela Igreja”, na verdade se refere “ao próprio Cristo”; sem maiúscula, a palavra “tradição” se refere ao “processo da tradição”, a transmissão da verdade revelada; e no plural “tradições” se refere à diversidade de formas de expressão e de tradições confessionais; cf. Quarta Conferência Mundial de Fé e Ordem, Relatório de Montreal, 1963, seção II. Por sua própria natureza, tradições têm necessidade da prática regular de discernimento.

⁵⁸ *A Salvação e a Igreja*, n.27.

⁵⁹ ARCIC, *Autoridade na Igreja I: Elucidação* (1981), n.2.

⁶⁰ *O Dom da Autoridade*, n.14.

⁶¹ *Igreja como Comunhão*, n.26.

⁶² *Ibid.* n.27.

⁶³ *O Dom da Autoridade*, n.16.

⁶⁴ *Igreja como Comunhão*, n.31.

⁶⁵ *O Dom da Autoridade*, n.14.

⁶⁶ *Igreja como Comunhão*, n.29.

cristãos estão unidos, conformados ao corpo de Cristo pelo Espírito para o louvor e a glória de Deus e para ministrar ao mundo a graça e a comunhão.

29. Existimos como cristãos pela Tradição do Evangelho, testemunhado na Escritura, transmitido na e pela Igreja através do poder do Espírito Santo.⁶⁷ “Dentro da Tradição, as Escrituras ocupam um lugar único e normativo e pertencem ao que nos foi dado de uma vez por todas.”⁶⁸ Bem no começo, por orientação do Espírito Santo, “a Igreja foi levada a reconhecer o cânon da Escritura como teste e norma” para garantir a autenticidade de sua memória.⁶⁹ Portanto, as Escrituras, como testemunha singular da divina revelação, têm um papel único na função de conservar viva na Igreja a memória dos ensinamentos e da obra de Cristo. Concordamos que o ensinamento, a pregação e a ação da Igreja precisam constantemente ser avaliados pelas Escrituras; no entanto, a maneira pela qual cada uma das nossas Igrejas compreende a função das Escrituras como “teste e norma” necessita ainda de maior clarificação.

30. Ao aproximar-se da Escritura, o fiel cristão se vê diante da rica diversidade de métodos de leitura e interpretação usados ao longo da história da Igreja (por exemplo: histórico-crítico, exegético, tipológico, espiritual, sociológico, canônico). Esses métodos, todos com seu valor, tem sido desenvolvidos em muitos contextos diferentes da vida da Igreja, que precisam ser considerados e respeitados. O diálogo Anglicano/ Católico Romano nas décadas recentes tem sido em si um contexto para o desenvolvimento de uma leitura ecumênica da Escritura que tem conscientemente tentado deixar para trás conhecidas controvérsias e buscado novas abordagens conjuntas a respeito das coisas que ainda nos dividem.⁷⁰

31. A pregação efetiva é indispensável para permitir que as Escrituras alimentem os fiéis e comuniquem a Palavra de Deus viva (cf Romanos 10, 14,17). A responsabilidade de conservar a comunidade fiel à fé apostólica e de transmiti-la à Igreja em todos os tempos é um elemento essencial no ministério dos que exercem a supervisão na Igreja.⁷¹ A fim de promover e sustentar a missão da Igreja⁷² eles exercem um ministério da memória, pregação, explicação e aplicação da verdade do Evangelho.

32. Ambas as Comunhões concordam que, sob a orientação do Espírito Santo, a Tradição do Evangelho está viva na Igreja, em continuidade com os primeiros séculos quando o testemunho, a memória e a interpretação apostólica assumiram forma normativa no cânon da Escritura, e os quatro primeiros concílios formularam as doutrinas fundamentais e obrigatórias da fé cristã. No entanto, anglicanos e católicos romanos divergem a respeito do status tanto dos concílios como das doutrinas formuladas, nos séculos desde aquele tempo até hoje. Há outras divergências no modo pelo qual é exercida a autoridade na vida da Igreja e se discerne a autêntica Tradição (cf. parágrafos 69, 71 e 73-76 abaixo).

4. Batismo

⁶⁷ *Relatório de Montreal*, 1963 (*op. cit.*), Seção II, n.45.

⁶⁸ *O dom da autoridade*, n.19

⁶⁹ *Igreja como Comunhão* n.26.

⁷⁰ Cf. ARCIC, *Maria: Graça e Esperança em Cristo* (2005), n.7, que explicitamente declara a intenção da Comissão no sentido de oferecer uma leitura eclesial e ecumênica da Escritura.

⁷¹ Cf. ARCIC, *Ministério e Ordenação* (1973), n.10.

⁷² Cf. *Igreja como Comunhão*, n.32.

33. Anglicanos e católicos romanos concordam que recebem um único batismo, administrado com água em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Fazemos isso em obediência à ordem do Senhor Ressuscitado (Cf Mateus 28,18-20). Consideramos o batismo um sacramento de iniciação instituído por Jesus Cristo, pelo qual somos incorporados à vida do seu corpo, a Igreja. O batismo é o sacramento da fé, através do qual uma pessoa assume a fé da Igreja e é assumida por ela.

34. Junto com outros cristãos, aceitamos os significados que o batismo tem nas Escrituras e a tradição e a prática da Igreja primitiva.⁷³ Pelo batismo, através da fé, os cristãos são unidos a Cristo em sua vida, morte e ressurreição. Junto com todo o nosso humano estado de pecado, somos sepultados com Cristo (cf Romanos 6,3-11) e ressurgimos para uma vida nova, que começa aqui e agora, no poder de sua ressurreição.⁷⁴ Assim cremos que esse único batismo é para o perdão dos pecados, incluindo o pecado original, e que somos perdoados, lavados e limpos por Cristo, que veio ao mundo para salvar os pecadores. “O batismo é o sacramento irrepitível da justificação e da incorporação em Cristo (1ª Coríntios 6, 11; 12, 12-13; Gálatas 3,27)”⁷⁵ Pelo batismo, somente pela graça e não por causa de algum mérito de nossa parte, nos colocamos em Cristo e, recebendo seu Espírito, somos capazes de viver uma nova vida.

35. Pelo poder do Espírito que nos habita, o batismo inicia uma renovação da vida e do crescimento em santidade que Deus levará à plenitude na vida eterna. O que é dado no batismo é a “primeira prestação da consumação final e base para a esperança daquele que crê”.⁷⁶ Por um processo de santificação ao longo da vida inteira, os crentes “crescem na conformidade com Cristo, a perfeita imagem de Deus, até que ele apareça e sejamos como ele.”⁷⁷

36. Cremos que todos os que são batizados são incorporados ao corpo de Cristo, a Igreja. “Através do batismo, os cristãos são colocados em união com Cristo, uns com os outros e com a Igreja em todo tempo e lugar.”⁷⁸ Essa comunhão espiritual dos batizados recebe a expressão necessária em uma comunidade visível, na qual a Palavra de Deus é proclamada de novo, os sacramentos são celebrados e o povo de Deus recebe supervisão pastoral, para que a vida do Evangelho e a missão que dele deriva sejam vivenciadas pelos batizados.⁷⁹ O batismo na comunidade cristã está dirigido à plena expressão da vida nova recebida em Cristo, à medida que o pecado é superado e Deus é servido e glorificado em vidas à semelhança de Cristo.

37. Tanto na Comunhão Anglicana como na Igreja Católica Romana, o processo sacramental da iniciação cristã também inclui a confirmação. Faz parte de nossa compreensão comum que a confirmação seja um fortalecimento dado pelo Espírito Santo para o testemunho e a missão, e uma manifestação pública de pertença ao Corpo de Cristo. O século XX viu uma reavaliação, tanto na Igreja Católica Romana como na Comunhão Anglicana, da relação entre batismo, confirmação e participação na santa comunhão. Em ambas as tradições, é atualmente difundida a prática de admitir crianças à comunhão na idade da razão.

⁷³ Cf. Conselho Mundial de Igrejas, *Batismo, Eucaristia e Ministério [BEM]*, documento de Fé e Ordem no.111 (Genebra: WCC Publications, 1982), Batismo, nn.1-23.

⁷⁴ Cf. *ibid.* n.3.

⁷⁵ *A Salvação e a Igreja*, n.16.

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ *Ibid.* n.17.

⁷⁸ *BEM*, Batismo, n.6.

⁷⁹ Cf. *Igreja como Comunhão*, nn.15, 19.

38. A Comunhão Anglicana e a Igreja Católica reconhecem mutuamente o batismo nelas conferido. Anglicanos e católicos, portanto, olham o nosso batismo comum como o laço básico da unidade entre nós,⁸⁰ mesmo reconhecendo que a plenitude da comunhão eucarística à qual o batismo deveria levar está impedida por desacordos que dizem respeito a certos elementos da fé e da prática que consideramos necessários para a plena comunhão visível. No entanto, reconhecemos que essa carência constitui um imperativo: anglicanos e católicos se comprometem a superar pela graça de Deus todas as divisões que ainda impedem a plenitude da comunhão eucarística e eclesial. Nossa comunhão fundamental no batismo nos dá uma compartilhada responsabilidade de testemunhar tão plenamente quanto possível o evangelho de Cristo diante do mundo e apresentar a nova vida vivida pelo corpo de Cristo, com a libertação e a renovação que aí estão envolvidas.

5. Eucaristia

39. Anglicanos e católicos concordam que a plena participação na Eucaristia, juntamente com o Batismo e a Confirmação, completam o processo sacramental de iniciação cristã.⁸¹ A Eucaristia é um dom recebido do Senhor mesmo, celebrada em obediência à sua ordem até que ele venha outra vez (cf. 1 Coríntios 11.23–25; Mateus 26.26-29; Marcos 14.22-25; Lucas 22.14-20; João 6.53-58). A visível comunhão no corpo de Cristo, à qual somos introduzidos pelo Batismo, é alimentada, aprofundada e expressada na comunhão eucarística, quando os fiéis comem e bebem, recebem o corpo e o sangue de Cristo. Quando seu povo está reunido na Eucaristia para celebrar a ação salvadora de Cristo para a nossa redenção, ele torna presentes e efetivos entre nós os benefícios eternos de sua vitória e impulsiona e renova a resposta de fé, a ação de graças e a fidelidade de seu povo.⁸² A identidade da Igreja como corpo de Cristo é expressa e visivelmente proclamada por estar centrada na partilha do corpo e do sangue de Cristo na Eucaristia.⁸³

40. Concordamos que a Eucaristia é o memorial do Cristo crucificado e ressuscitado, da obra completa de reconciliação que Deus nele realizou.⁸⁴ Por memorial, tanto anglicanos como católicos entendem não somente uma lembrança do que Deus fez no passado, mas uma efetiva proclamação sacramental, que através do Espírito Santo torna presente o que foi realizado e prometido de uma vez por todas. Nesse sentido, então, há apenas um único, histórico e irrepetível sacrifício oferecido uma vez por Cristo e aceito definitivamente pelo Pai, que não pode ser feito de novo nem requer acréscimos.⁸⁵ O memorial eucarístico, no entanto, torna presente esse definitivo sacrifício de Cristo. Portanto, é possível dizer que “a Eucaristia é um sacrifício no sentido sacramental, desde que fique claro que não se trata de uma repetição do sacrifício histórico.”⁸⁶ “Na Oração Eucarística, a Igreja continua a fazer um memorial perpétuo da morte de Cristo, e seus membros, unidos com Deus e entre si, agradecem por toda a sua misericórdia, suplicam os benefícios de sua paixão em nome de toda a Igreja, participam desses benefícios e entram no movimento de oferta que ele fez por todos.”⁸⁷ A ação da Igreja na celebração eucarística “nada acrescenta à eficácia do

⁸⁰ Cf. *ibid.* n.50, citando a Declaração Comum do papa João Paulo II e do arcebispo Robert Runcie, 2 de outubro de 1989.

⁸¹ Cf. *BEM*, Batismo, n.20.

⁸² Cf. ARCIC, *Doutrina eucarística* (1971), n.3.

⁸³ *Ibid.*

⁸⁴ Cf. ARCIC, *Doutrina Eucarística: Elucidção*, (1979), n.5; também 1 Coríntios 11.24-25; Lucas 22.19.

⁸⁵ Cf. *Doutrina Eucarística*, n.5.

⁸⁶ *Doutrina Eucarística: Elucidção*, n.5.

⁸⁷ *Doutrina Eucarística*, n.5.

sacrifício de Cristo na cruz” mas é um fruto desse sacrifício. Na celebração eucarística o único sacrifício de Cristo se torna presente para nós.⁸⁸

41. Anglicanos e católicos crêem na presença real de Cristo na Eucaristia. A real comunhão com Cristo crucificado e ressuscitado pressupõe essa presença real, que é “efetivamente significada pelo pão e o vinho que, nesse mistério, se tornam seu corpo e seu sangue”⁸⁹ “O que aqui se afirma é uma presença sacramental na qual Deus usa as realidades deste mundo para comunicar as realidades da nova criação: pão para esta vida se torna pão de vida eterna. Antes da Oração Eucarística, à questão “o que é isso?”, o fiel responde: é pão. Depois da Oração Eucarística, à mesma questão ele responde: é verdadeiramente o corpo de Cristo, o Pão da Vida.”⁹⁰ Estando Cristo presente e ativo de maneiras variadas na celebração eucarística inteira, de modo que a sua presença não esteja limitada aos elementos consagrados,⁹¹ o pão e o vinho não são sinais vazios: o corpo e o sangue de Cristo se tornam realmente presentes e são realmente oferecidos nesses elementos.⁹²

42. A presença real de Cristo não depende da fé individual do crente mas do poder do Espírito Santo, que a Igreja invoca na liturgia a fim de receber o real dom do próprio Senhor.⁹³ No entanto, anglicanos e católicos concordam que a fé é necessária para que, participando do sacramento da presença real do Senhor, um encontro portador de vida possa acontecer.⁹⁴ “O pão e o vinho se tornam o corpo e o sangue sacramental de Cristo para que a comunidade cristã possa se tornar mais verdadeiramente o que ela já é, o corpo de Cristo.”⁹⁵

43. Concordamos que a Eucaristia é a “refeição do Reino”,⁹⁶ na qual a Igreja agradece por todos os sinais da vinda do Reino. Pela ação transformadora do Espírito de Deus, os elementos do pão e do vinho, frutos da primeira criação, se tornam uma antecipação das alegrias da era que há de vir, “promessas e primícias do novo céu e da nova terra”⁹⁷ e um sinal antecipado do Reino.⁹⁸ Reconciliados na Eucaristia, os membros do corpo de Cristo são chamados a ser “servidores da reconciliação entre homens e mulheres e testemunhas da alegria da ressurreição”⁹⁹ que desponta em nosso mundo.

44. Anglicanos e católicos romanos concordam que todas as celebrações da Eucaristia têm relação com a Igreja inteira, e que a Igreja inteira está envolvida em cada celebração local. A comunhão estabelecida no corpo de Cristo é uma comunhão com todos os cristãos, de todos os tempos e lugares.¹⁰⁰ Eles também concordam que somente bispos e padres episcopalmente ordenados e autorizados presidem a Eucaristia.

⁸⁸ Cf. *Doutrina Eucarística: Elucidação*, n.5.

⁸⁹ *Doutrina Eucarística*, n.6.

⁹⁰ *Doutrina Eucarística: Elucidação*, n.6.

⁹¹ *Doutrina eucarística: elucidação*, n 6

⁹² Cf. *Doutrina Eucarística*, n.8.

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ Cf. *ibid.*; also *BEM*, Eucaristia, n.13.

⁹⁵ *Doutrina Eucarística: Elucidação*, n.6.

⁹⁶ Cf. *BEM*, Eucaristia, nn.22-26.

⁹⁷ *Doutrina Eucarística*, n.11.

⁹⁸ Cf. *BEM*, Eucaristia, n.6.

⁹⁹ *Ibid.* n.24.

¹⁰⁰ Cf *ibid* n 19

45. Anglicanos e católicos romanos sustentam que há uma ligação inseparável entre Eucaristia e Ministério. Sem o reconhecimento e a reconciliação dos ministérios, portanto (cf parágrafos 60 e 61 abaixo), não é possível captar o impacto total da nossa compreensão comum sobre a Eucaristia.

46. Anglicanos e católicos reconhecem que há uma relação intrínseca entre a partilha da Eucaristia e a plena comunhão eclesial, mas divergem a respeito da maneira como isso é expresso no caminho para a plena comunhão. Portanto, as Igrejas da Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana têm diferentes normas disciplinares para a partilha eucarística.

47. A Igreja Católica entende a partilha eucarística com aqueles que ainda não estão em plena comunhão eclesial como algo excepcional, limitado a casos particulares de necessidade espiritual.¹⁰¹ Além disso, não permite nem que o fiel católico receba a Eucaristia daqueles cujo ministério não tenha sido oficialmente reconhecido pela Igreja Católica, nem que o clero católico concelebre com ministros nessa mesma situação.¹⁰²

48. As províncias anglicanas regularmente admitem à comunhão os fiéis batizados que são membros comungantes de outras comunidades cristãs. Em algumas circunstâncias, os anglicanos permitem partilha eucarística com outras Igrejas nas quais há acordo suficiente na fé e no compromisso da vida partilhada. Algumas Igrejas anglicanas reconhecem que o ministério clerical de mulheres não é aceito por alguns de seus fiéis, e tomam providências a esse respeito, embora isso resulte num enfraquecimento da plena comunhão eucarística.

49. Anglicanos e católicos romanos providenciam o sacramento para aqueles que não podem assistir à celebração eucarística. Isso é entendido como uma extensão da celebração. Adoração de Cristo no sacramento assim preservado é encorajada pela Igreja Católica Romana. Embora isso seja também praticado em algumas Igrejas anglicanas, há anglicanos que encontrariam dificuldade nessas práticas devocionais porque temem que elas obscureçam o verdadeiro objetivo do sacramento.¹⁰³

6. Ministério

50. Anglicanos e católicos romanos concordam que Cristo confia seu próprio ministério à Igreja inteira como seu corpo; seu ministério é a fonte e o modelo do qual todos os ministérios se originam e tomam forma.¹⁰⁴ O Espírito Santo dá a cada pessoa batizada dons (carismas) para serem usados a serviço da comunidade cristã e a serviço do mundo e suas necessidades. Todos são chamados a oferecer suas vidas como um “sacrifício vivo” (Romanos 12,1) e a orar pela Igreja e pelo mundo.¹⁰⁵

51. Dentro da comunidade da Igreja, o ministério ordenado é parte do desígnio de Deus para seu povo. O ministério ordenado se relaciona ao ministério de Cristo e ao ministério de todo o povo de Deus.¹⁰⁶ Na Igreja primitiva, os apóstolos exerceram um

¹⁰¹ Cf. Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, *Diretório para a Aplicação de Princípios e Normas sobre Ecumenismo*, daqui em diante chamado *Diretório Ecumênico* (Cidade do Vaticano: Imprensa Vaticana, 1993), nn.104, 122-123, 129-131.

¹⁰² Cf. *ibid.* n.132.

¹⁰³ Cf. *Clarificações; Doutrina Eucarística: Elucidção*, n.9.

¹⁰⁴ Cf. *Ministério e Ordenação*, n.3.

¹⁰⁵ Cf. *ibid.* n.17.

¹⁰⁶ Cf. *ibid.* n.3.

ministério, único e irrepetível, que permanece com significado fundamental para a Igreja de todos os tempos.¹⁰⁷ Ministros ordenados têm como especial tarefa e responsabilidade a continuação dos ensinamentos e da missão dos apóstolos; simbolizam e conservam a apostolicidade, que é uma marca da Igreja inteira.

52. Concordamos que a providencial forma tripla de ordenação dos ministérios de bispos, presbíteros (padres) e diáconos, surgiu a partir dos padrões de ministério do Novo Testamento, sob a orientação do Espírito Santo, bem no começo da história da Igreja. Ambas as comunhões conservaram a tripla forma de ministério e pretendem ser fiéis a esse padrão.

53. Cristo chamou os apóstolos e, dentro e através da Igreja, continua a chamar pessoas para servirem no ministério apostólico. “A Ordenação mostra a entrada nesse ministério apostólico dado por Deus.”¹⁰⁸ O ato de ordenação é um sinal da apostolicidade e da continuidade da Igreja.¹⁰⁹ É um sinal da fidelidade de Deus à Igreja e da intenção da Igreja de ser fiel à missão e aos ensinamentos dos apóstolos. No ato sacramental, o bispo ora a Deus para que conceda o dom do Espírito Santo aos que estão sendo ordenados e impõe as mãos sobre os candidatos como sinal externo do dom concedido. Assim, sua vocação vem de Cristo e a qualificação para exercer o ministério é dom do Espírito Santo. Tanto anglicanos como católicos romanos “afirmam a proeminência do batismo e da eucaristia como sacramentos necessários à salvação. Isso não diminui sua compreensão da natureza sacramental da ordenação.”¹¹⁰ “Porque o ministério existe na e para a comunidade e porque a ordenação é um ato no qual toda a Igreja de Deus está envolvida, a oração e a imposição de mãos acontecem dentro do contexto da eucaristia.”¹¹¹ Em ambas as Comunhões, a ordenação é irrepetível.

54. Em ambas as Comunhões, presbíteros e diáconos são ordenados pelo bispo. Na ordenação de um presbítero, o bispo se une aos presbíteros na imposição de mãos, como sinal da natureza partilhada do encargo confiado ao candidato. Na ordenação de um novo bispo, pelo menos três bispos impõem as mãos sobre o candidato, como sinal de que o novo bispo e a igreja local estão dentro da comunhão das igrejas. “Sua participação também garante a continuidade histórica dessa igreja com a igreja apostólica e de seu bispo com o ministério apostólico original.”¹¹² A comunhão das igrejas na missão, na fé e na santidade através do tempo e do espaço é assim simbolizada e mantida no bispo. A Ordenação é entendida, por ambas as Comunhões, como estando em processo de sucessão dos apóstolos, dentro da apostolicidade da Igreja inteira.¹¹³

55. Concordamos que aqueles que são ordenados têm responsabilidade pelo ministério da Palavra e do Sacramento. Um elemento essencial no ministério ordenado é a responsabilidade de supervisão (epíscopo), para garantir que a Igreja viva em fidelidade à fé apostólica e para transmiti-la à próxima geração.¹¹⁴ A plenitude do ministério da supervisão é confiada ao episcopado, que tem a responsabilidade de

¹⁰⁷ Cf. *ibid.* n.4.

¹⁰⁸ *Ibid.* n.14.

¹⁰⁹ Cf. *ibid.*

¹¹⁰ *Ministério e Ordenação: Elucidação*, (1979), n.3.

¹¹¹ *Ministério e Ordenação*, n.14.

¹¹² *Ibid.* n.16.

¹¹³ Cf. *Ibid.* n.15.

¹¹⁴ Cf. *Ibid.* n.9.

manter e expressar a unidade da Igreja e guiá-la na missão.¹¹⁵ A consulta aos fiéis é um aspecto integrante da supervisão episcopal.¹¹⁶ Dentro da diocese o ministério da supervisão é exercido pelo bispo, e no serviço da comunhão de todas as Igrejas locais, pelos bispos colegiadamente. Em suas dioceses, quando se reúnem regionalmente e em nível mundial, os bispos têm um papel especial na manutenção da fidelidade da Igreja ao ensinamento apostólico, em conformidade com o pensamento de Cristo. Os padres se associam aos bispos no exercício da supervisão e no ministério da Palavra e dos Sacramentos, presidindo a Eucaristia e proclamando a absolvição.¹¹⁷ Os diáconos se associam aos bispos e presbíteros no ministério da Palavra e do Sacramento. Eles têm uma especial responsabilidade na colaboração com os bispos no ministério eclesial de serviço.

56. A Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana afirmam o sacerdócio de bispos e presbíteros, crendo que está relacionado ao sacerdócio de Cristo e ao sacerdócio de todo o povo de Deus.¹¹⁸ O sacerdócio de Cristo é único. Ele é o nosso Sumo Sacerdote que reconciliou a humanidade com o Pai. Todo sacerdócio deriva do seu e é totalmente dependente dele. O sacerdócio de todo o povo de Deus (cf 1 Pedro 2,5) é consequência da incorporação a Cristo pelo batismo e está voltado para o Reino com Cristo (Cf Apocalipse 5,10; 20,6).¹¹⁹

57. O ministério ordenado é chamado sacerdotal porque traz a plenitude do Evangelho para todo o povo para a sua salvação, de tal modo que todos sejam capazes de adorar o Deus verdadeiro (romanos 15,16). O ministério ordenado é chamado sacerdotal também porque, na celebração da Eucaristia como memorial do sacrifício de Cristo, o ministro ordenado tem uma particular configuração a Cristo como Sumo Sacerdote que continua a interceder por nós (Hebreus 7,25).¹²⁰ “Na Eucaristia o povo de Cristo faz o que ele mandou que fizessem em sua memória e Cristo os une sacramentalmente consigo no seu sacrifício. Mas nessa ação é somente o ministro ordenado que preside a Eucaristia, na qual, em nome de Cristo e por sua Igreja, o presidente recita a narrativa da instituição da Última Ceia e invoca a Espírito Santo sobre as ofertas. A palavra sacerdócio é usada por analogia quando é aplicada ao povo de Deus (o sacerdócio comum) e ao ministério ordenado. Essas são duas realidades distintas que se relacionam, cada uma a seu modo, com o alto sacerdócio de Cristo, o único sacerdócio da nova aliança...”¹²¹

58. O sacerdócio do ministério ordenado não pode ser derivado da congregação. É uma vocação distinta, não é um aprimoramento do sacerdócio comum. Mas ainda assim o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial estão correlacionados. O ministro, embora não seja delegado pela congregação, de fato age em seu nome e desse modo focaliza sua oferta de adoração. Somente bispos e padres ordenados e autorizados pelo episcopado presidem a Eucaristia.

59. Católicos romanos e anglicanos partilham esse acordo quanto ao ministério de todo o povo de Deus, ao ministério distinto dos ordenados, às três formas de

¹¹⁵ Cf. *Igreja como Comunhão*, n.45.

¹¹⁶ Cf. *O Dom da Autoridade*, n.38.

¹¹⁷ Cf. *Ministério e Ordenação*, n.9.

¹¹⁸ Cf. *Ministério e Ordenação*, n.13; *BEM*, Ministério, n.17.

¹¹⁹ *Ministério e Ordenação: Elucidação*, n.2.

¹²⁰ Cf. *ibid.*

¹²¹ *Ibid.*

ordenação ministerial, a sua origem, caráter e sucessão apostólicas e ao ministério da supervisão.

60. Em sua carta apostólica sobre as Ordens anglicanas, *Apostolicae Curae* (1896), o papa Leão XIII decidiu contra a validade das ordenações anglicanas.¹²² A questão da validade continua sendo um obstáculo fundamental ao reconhecimento dos ministérios anglicanos por parte da Igreja Católica. À luz dos argumentos sobre Eucaristia e ministério colocados tanto nas declarações da ARCIC como nas respostas oficiais de ambas as Comunhões, é evidente que temos uma intenção comum na ordenação e na celebração da Eucaristia. Essa consciência teria que estar presente em qualquer nova avaliação das ordenações anglicanas.

61. O século XX presenciou muita discussão dentro de toda a família cristã sobre a questão da ordenação das mulheres. A Igreja Católica Romana aponta para a tradição, nunca quebrada, de não ordenar mulheres. De fato, o papa João Paulo II expressou a convicção de que “a Igreja não tem autoridade de maneira alguma para conferir ordenação sacerdotal a mulheres”.¹²³ Após cuidadosa reflexão e debate, um número crescente de Igrejas Anglicanas começou a ordenar mulheres ao presbiterato e algumas também ao episcopado.¹²⁴ Elas fizeram isso, apesar de haver fortes diferenças de crença dentro dessas províncias, na convicção de que não há objeções teológicas a esse tipo de procedimento e de que não estão se afastando da compreensão tradicional do ministério apostólico nem da natureza do ministério, como foi colocado nas declarações da ARCIC.¹²⁵

7. Autoridade na Igreja

62. Anglicanos e católicos romanos concordam que a autoridade primordial para todos os cristãos é o próprio Jesus Cristo. “A ele Deus deu toda a autoridade no céu e na terra.”¹²⁶ Seguir Cristo é colocar-se sob a autoridade de Cristo. A autoridade da Igreja é derivada e totalmente dependente da autoridade de Cristo (cf. Mateus 11.27, 28.18ss). “Esta é a autoridade cristã: quando cristãos desse modo agem e falam, os homens percebem a autoridade da palavra de Cristo.”¹²⁷ “É em conformidade com o pensamento e o exemplo de Cristo que a Igreja é chamada a exercer autoridade (cf. Lucas 22.24-27; João 13.14-15; Filipenses 2.1-11).”¹²⁸ Sua autoridade “foi demonstrada por sua oferta de serviço em seu sacrifício de amor (cf. Marcos 10.45).”¹²⁹

¹²² Os Arcebispos de Canterbury e York se pronunciaram e rejeitaram esses argumentos em sua resposta *Saepius Officio* (1897).

¹²³ Carta Apostólica do papa João Paulo II, *Ordinatio Sacerdotalis*, 1994, n.4.

¹²⁴ Atualmente 14 das 38 províncias da Comunhão Anglicana têm legislação em vigor para permitir a ordenação de mulheres ao diaconato, ao presbiterato e ao episcopado. Mais 12 províncias ordenam mulheres ao diaconato e presbiterato e três províncias ordenam mulheres somente ao diaconato.

¹²⁵ Em *Ministério: Elucidação* n.5 se lê: “Mesmo que a Comissão perceba que a ordenação de mulheres criou, para a Igreja Católica Romana, um novo e grave obstáculo à reconciliação de nossas comunhões (Cf carta da papa Paulo VI ao arcebispo Donald Coggan, em 23 de março de 1976, AAS 68): ele acredita que os princípios sobre os quais repousa esse acordo doutrinal não são afetados por tais ordenações; trata-se da origem e da natureza do ministério ordenado e não da questão de quem pode ou não ser ordenado. Objeções, embora substanciais, à ordenação das mulheres, são de natureza diferente das objeções levantadas no passado contra a validade das ordenações anglicanas em geral.”

¹²⁶ ARCIC, *Autoridade na Igreja I* (1976), n.1; cf. Mateus 28.18.

¹²⁷ *Ibid.* n.3.

¹²⁸ *O dom da autoridade*, n.5.

¹²⁹ *Ibid.* n.9.

63. Cristo confere sua autoridade à Igreja, tanto para conservar a Igreja consciente do projeto de Deus na criação e redenção, como para ajudar a Igreja a responder com fidelidade a esse propósito.¹³⁰ Além disso, a autoridade tem “uma dimensão radicalmente missionária”. “A autoridade é exercida na Igreja por causa daqueles que estão fora dela, para que o Evangelho possa ser proclamado “no poder e no Espírito Santo com plena convicção” (1 Tessalonicenses 1,5).”¹³¹

64. Situações que mudam, apresentam novos desafios ao Evangelho. Cada geração é chamada a traduzir profeticamente o Evangelho. O processo dinâmico de comunicar a cada geração aquilo que foi entregue de uma vez por todas à comunidade apostólica é o que chamamos de Tradição, que é muito mais do que a transmissão de proposições verdadeiras a respeito da salvação. Esse passar adiante (*traditio*) envolve apresentar o Evangelho de novas maneiras. Mas tal rerepresentação deve estar de acordo com o testemunho apostólico registrado nas Escrituras: dentro da Tradição as Escrituras têm uma autoridade única.¹³²

65. O evangelho é entendido plenamente somente na Igreja. A revelação de Deus foi confiada a uma comunidade, o que significa que todo o povo de Deus tem a responsabilidade de discernir e comunicar a Palavra de Deus.¹³³ Dentro da “sinfonia” de todo o povo de Deus, todos desempenham um papel: os que têm o ministério da supervisão, os teólogos e todo o povo de Deus.¹³⁴

66. Os bispos têm um papel vital no processo de discernimento, arcando com uma especial responsabilidade de promover a verdade e discernir o erro e de preservar e promover a comunhão; mas isso nunca é exercido em separado da comunidade inteira dos fiéis.¹³⁵ A interação entre o bispo e o povo nessa tarefa de discernimento e ensino é uma garantia da vida cristã e da fidelidade. O discernimento envolve tanto a atenção aos fatos como uma separação criteriosa para ajudar o povo de Deus na compreensão, articulação e aplicação de sua fé.¹³⁶ A autoridade do bispo necessariamente inclui a responsabilidade de tomar decisões que são exigidas a bem da *koinonia* e implementá-las.¹³⁷

67. Na ordenação os bispos recebem não só a responsabilidade por sua Igreja local mas também partilham uma responsabilidade colegiada em relação à comunidade mais ampla. “Bispos se encontram colegiadamente, não como indivíduos mas como aqueles que têm autoridade dentro e a serviço da vida sinodal das igrejas locais... Quando os bispos se reúnem buscam discernir e articular o *sensus fidelium* que está presente na igreja local e na comunhão maior das igrejas.”¹³⁸ “O dever de manter a Igreja na verdade é uma das funções essenciais do colégio episcopal... O exercício dessa autoridade magisterial exige que o que é ensinado seja fiel à Sagrada Escritura e condizente com a Tradição apostólica.”¹³⁹ “O desafio e a responsabilidade dos que têm autoridade dentro da Igreja é exercer o seu ministério de modo a promover a unidade

¹³⁰ Cf. *ibid.* nn.7-13.

¹³¹ *Ibid.* n.32.

¹³² Cf. *Autoridade na Igreja I*, n.15; *O dom da autoridade*, n.19.

¹³³ *O dom da autoridade*, n.28.

¹³⁴ Cf. *Ibid.* nn.28, 30.

¹³⁵ Cf. *Autoridade na Igreja I*, n.18.

¹³⁶ Cf. *ibid.*; *Igreja como comunhão*, n.32.

¹³⁷ *O dom da autoridade*, n.36.

¹³⁸ *Ibid.* n.38.

¹³⁹ *Ibid.* n.44.

de toda a Igreja na fé e na vida, de maneira a enriquecer em vez de diminuir a legítima diversidade entre as igrejas locais.”¹⁴⁰

68. Concordamos que nenhuma igreja local é auto-suficiente. Várias estruturas e práticas são necessárias para manter e manifestar a comunhão das igrejas locais e sustentá-las na fidelidade ao Evangelho. Isso inclui sínodos e concílios ecumênicos locais, provinciais e mundiais..¹⁴¹ Anglicanos e católicos romanos concordam que desde o tempo do Novo Testamento (cf Atos 15,6-29) a Igreja tem procurado, através de reuniões colegiadas e conciliares ser obediente a Cristo, em fidelidade a sua vocação.

69. Anglicanos e católicos romanos concordam que concílios podem ter sua autoridade reconhecida quando expressam a fé comum e o pensamento da Igreja, de acordo com as Escrituras e a Tradição apostólica.¹⁴² Até os dias de hoje, esses concílios, que a Igreja Católica descreve como “ecumênicos”, são compreendidos com um caráter de decisões que devem ser seguidas e são, para a Igreja Católica, uma expressão da autoridade da Tradição viva.¹⁴³ Anglicanos historicamente só têm reconhecido como de aceitação obrigatória a autoridade dos quatro primeiros concílios ecumênicos. Mesmo que afirmem alguns dos conteúdos dos concílios que se sucederam, crêem que somente as decisões que podem ser apoiadas a partir da Escritura são obrigatórias para os fiéis.

70. A comunhão da Igreja requer um ministério de primazia em cada nível da vida da Igreja como um laço e um foco visível de sua comunhão.¹⁴⁴ Desde os primeiros tempos, uma hierarquia se desenvolveu entre os bispos, pela qual bispos sediados em locais mais proeminentes exerciam um distintivo ministério da unidade, como primeiros entre os bispos de suas respectivas regiões. Eles não agiam isoladamente mas em associação colegiada com outros bispos. Primazia e colegialidade são dimensões complementares da *epíscope*, exercidas dentro da vida da Igreja como um todo. (Os anglicanos reconhecem o ministério do arcebispo de Canterbury exatamente nesse sentido).

71. O ofício de um primado universal é um caso especial e particular desse cuidado pela comunhão universal, que é próprio do ofício episcopal em si. “A única sé que se coloca com direito a essa primazia universal e que tem exercido e ainda exerce tal *epíscope* é a sé de Roma, a cidade onde morreram Pedro e Paulo.”¹⁴⁵ A Igreja Católica Romana ensina que o ministério do bispo de Roma como primado universal está de acordo com o desejo de Cristo para a Igreja e é um elemento essencial para que ela seja conservada na unidade e na verdade. Anglicanos rejeitaram a jurisdição do bispo de Roma como primaz universal no século XVI. Hoje, porém, alguns anglicanos começam a ver o valor potencial de um ministério de primado universal, que seria exercido pelo bispo de Roma, como sinal e foco de unidade em uma Igreja reunida.¹⁴⁶

72. Concordamos que a Igreja, “coluna e sustentáculo da verdade” (1 Timóteo 3,15), é infalível. A Igreja confia que o Espírito Santo efetivamente lhe permitirá cumprir

¹⁴⁰ *Ibid.* n.33.

¹⁴¹ Cf. *ibid.* n.37.

¹⁴² Cf. *Autoridade na Igreja I*, n.9.

¹⁴³ Cf. *Autoridade I*, n.19, fn.2.

¹⁴⁴ Cf. *Relatório Final*, Introdução n.6.

¹⁴⁵ *Autoridade na Igreja I*, n.23.

¹⁴⁶ Cf. *Autoridade na Igreja II*, n.9.

sua missão, de tal modo que ela não perderá seu caráter essencial nem falhará na conquista de seu objetivo.¹⁴⁷

73. Anglicanos e católicos romanos partilham um considerável consenso sobre a autoridade na Igreja, embora restem numerosos tópicos para discussão, como a autoridade obrigatória dos concílios ecumênicos e a infalibilidade da tarefa de ensino da Igreja. Anglicanos e católicos continuam a refletir sobre a relação entre o nível local e universal da vida da Igreja, e em particular sobre o papel e a autoridade das estruturas regionais e nacionais, sobre o lugar e o papel do laicato em cada nível da vida da Igreja, particularmente quando se trata de concílios e sínodos, sobre a relação entre encontros colegiais e sinodais, e sobre o lugar da recepção no discernimento do pensamento de Cristo para a Igreja.

74. Um tópico importante é a questão de saber se a Comunhão Anglicana estaria aberta a instrumentos de supervisão que permitiriam que decisões, em certas circunstâncias, fossem obrigatórias para os membros de todas as províncias. Por outro lado, pergunta-se se na Igreja Católica têm sido construídos canais suficientes para garantir a consulta entre o bispo de Roma e as igrejas locais antes da tomada de decisões importantes que afetam tanto uma igreja local como o conjunto da Igreja.

75. Enquanto alguns anglicanos estão chegando a valorizar o ministério do bispo de Roma como sinal e foco de unidade, continuam em aberto, questões sobre se a validade do ministério petrino, do modo como é exercido pelo bispo de Roma, existe na Igreja por direito divino, sobre a natureza da infalibilidade papal e sobre a jurisdição dada ao bispo de Roma como primaz universal.¹⁴⁸

76. Tanto anglicanos como católicos romanos crêem na infalibilidade da Igreja, crêem que o Espírito Santo conduz a Igreja para toda a verdade. Para os católicos é assegurado pela fé que, em situações específicas e sob certas condições precisas, os que detêm o ministério da supervisão, assistidos pelo Espírito Santo, podem chegar a um julgamento sobre assuntos de fé e moral preservado de erro. Isso é o que se entende como infalibilidade no ensinamento da Igreja. Os anglicanos, crendo que a infalibilidade da Igreja é preservada pela fidelidade às Escrituras, os credos católicos, os sacramentos e o ministério dos bispos, não atribuem um ministério infalível a nenhum grupo ou indivíduo durante a vida. Consideram, porém, que a doutrina, proposta ou definida, precisa ser acolhida pelo corpo de fiéis às quais é dirigida como condizente com a Escritura e a Tradição.¹⁴⁹

8. Discipulado e santidade

77. Anglicanos e católicos romanos ensinam que a vocação cristã é para a santidade de vida (cf. Êxodo 9.6; Mateus 5.48) e que o comportamento moral está integrado à manutenção da comunhão com a Trindade Santa, bem como à comunhão na comunidade dos crentes na Igreja. Recebemos o mesmo Evangelho e concordamos que o Evangelho que proclamamos não pode estar divorciado da vida que vivemos (cf. 1 João 3.18; Tiago 2.20).¹⁵⁰ Nossa aceitação comum dos mesmos valores fundamentais e a partilha da mesma visão de humanidade, criada à imagem de Deus e

¹⁴⁷ *Autoridade na Igreja II*, n.23.

¹⁴⁸ Cf. *O dom da autoridade*, nn.56, 57.

¹⁴⁹ Cf. Seção do Relatório sobre 'Preocupações dogmáticas e pastorais', em *A verdade vos tornará livres: Conferência de Lambeth 1988* (Londres: Church House, 1988), p.104.

¹⁵⁰ Cf. ARCIC, *Vida em Cristo: Moral, Comunhão e a Igreja* (1994), n.2.

recriada em Cristo, são elementos constitutivos da comunhão eclesial e são essenciais para a comunhão visível da Igreja.¹⁵¹

78. Consideramos que a nossa realidade de criaturas coloca a humanidade numa relação de interdependência com toda a criação e afirmamos que a ordem material da criação pode ser alcançada e transfigurada por obra do Espírito Santo como canal efetivo de sua graça e amor.

79. Afirmamos a dignidade da pessoa humana - homem e mulher – criada por Deus e para a comunhão com Deus. Quaisquer que sejam as diferenças entre as pessoas, concordamos que todas partilham de igual dignidade como criaturas de Deus. Daí se derivam os básicos direitos humanos diante das necessidades da vida como alimento, vestimenta, moradia, educação, trabalho, liberdade de expressão religiosa e liberdade para participar na configuração da sociedade. Nossa tradição comum equilibra a dignidade e os direitos do indivíduo com o bem de toda a comunidade. Concordamos que a liberdade humana é uma liberdade de correspondência e interdependência. Pessoas humanas são criadas para a comunhão e comunhão envolve responsabilidade em relação à sociedade e à criação, como também em relação a Deus.¹⁵² Viver o Evangelho inclui viver num relacionamento de justiça e amor com nosso próximo, e requer que contribuamos para o bem comum da mesma forma com que dele nos beneficiamos. O chamado para seguir o exemplo de amor altruísta de Cristo é às vezes um chamado para renunciar ao que é legitimamente nosso para atender a uma necessidade maior de outros na comunidade humana.¹⁵³

80. Concordamos que o crescimento em Cristo, para os crentes individualmente e para a comunidade que acredita, surge de uma resposta à graça de Deus e deve ser moldado de acordo com o pensamento de Cristo. A fidelidade da Igreja ao pensamento de Cristo envolve um processo contínuo de escuta, aprendizado, reflexão e ensino. Nesse processo, cada membro da comunidade tem um papel a desempenhar. Cada pessoa tem que aprender a refletir e agir de acordo com uma consciência bem informada. Aprender e ensinar são uma atividade partilhada, na qual os fiéis procuram descobrir juntos o que a obediência ao evangelho da graça e da lei do amor traz como conseqüência no meio das perplexidades morais do mundo.¹⁵⁴

81. Concordamos que o contexto no qual a Igreja é chamada a testemunhar e exercer seu ministério de cura, perdão e reconciliação, está marcado por fragilidade e pecado. Onde há fracasso moral, a Igreja se esforça por incentivar arrependimento e faz o possível para resgatar os pecadores para a vida da graça na comunidade e proclamar o perdão. Concordamos que a Igreja é uma comunidade com um ministério vital de reconciliação que tem uma dupla face: é uma comunidade na qual a reconciliação que vem de Deus em Cristo pode ser experimentada por seus membros e é também uma comunidade que deve promover a reconciliação de todas as maneiras possíveis no mundo (cf 2 Coríntios 18-21). Tanto anglicanos como católicos reconhecem que a confissão privada perante um sacerdote é um meio de graça e uma efetiva declaração do perdão de Cristo em resposta ao arrependimento.

82. Através de sua história, a Igreja tem procurado ser fiel ao seguir a ordem de Cristo para curar e isso tem inspirado incontáveis atos de ministério no cuidado médico

¹⁵¹ Cf. *Igreja como Comunhão*, nn.44, 45.

¹⁵² Cf. *Vida em Cristo*, n.7.

¹⁵³ *Igreja como Comunhão*, n.15.

¹⁵⁴ Cf. *ibid.* n.29.

e hospitalar. Junto com esse ministério físico, ambas as tradições têm continuado a exercer o ministério sacramental da unção. Na tradição católica romana, o ato de ungir tornou-se especialmente associado aos ritos administrados aos cristãos que partem desta vida. Mas em anos recentes tem havido um crescente aumento da prática de ungir os doentes. Os anglicanos também têm redescoberto o valor dessa ação sacramental como meio efetivo de proclamar o ministério mais amplo de cura da Igreja.

83. Anglicanos e católicos romanos partilham maneiras similares de argumentação sobre a moral. Reconhecemos a autoridade normativa da Escritura e nos apoiamos numa tradição partilhada que apela para a lei natural e contempla a sabedoria que preside à ordem da criação.¹⁵⁵

84. O ensinamento de anglicanos e católicos romanos está unificado ou é compatível em muitos assuntos de ética social, como por exemplo, na questão da guerra e da paz. Concordamos que a guerra, como método de resolver disputas internacionais, é incompatível com o ensinamento e o exemplo de nosso Senhor Jesus Cristo.¹⁵⁶ Tem havido também consistência na aplicação desse ensinamento a conflitos específicos e um uso comum de reflexões a partir das teorias sobre “guerra justa”. Também há correspondência em nossos respectivos ensinamentos sobre liberdade e justiça e outros temas de direitos e responsabilidades humanas.

85. Em ambas as Comunhões o matrimônio tem um padrão e um significado dados por Deus, levando a um compromisso exclusivo para a vida inteira de um homem e uma mulher, envolvendo o amor recíproco de marido e mulher e a procriação e criação dos filhos. Ambas as Comunhões falam do matrimônio como uma aliança e uma vocação à santidade e o vêem dentro da ordem da criação como sinal e manifestação real do amor fiel de Deus.¹⁵⁷ Assim, tem uma dimensão naturalmente sacramental. “Quando Deus chama mulheres e homens ao estado conjugal, e nele os sustenta, o amor de Deus por eles é criativo, redentor e santificador.”¹⁵⁸ Em ambas as Comunhões, o marido e a mulher são os celebrantes do sacramento. Um sacerdote normalmente tem um papel especial como testemunha do caráter sacramental do casamento.

86. Apesar de nossos comuns fundamentos morais, existem sérios desacordos sobre tópicos específicos, alguns dos quais emergiram no longo período de nossa separação:

a) Anglicanos e católicos têm uma prática diferente no que diz respeito à confissão privada. “A ênfase dos reformadores no acesso direto do pecador à Palavra de Deus que perdoa e sustenta levou os anglicanos a rejeitar a idéia de que a confissão privada diante do padre era obrigatória, embora eles continuassem a afirmar que era um bom meio de graça e tenham feito menção a esse recurso no Livro de Oração Comum para aqueles que se sentissem inquietos e gravemente incomodados em consciência.”¹⁵⁹ Anglicanos expressam esse tipo de comportamento disciplinar na fórmula resumida: todos podem, ninguém está obrigado, alguns deveriam. “A Igreja Católica Romana, por outro lado, tem continuado a enfatizar o sacramento da penitência e a obrigação, para

¹⁵⁵ Cf. *Vida em Cristo*, n.9.

¹⁵⁶ Cf. Conferência de Lambeth, 1930, Resolução 25 (reafirmada em sucessivas Conferências de Lambeth) e também *Gaudium et Spes*, nn.77, 82.

¹⁵⁷ Cf. Exortação apostólica do papa João Paulo II sobre a família, *Familiaris Consortio* (1981), n.34.

¹⁵⁸ *Vida em Cristo*, n.60 (citando a Conferência de Lambeth, 1968, Resolução 22).

¹⁵⁹ *Vida em Cristo*, n.46.

aqueles conscientes de estarem em pecado grave, de confessar seus pecados privadamente diante do padre. A norma disciplinar da confissão dos pecados diante do padre tem propiciado um meio importante de comunicação do ensinamento moral da Igreja e uma alimentação da vida espiritual dos penitentes.”¹⁶⁰

b) Enquanto ambas as Comunhões reconhecem que o casamento é para a vida inteira, ambas têm também que reconhecer a realidade da falência de muitos casamentos. Para os católicos romanos não é possível desmanchar o laço matrimonial constituído sacramentalmente por causa de seu caráter indissolúvel, já que ele significa a relação de aliança de Cristo com a Igreja. Em certas circunstâncias, porém, a Igreja Católica reconhece que não houve de fato um verdadeiro casamento e uma declaração de nulidade podem ser obtidos das autoridades competentes. Os anglicanos têm-se inclinado a reconhecer o divórcio decorrente da falência de um casamento e, em anos recentes, algumas Igrejas Anglicanas determinaram as circunstâncias em que estariam preparadas para permitir que parceiros de um casamento anterior possam celebrar outro matrimônio.

c) Anglicanos e católicos romanos partilham o mesmo ensinamento fundamental a respeito do mistério da vida humana e da santidade da pessoa humana, mas eles diferem na maneira pela qual desenvolvem e aplicam esse ensinamento moral fundamental.¹⁶¹ Anglicanos não têm nenhum ensinamento consensual sobre o preciso momento em que a nova vida humana que se desenvolve no útero deve receber a proteção total devida a uma pessoa humana; nem todos os anglicanos insistem que em todas as circunstâncias, sem exceção, tal proteção tenha que ser estendida ao momento da concepção. Entre os anglicanos pode se encontrar a opinião de que, em certos casos, o aborto direto é moralmente justificável.¹⁶² O ensinamento católico romano é que o embrião humano precisa ser tratado como pessoa humana desde o momento da concepção e rejeita-se todo aborto direto.¹⁶³ Anglicanos e católicos romanos partilham uma forte rejeição à prática crescente, em muitos países, do aborto, por razões de mera conveniência.

d) Anglicanos e católicos romanos concordam que a procriação é um dos bens divinamente projetados para a instituição do matrimônio e que a decisão deliberada, sem razão justificável de excluir a procriação do matrimônio, é uma rejeição desse bem e uma contradição da natureza do casamento e da maneira como Deus chama os casais a uma paternidade responsável. Eles concordam que há situações em que um casal estaria moralmente justificado na decisão de evitar a geração de filhos.¹⁶⁴ Eles não concordam sobre o método pelo qual a responsabilidade dos pais é exercida.¹⁶⁵ O ensinamento católico exige que todo ato sexual esteja aberto à procriação e aconselha abstinência para casais que têm uma razão justa para evitar a concepção.¹⁶⁶ A Conferência de Lambeth em 1930 decidiu que “onde houver uma razão moralmente sólida para evitar a paternidade... e uma razão sólida para evitar abstinência... outros métodos podem ser usados.”¹⁶⁷

¹⁶⁰ *Ibid.* n.47.

¹⁶¹ *Ibid.* nn.85-86.

¹⁶² Conferência de Lambeth, 1930, Resolução 16 e Conferência de Lambeth, 1978, Resolução 10.

¹⁶³ *Donum Vitae*, instrução Pastoral da Congregação para a Doutrina da Fé, 1987.

¹⁶⁴ *Vida em Cristo*, n.78.

¹⁶⁵ *Ibid.* nn.80-82.

¹⁶⁶ *Humanae Vitae*, Carta Encíclica do papa Paulo VI (1968), n.11.

¹⁶⁷ Conferência de Lambeth, 1930, Resolução 15 e Conferência de Lambeth, 1968, Resolução 22.

e) Anglicanos e católicos romanos afirmam a importância da humana amizade e afeição entre homens e mulheres, casados ou solteiros, e acreditam, com base no ensinamento das Escrituras, que um matrimônio fiel para a vida inteira providencia o contexto normativo para a expressão de um pleno relacionamento sexual. Rejeitam a crença de que relações matrimoniais e homossexuais são equivalentes.¹⁶⁸ O ensinamento católico afirma que a atividade homossexual é intrinsecamente desordenada e sempre objetivamente errada.¹⁶⁹ Fortes tensões têm emergido na Comunhão Anglicana por causa de sérios desafios surgidos em algumas províncias¹⁷⁰ em relação ao ensinamento tradicional sobre sexualidade humana que foi expresso na Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth de 1998.¹⁷¹ Alguns sínodos anglicanos diocesanos e provinciais têm recentemente defendido o reconhecimento e a bênção para certos relacionamentos mais comprometidos de pessoas do mesmo sexo dentro da vida da Igreja e na vida da sociedade civil. Os instrumentos da Comunhão têm reafirmado a Resolução de Lambeth como ensinamento padrão. Nas discussões sobre sexualidade humana dentro da Comunhão Anglicana e nos diálogos entre ela e a Igreja Católica, permanecem questões antropológicas e de hermenêutica bíblica que precisam ser abordadas.

87. Concordamos que existe um perigo de que as áreas de desacordo entre nós se expandam à medida que novos temas e contextos rapidamente emergem. Precisamos estudar juntos e desenvolver estruturas comuns para a tomada de decisões, a fim de responder, juntos, aos temas que já estão sendo apresentados a ambas as Igrejas, e aos novos temas, à medida que surgirem. Concordamos que devemos agir juntos, sempre que possível, para evitar que a integridade do testemunho cristão no mundo seja ainda mais prejudicada. É urgente que nos aconselhemos, tomemos decisões em conjunto e juntos possamos agir quanto ao ensinamento moral, para guiar e orientar os discípulos de Cristo no caminho da santidade e para testemunhar efetivamente com credibilidade o amor e a justiça de Deus ao mundo.

9. A bendita Virgem Maria

88. Todas as gerações de anglicanos e católicos romanos têm chamado a Virgem Maria de “bendita”. Anglicanos e católicos romanos concordam que é impossível ser fiel à Escritura sem dar a devida atenção à pessoa de Maria.¹⁷² Mesmo que devoções e formas de ensinamento tenham se desenvolvido de forma independente através dos séculos de separação, é ainda possível para nós expressar um extenso consenso, baseado nas Escrituras e nas antigas tradições comuns, sobre o lugar de Maria na economia da salvação e na vida da Igreja. Dentro da vida contemporânea de nossas Comunhões podemos discernir muito em comum sobre essa que, de todos os fiéis, é a mais próxima de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

89. Anglicanos e católicos concordam que só pode haver um mediador entre Deus e a humanidade, Jesus Cristo, e rejeitam qualquer interpretação do papel de Maria que

¹⁶⁸ *Vida em Cristo*, n.87.

¹⁶⁹ *Catecismo da Igreja Católica* (1992), n.2357.

¹⁷⁰ Por exemplo: a eleição de um bispo envolvido numa relação de mesmo sexo na Igreja Episcopal (EUA) e a autorização de um Rito público de bênção para uniões do mesmo sexo na diocese de New Westminster na Igreja Anglicana do Canadá.

¹⁷¹ A Resolução 1.10 observou que “em vista do ensinamento da Escritura”, a Conferência “apoia a fidelidade no casamento entre um homem e uma mulher numa união para a vida inteira, e acredita que a abstinência é correta para aqueles que não foram chamados ao matrimônio.”

¹⁷² *Maria: Graça e Esperança em Cristo*, n.6.

obscreça essa afirmação. Concordamos em reconhecer que a compreensão cristã de Maria está inseparavelmente ligada às doutrinas sobre Cristo e a Igreja. Católicos e anglicanos reconhecem a graça e a vocação singular de Maria, Mãe de Deus encarnado (*Theotókos*), celebram suas festas e concordam a respeito da sua posição de honra na comunhão dos santos.¹⁷³ Aprendemos que Maria foi preparada pela graça divina para ser mãe do nosso Redentor de acordo com o padrão bíblico de graça e esperança. Em vista dessa vocação de ser a mãe do Santo, é adequado que a obra redentora de Cristo tenha retroagido e alcançado Maria no mais profundo de seu ser desde o início.¹⁷⁴ Também é apropriado crer que o ensinamento que diz que Deus acolheu a bendita Virgem Maria na sua glória, na plenitude da sua pessoa, é compatível com a Escritura, deve ser entendido somente à luz da Escritura e é um sinal da esperança escatológica da humanidade inteira.¹⁷⁵ Concordamos em reconhecer em Maria um modelo de santidade, obediência e fé para todos os cristãos e para a Igreja.¹⁷⁶

90. Anglicanos e católicos romanos partilham a antiga tradição de orar com Maria e louvá-la. No passado, quando os anglicanos receavam que as práticas devocionais estivessem apresentando Maria como mediadora em lugar de Cristo, a invocação direta a Maria era evitada. Onde tal perigo não aparece, a prática de pedir a Maria, cume da Comunhão dos Santos, que interceda por nós tem renascido em alguns lugares. Católicos e anglicanos podem reconhecer juntos que Maria tem um papel permanente no direcionamento dos cristãos a Cristo, o único mediador, e que Maria e os santos rogam por toda a Igreja. A prática de pedir a Maria e aos santos que rogem por nós não é ponto de divisão na comunhão.¹⁷⁷ Concordamos que um conjunto de devoções pode ser acomodado dentro de nossas tradições quando há consenso na doutrina.

91. Através do diálogo, anglicanos e católicos romanos têm aprofundado sua compreensão comum de Maria no plano da salvação e na vida da Igreja. É precisamente porque a Igreja Católica viu o padrão da graça divina em ação em Maria desde a sua concepção até ela ser recebida na glória que ela chegou a definir a Imaculada Conceição e a Assunção como dogmas. Resta ver como, no contexto de uma Igreja visivelmente unida, essas doutrinas seriam afirmadas na confissão de uma fé comum.

92. A prática da devoção a Maria e a invocação dos santos fazem parte da vida devocional católica normal, mas permanecem pouco familiares, até estranhas, a muitos anglicanos. Precisamos de mais diálogo e compreensão mútua.

A fé que nos liberta

93. A Comissão reconhece com gratidão que a fé que conservamos em comum nos é dada por Deus. Nesta declaração temos tentado colher os frutos de quarenta anos de diálogo entre anglicanos e católicos romanos. Ao rever a experiência de nossas Igrejas ficou claro para nós como a continuada interação tem levado a maior compreensão mútua, e ao mesmo tempo como essa maior consciência da extensão da

¹⁷³ *Autoridade na Igreja II*, n.30; *Maria: Graça e Esperança em Cristo*, n.2.

¹⁷⁴ *Maria: Graça e Esperança em Cristo*, nn.54-55, 59.

¹⁷⁵ *Ibid.* nn.56-58.

¹⁷⁶ *Autoridade na Igreja II*, n.30; *Maria: Graça e Esperança em Cristo*, n.2.

¹⁷⁷ *Maria: Graça e Esperança em Cristo*, nn.64-75.

nossa fé partilhada nos tem dado liberdade para dar testemunho conjunto de modo mais efetivo. Celebramos e agradecemos a Deus por isso.

94. Tem havido fracassos e oportunidades perdidas ao longo do caminho. Reconhecemos que os obstáculos que nos impedem de receber juntos tudo o que Deus nos oferece prejudicam o alcance de nossa missão no mundo. A Comissão tem se tornado mais profundamente consciente da conexão íntima entre compreensão e cooperação, fé e missão. É nossa convicção que, à medida que avançamos na direção de uma plena comunhão eclesial e respondemos de forma renovada à missão comum confiada pelo Senhor a sua Igreja, os remanescentes pontos de divisão irão sendo resolvidos de modo mais efetivo.

95. Porque temos esperança na graça abundante de Deus, somos encorajados a perseverar e a enfrentar as dificuldades de crescer juntos. Damos glória a Deus, “que pode fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou entendemos; a ele seja dada a glória na Igreja, e em Cristo Jesus, por todas as gerações da eternidade. Amém.” (Efésios 3, 20-21)

PARTE DOIS

CAMINHO PARA A UNIDADE E A MISSÃO COMUM

96. Fé genuína é mais do que concordância: expressa-se em ação. À medida que anglicanos e católicos romanos buscam superar os obstáculos restantes para a plena unidade visível, nós, os bispos da IARCCUM, reconhecemos que a extensão da fé comum descrita nesta declaração nos impele a viver e testemunhar juntos de maneira mais completa aqui e agora. Um acordo sobre a fé deve ir além da mera afirmação. O discernimento de nossa fé comum desafia nossas Igrejas a reconhecer que elementos de santificação e verdade existem na vida eclesial de ambas e a desenvolver aqueles canais e expressões práticas de cooperação pelos quais a vida e a missão em comum podem ser geradas e sustentadas.

97. Cremos em um Deus cuja vida é comunhão e puro amor e que nós mesmos partilhamos a vida de Deus em Cristo através do Espírito Santo. Tudo que fazemos, como anglicanos e católicos romanos, e, em particular, tudo que buscamos fazer juntos deveria, portanto, ser feito em comunhão, com graça e generosidade para que não sejamos obstáculos à proclamação da Boa Nova. É esse chamado à generosidade que está nos conduzindo agora à partilha com todo o povo que Deus nos deu. A missão da Igreja deriva intrinsecamente da nossa participação na vida do Deus único e verdadeiro. Deveríamos estar sempre procurando partilhar uns com os outros e com o mundo em geral as boas dádivas do Deus vivo.

98. Também reconhecemos o progresso que tem sido feito em nossas relações com outros cristãos e permanecemos comprometidos com a reconciliação de todo o povo cristão. Onde quer que anglicanos e católicos romanos dêem passos para aprofundar seu relacionamento mútuo na vida e na missão, deveríamos estar atentos a outras parcerias ecumênicas, agindo de modo compatível com os acordos que já firmamos.

99. Nós, bispos da IARCCUM, convidamos anglicanos e católicos romanos de todo lugar a considerar as sugestões que vêm a seguir. São oferecidas como exemplos práticos de tipo de ação conjunta na missão que acreditamos ser apelos que nossa fé

em comum nos faz e que aprofundariam a comunhão que partilhamos. Também reconhecemos, no entanto, que o contexto e a dinâmica das relações entre anglicanos e católicos romanos diferem largamente pelo mundo afora. Podem existir sérias razões para que algumas das sugestões e convites colocados abaixo não sejam apropriados ou possíveis em alguns contextos locais. Não obstante, os frutos do diálogo entre anglicanos e católicos ao longo de quarenta anos constituem uma exortação para todos os anglicanos e católicos no sentido de considerar como podemos levar adiante nosso compromisso com a plena unidade visível; assim, recomendamos as idéias e propostas abaixo para cuidadosa consideração e reflexão.

1. Expressões visíveis da nossa fé comum

Tanto a Igreja Católica Romana como as Igrejas da Comunhão Anglicana são Igrejas litúrgicas nas quais Deus é glorificado em adoração pública comunitária. Convidamos anglicanos e católicos romanos a desenvolver estratégias para promover a expressão visível da fé que partilham.

100. Considerando o nosso mútuo reconhecimento do batismo de ambas as Igrejas, um número de iniciativas práticas se torna possível. Igrejas locais podem pensar em desenvolver programas conjuntos para a formação das famílias quando elas apresentam crianças para o batismo. Podem também preparar em comum recursos catequéticos para uso nas preparações de batismo e confirmação e nas escolas dominicais. Sugerimos que nossas paróquias locais façam regularmente uma profissão pública de fé em conjunto, talvez com uma renovação das promessas batismais por ocasião de Pentecostes a cada ano. Convidamos as igrejas locais a usar a mesma certidão de batismo e, onde for necessário, a rever e melhorar as que estão correntemente em uso. Embora respeitando as exigências canônicas em uso, também encorajamos a inclusão de testemunhas da outra Igreja em batismos e confirmações, particularmente no caso de candidatos que vem de famílias com membros de Igrejas diferentes. Encorajamos a cooperação nos programas de renovação da fé que visem ajudar a reafirmar o compromisso batismal das pessoas durante a vida adulta.

101. Considerando a significativa extensão da nossa compreensão comum da Eucaristia (cf parágrafos 39 a 40, na parte anterior do texto) e a importância central da Eucaristia para a nossa fé, encorajamos a presença na Eucaristia celebrada na outra Igreja, respeitando-se as diferentes normas de cada Igreja.¹⁷⁸ Isso é particularmente apropriado durante a Semana de Oração pela a Unidade dos Cristãos e outras ocasiões festivas na vida de nossas comunidades locais. Isso nos daria oportunidades para experimentar a vida eucarística uns dos outros, servindo assim para aprofundar nossa comunhão e nosso desejo de plena comunhão. Embora isso se realize sob a forma de uma presença sem inter-comunhão na igreja uns dos outros, ainda assim configuraria um início de uma consciência renovada do valor da comunhão espiritual. Recomendamos que se ofereça uma bênção aos que não possam receber a santa comunhão e isso tem se tornado uma prática regular em certos lugares.

102. Também encorajamos mais freqüentes encontros de culto não eucarístico, incluindo celebrações da fé, peregrinações, procissões de testemunho (por exemplo; na Sexta Feira Santa), e liturgias públicas partilhadas em ocasiões significativas. Convidamos os que rezam o ofício diário a descobrir como a celebração em conjunto da prece diária pode reforçar a missão comum.

¹⁷⁸ A norma para a Igreja Católica está no Diretório Ecumênico, nn.129-32; A disciplina anglicana varia de uma província para outra.

103. Encorajamos anglicanos e católicos romanos a orar pelo bispo local da outra Igreja, assim como fazem por seu próprio bispo, e a pedir a bênção de Deus sobre a cooperação mútua, onde for possível, no exercício da liderança de ambos na missão das igrejas locais. Acolhemos com alegria o crescente costume anglicano de incluir nas preces dos fiéis uma oração pelo papa e convidamos os católicos romanos a orar regularmente em público pelo arcebispo de Canterbury e pelos líderes da Comunhão Anglicana.

2. Estudo conjunto da nossa fé

Dado o grau de concordância na fé delineado nesta declaração, desejamos promover o estudo conjunto a fim de aprofundar a fé que partilhamos.

104. Como as Escrituras ocupam um lugar primordial na vida de fé, tanto de anglicanos como de católicos, encorajamos o estudo conjunto das Escrituras, particularmente entre os que se preparam para o ministério. Traduções ecumênicas da Bíblia são recursos inestimáveis em nossos esforços para promover o testemunho comum. Notamos as grandes semelhanças dos lecionários anglicano e católico romano, que tornam possível formar grupos conjuntos de estudo bíblico baseados nas leituras do domingo. Também estimulamos o desenvolvimento de princípios hermenêuticos comuns (cf parágrafos 26 a 30, na parte anterior do texto) para que se chegue a um acordo na leitura ecumênica das Escrituras. Isso pode ser alimentado através do patrocínio em comum de palestras e oficinas sobre diferentes abordagens metodológicas, antigas e modernas, das Escrituras. Finalmente, sugerimos a introdução de oficinas em conjunto para pregadores, bem como um estudo partilhado das tradições litúrgicas de cada um.

105. Refletindo juntos sobre a nossa fé, é vital que todos os bispos garantam que as declarações de acordo da ARCIC sejam amplamente estudados em ambas as Comunhões. Além do Relatório Final de ARCIC I (1982), convidamos ao estudo conjunto do trabalho da segunda fase da ARCIC. Por exemplo: *Igreja como Comunhão* reflete sobre o mistério da Igreja e os elementos visíveis de comunhão necessários para a plena unidade visível; isso pode ajudar anglicanos e católicos romanos a identificar os elementos constitutivos da Igreja na vida e no testemunho uns dos outros e, à medida que discernem aspectos em comum, pode ajudá-los a considerar como eles podem se unir através da vivência desses elementos. Um estudo de *Vida em Cristo: Moral, Comunhão e a Igreja*, poderia aprofundar a compreensão mútua dos princípios morais que partilhamos, bem como das diferenças que permanecem. Encorajamos a criação de grupos de discussão sobre a recente Declaração de Acordo, *Maria: graça e Esperança em Cristo*, com o objetivo de obter uma melhor apreciação de nossa herança mariológica comum e para refletir sobre as implicações práticas das descobertas da Comissão.¹⁷⁹

106. Comissões nacionais ou regionais Anglicanas/ Católico Romanas (ARCs) já existem em várias partes do mundo e têm dado significativas contribuições através do envolvimento no diálogo teológico e do discernimento de vários caminhos para a cooperação pastoral (por exemplo: no Caribe, EUA, Inglaterra e país de Gales, Canadá, Austrália, Nova Zelândia). Províncias anglicanas e conferências episcopais

¹⁷⁹ Cf. Timothy Bradshaw, *Comentário e Guia de Estudo sobre a Declaração de Seattle da Comissão Internacional Anglicano Católico Romana*, *Maria: Graça e Esperança em Cristo* (Londres: Anglican Communion Office, 2005); *Maria: Graça e Esperança em Cristo – O texto com Comentários e Guia de Estudo*, ed. Donald Bolen and Gregory Cameron (Londres: Continuum, 2006).

católicas podem estimular o estabelecimento de ARCs onde elas ainda não existem. Além de seu impacto local, elas também desempenham um valioso papel ajudando na recepção das Declarações de Acordo da ARCIC e oferecendo informação para a Comissão Internacional a respeito do progresso dos relacionamentos em nível local.

107. Existem muitos recursos teológicos que podem ser partilhados, incluindo grupos de profissionais, bibliotecas e programas de estudo e formação para o clero e o laicato. As possibilidades de partilha que já estão à nossa disposição (por exemplo, aquelas identificadas no texto *A Dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastoral*,¹⁸⁰) deveriam ser exploradas e utilizadas com aproveitamento pleno de seu potencial.

3. Cooperação no ministério

Incentivamos a cooperação, sempre que possível, nos ministérios ordenados e entre os leigos.

108. Além das ARCs, nacionais e regionais, diálogos entre bispos anglicanos e católicos romanos também têm sido estabelecidos em vários lugares com o objetivo de abordar temas pastorais e de criar um contexto em que se desenvolvam a confiança e a amizade no amor mútuo de Cristo. Esse tipo de diálogo tem se mostrado frutífero, por exemplo, ao promover orientações para famílias de pertença intereclesial e outras situações pastorais e sociais. Onde esse diálogo ainda não acontece, incentivamos bispos anglicanos e católicos romanos a considerar o valor de encontros anuais ou mais freqüentes.¹⁸¹

109. Trabalhar pela unidade envolve a resolução dos temas do passado que dividem, mas também requer comunicação direta para lidar com o que se desenvolve dentro das respectivas comunhões. Sempre que possível, observadores, leigos e ordenados, podem ser convidados para assistir a conferências e encontros sinodais e colegiados da outra Igreja. Também encorajamos líderes anglicanos e católicos romanos, em nível nacional e internacional, a fazer consultas mútuas, tão amplas quanto possível, antes da tomada de decisões cruciais em assuntos de fé, ordem e vida moral que tenham reflexos na unidade da Igreja.

110. Encorajamos os bispos a assumir estudo conjunto de documentos recentes anglicanos e católicos romanos¹⁸² de modo a permitir um ensino comum sobre assuntos referentes à missão local e ao testemunho. Há um valor óbvio quando os líderes da Igreja apresentam declarações pastorais em conjunto sobre assuntos urgentes de interesse comum em nível nacional e regional e desejamos que todos os bispos façam isso sempre que for possível.

111. Além dessas formas de consulta, uma gama de outras iniciativas em nível episcopal podem ser concebidas. Vemos um particular valor na prática de providenciar cartas de apresentação para colegas ecumênicos quando um novo bispo é eleito. Pode-se colocar em consideração a associação de bispos anglicanos com bispos

¹⁸⁰ *A dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastoral* (cidade do Vaticano: Imprensa Vaticana, 1997).

¹⁸¹ Por exemplo: bispos anglicanos e católicos romanos no Sudão têm se encontrado regularmente nos últimos quatro anos e têm abordado efetivamente em conjunto importantes temas sociais.

¹⁸² Na Igreja Católica isso incluiria textos como as encíclicas papais e outros ensinamentos de autoridade. Na Comunhão Anglicana isso incluiria relatórios das Comissões da Comunhão Anglicana, material dos quatro Instrumentos de Comunhão e outros estudos.

católicos por ocasião das visitas *ad limina* a Roma.¹⁸³ Sugerimos também consultas episcopais e cooperação na formulação de protocolos para lidar com o movimento do clero de uma Comunhão para outra.

112. Considerando a amplitude da nossa compreensão comum do ministério, encorajamos o estudo de possibilidades de formação conjunta em certos aspectos. Oficinas patrocinadas em comum para bispos recentemente ordenados poderiam ajudar a ver caminhos para que o seu ministério esteja atento aos temas ecumênicos (Por exemplo: apoiando o tipo de consulta e cooperação pastoral sugerido acima). Na preparação para o ministério sacerdotal, mesmo tendo em mente os distintos elementos de formação, pode-se pensar numa adequada cooperação na educação teológica (por exemplo: nos campos de estudo bíblico, história da Igreja, formação pastoral). Há possibilidade de cooperação ainda mais extensa nos campos de treinamento diaconal e formação permanente do clero, incluindo retiros em conjunto para o clero.

113. Embora não se deixe de considerar os problemas doutrinários subjacentes em relação ao reconhecimento mútuo das ordenações (cf parágrafos 60 e 61 na parte anterior do texto), toda oportunidade adequada deve ser aproveitada para reconhecer publicamente os frutos dos ministérios ordenados de ambas as partes; por exemplo: assistir à ordenação na outra Igreja.

114. Insistimos que anglicanos e católicos romanos reflitam juntos sobre como o ministério do bispo de Roma poderia ser oferecido e recebido de modo a ajudar nossas Comunhões a crescer na direção de uma plena comunhão eclesial.¹⁸⁴

115. Anglicanos e católicos romanos partilham uma rica herança a respeito do lugar das ordens religiosas na vida eclesial. Há comunidades religiosas em ambas as Comunhões que remontam suas origens aos mesmos fundadores (por exemplo: beneditinos e franciscanos). Encorajamos a continuação e o fortalecimento das relações entre as ordens anglicanas e católicas e reconhecemos o especial testemunho das comunidades monásticas com vocação ecumênica.

116. Há muitas áreas em que o cuidado pastoral e espiritual pode ser partilhado. Reconhecemos o benefício que vem de muitas instâncias de direção espiritual dada e recebida por anglicanos aos católicos e por católicos aos anglicanos. De particular interesse na área do ministério é a necessidade de desenvolver programas de cuidado pastoral conjunto para famílias intereclesiais (incluindo a preparação do matrimônio) e de encontrar caminhos para atender a sua situação específica.

117. Recomendamos formação em conjunto, sempre que possível, para os ministérios leigos (por exemplo, para: catequistas, leitores, professores, evangelizadores). Louvamos a partilha de talentos e recursos de ministros leigos, particularmente entre paróquias anglicanas e católicas do mesmo local. Percebemos no ministério da música um potencial para enriquecer nossas relações e para fortalecer a presença da Igreja junto à sociedade mais ampla, especialmente entre os jovens.

¹⁸³ Percebemos que isso já ocorreu no caso de uma recente visita *ad limina* de bispos católicos romanos de Papua, Nova Guiné.

¹⁸⁴ Cf. *Ut Unum Sint*, n.96; *O dom da autoridade*, n.59.

4. Testemunho partilhado no mundo

Encorajamos a promoção de uma espiritualidade de compromisso com o mundo, orientada para a missão, e o desenvolvimento de estratégias conjuntas de atendimento externo para a partilha da nossa fé.

118. Reconhecemos a íntima relação que existe entre a unidade da Igreja, a paz e o bem estar da comunidade humana e a integridade de toda a criação. Insistimos que as nossas duas Comunhões trabalhem juntas e globalmente com outros para promover a justiça social, para erradicar a pobreza e para cuidar do meio ambiente (por exemplo, através do apoio aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, propostos pelas Nações Unidas).

119. Também encorajamos as igrejas locais a se unirem em questões de vida pública, anunciando as perspectivas cristãs a respeito de importantes questões sociais. Insistimos que anglicanos e católicos, em seu testemunho social, ajam de acordo com o princípio de que devemos fazer juntos tudo o que for possível, excetuando-se apenas aquelas questões em que profundas diferenças vão exigir ações em separado (cf o Princípio Lund), e considerando particularmente o acordo de fé que estabelecemos nesta Declaração.

120. Sempre que, como Igrejas, tenhamos sido culpados em contribuir para tensões e conflitos de natureza política, sócio-econômica ou religiosa, deveríamos demonstrar boa vontade de nos arrepender de nossas ações e de caminhar na direção da reconciliação.¹⁸⁵ Assim fazendo, esperamos poder ser capazes de dar testemunho perante a grande sociedade da necessidade de conversão permanente e dos processos cristãos de resolução de conflitos. Em muitos casos, tal testemunho se expressará pela cooperação com governos ou organismos seculares que buscam trazer reconciliação a suas comunidades.¹⁸⁶

121. Encorajamos a participação conjunta na evangelização, desenvolvendo estratégias específicas para envolver os que ainda têm que ouvir o Evangelho e responder a ele. Convidamos as Igrejas a estudar juntas os fundamentos bíblicos da evangelização que se aplicam ao contexto local e cultural da missão. Reconhecemos a importância da formação conjunta de leigos para a evangelização e o desenvolvimento de novos caminhos para formar comunidades de fé.

122. Convidamos nossas Igrejas a considerar a criação de escolas eclesiais em conjunto – anglicanas/católicas romanas - com a partilha de programas de formação de professores e com currículos de educação religiosa contemporânea para uso em nossas escolas. Estamos cientes da urgente necessidade de novas maneiras de atingir a juventude, e cremos que os próprios jovens acolheriam bem programas criativos de atendimento em conjunto.

123. Enquanto continuamos a fortalecer as relações entre anglicanos e católicos romanos, tanto através do diálogo teológico como da missão em comum, permanecemos comprometidos com a unidade mais ampla de todos os cristãos. Para salvaguardar a coesão do nosso engajamento no movimento ecumênico e para estender os parâmetros de consenso na fé que já atingimos, recomendamos

¹⁸⁵ Por exemplo: as iniciativas do papa João Paulo II no encerramento do milênio para promover arrependimento em relação a falhas da Igreja no passado.

¹⁸⁶ Por exemplo: a Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul.

energicamente um processo de consulta quando um de nós se envolve numa nova parceria ecumênica com outra Igreja, seja em nível local, regional ou mundial.

124. Igrejas locais poderiam aprender com a contribuição à missão da Igreja feita por novos grupos, movimentos e associações dentro de nossas Comunhões, particularmente com aqueles movimentos cujo carisma inclui um forte compromisso com a unidade cristã.

125. Recomendamos trabalhar, mais fortemente unidos, em nossas relações com os que seguem outras religiões. Temos particular consciência do valor de falar a uma só voz como cristãos no meio de situações de conflito, desentendimento e desconfiança, especialmente quando os cristãos ou aqueles que pertencem a outras comunidades de fé vivem como minorias vulneráveis.

CONCLUSÃO

126. Nós, bispos da IARCCUM, propomos firmemente essas sugestões aos membros do episcopado do mundo inteiro, cientes das específicas responsabilidades dos bispos na promoção da unidade cristã e da missão da Igreja. Agradecemos a Deus pelo amplo consenso teológico articulado neste documento – fruto dos últimos quarenta anos de diálogo – e rogamos a Deus para que abençoe ricamente tudo o que agora somos chamados a fazer em seu Nome. Exortamos todos os bispos a estimular seu clero e seu povo a responder positivamente a esta iniciativa e a se envolver na busca de novas possibilidades para a cooperação na missão.

APÊNDICE I

Unidade e Missão

A. Perspectivas católico romanas

127. Os bispos reunidos no Concílio Vaticano II, em seu decreto sobre ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, declararam que “a promoção da restauração da unidade” era um de seus “principais objetivos”. Declararam que “O Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja”, e que a discórdia entre diferentes Comunhões cristãs “contradiz abertamente a vontade de Cristo e se constitui em escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda criatura”.¹⁸⁷ Essas convicções a respeito do ecumenismo e da missão foram mais aprofundadas nas cartas encíclicas *Redemptoris Missio* (1987) e *Ut Unum Sint* (1995).

128. Além de mencionar o prejuízo causado pela desunião à missão dada por Deus, o papa João Paulo II, na sua encíclica *Redemptoris Missio*, destacou as oportunidades positivas abertas pelo nosso batismo comum em Cristo. Ele enfatizou a necessidade de colaboração num espírito de companheirismo com os “irmãos e irmãs separados”, de acordo com as normas de *Unitatis Redintegratio*. Esse imperativo deve ser levado adiante “por meio da comum profissão de fé em Deus e em Jesus Cristo diante dos gentios – na medida do possível – e pela cooperação em questões sociais, técnicas, culturais e religiosas”.¹⁸⁸ A oportunidade para a profissão de fé comum e a cooperação foi traduzida depois em princípios e normas práticas no *Diretório Ecumênico* produzido pelo Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos

¹⁸⁷ *Unitatis Redintegratio*, n.1.

¹⁸⁸ *Redemptoris Missio*, n.50.

Cristãos. Uma grande variedade de opções é apresentada, incluindo cooperação ecumênica no trabalho de missão com as “massas descristianizadas do nosso mundo contemporâneo”, de modo a evitar rivalidades pouco saudáveis e sectarismo.¹⁸⁹ Os princípios e normas também englobam a interface no diálogo e os campos de desenvolvimento, necessidade humana, cuidados de saúde e zelo pela criação.

B. Perspectivas anglicanas

129 A entrada da Comunhão anglicana no movimento ecumênico se fundamentou no seu compromisso com a missão. Após a Conferência Missionária de Edimburgo em 1910, a Conferência de Lambeth em 1920 produziu um “Apelo a todo o povo cristão” no qual os bispos pediam que “todos se unissem em um novo e grande esforço para recuperar e manifestar ao mundo a unidade do corpo de Cristo pela qual ele mesmo tinha orado”.¹⁹⁰ Os bispos afirmaram: “cremos que é propósito de Deus manifestar esse companheirismo, no que diz respeito ao mundo, numa sociedade visível e unida... usando os meios de graça que Deus nos dá e animando todos os membros para o serviço do Reino de Deus no mundo”. É essa vocação de serviço ao mundo, pela qual Cristo com amor divino deu sua vida, que tem fortalecido os esforços na direção da unidade cristã.

129. Nossos relacionamentos missionários, como anglicanos, devem ser vistos como parte dos relacionamentos mais amplos de todos os cristãos. A experiência dos últimos anos do século XX destacou a importância do apelo de Lambeth para que os anglicanos descubram meios de se envolver na missão de modo cooperativo com outros cristãos. Precisamos do estímulo, da crítica e do encorajamento de irmãos e irmãs em Cristo de outras tradições. Uma questão a ser colocada constantemente diante de nós é: até que ponto persistimos no convite a outras tradições para participar com aconselhamento e trabalho conjunto em nossa ação no mundo?

130. Construindo sobre esse compromisso fundamental, como resultado dos grandes passos dados no consenso teológico, os bispos da Conferência de Lambeth de 1998 reafirmaram o compromisso anglicano permanente com a unidade visível da Igreja, como objetivo do movimento ecumênico.¹⁹¹ A unidade visível da Igreja “aponta para o tipo de vida que Deus quer para toda a humanidade, é uma amostra do Reino de Deus”. Eles descrevem o que chamam de “um retrato da unidade visível” emergindo das conversações ecumênicas. A unidade visível “envolve um acordo na fé junto com a celebração comum dos sacramentos, apoiadas por um ministério unido e formas de consulta colegiada e conciliar em assuntos de fé, vida e testemunho... Para a plenitude da comunhão todos esses aspectos visíveis da vida da Igreja precisam ser permeados por uma profunda comunhão espiritual, um crescimento conjunto num pensamento comum, envolvimento mútuo e um cuidado com a unidade (Filipenses 2,2)”¹⁹² A Conferência de Lambeth destacou que a unidade visível traz consigo uma rica diversidade que é o resultado necessário da vivência do Evangelho em específicos contextos históricos e culturais.

¹⁸⁹ *Diretório Ecumênico*, n.208.

¹⁹⁰ Seção IX da Resolução 9.

¹⁹¹ Resolução IV.1.

¹⁹² ‘Chamados a ser Um: Seção IV do Relatório, no *Relatório Oficial da Conferência de Lambeth 1988*, p.232, citando a *Declaração Comum de Porvoo* (Londres: Conselho para a Unidade Cristã do Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra, 1993), n.28.

Compromisso Conjunto de Anglicanos e Católicos Romanos para a Unidade e a Missão

131. Após o Vaticano II, o papa Paulo VI e o arcebispo Michael Ramsey em uma Declaração Conjunta de 1966, falaram de sua intenção de iniciar um diálogo sério que poderia levar “àquela unidade na verdade pela qual Cristo orou”. Falaram de “uma restauração da completa comunhão de fé e vida sacramental”. Declararam que tinham “um só pensamento em sua determinação... de fazer um esforço conjunto para achar soluções para todos os grandes problemas que desafiam a Igreja no mundo de hoje”.¹⁹³ Em 1977 o papa Paulo VI e o arcebispo Donald Coggan falaram desse objetivo como “desejo de Cristo”,¹⁹⁴ e disseram que o progresso em direção à unidade incluirá uma consideração das intenções de Cristo ao fundar a Igreja. “A comunhão com Deus em Cristo através da fé, do batismo e da entrega total a ele... está no centro de nosso testemunho ao mundo, mesmo enquanto a comunhão entre nós permanece imperfeita.”¹⁹⁵ Continuando, eles declararam que “nossas divisões obscurecem esse testemunho, prejudicam a obra de Cristo mas não fecham todos os caminhos que podemos percorrer juntos. Num espírito de oração e submissão à vontade de Deus temos que colaborar mais intensamente num maior testemunho de Cristo diante do mundo no próprio trabalho de evangelização”.¹⁹⁶ Em 1989, o papa João Paulo II e o arcebispo Robert Runcie reafirmaram essa compreensão do desejo de Cristo para a Igreja em sua declaração conjunta: “A unidade cristã é exigida para que a Igreja possa ser, para toda a humanidade, um sinal mais efetivo do Reino de amor e justiça de Deus.”¹⁹⁷ Em 1996, o papa João Paulo II e o arcebispo George Carey insistiram que “sempre que [anglicanos e católicos] forem capazes de dar testemunho do Evangelho em unidade, eles devem fazer isso, pois nossas divisões obscurecem a mensagem evangélica de reconciliação e esperança.”¹⁹⁸

132. A ARCIC inclui em sua declaração de acordo *Igreja como Comunhão* uma descrição detalhada da unidade visível que anglicanos e católicos romanos buscam juntos. Os elementos constitutivos da comunhão eclesial incluem: uma só fé, um só batismo, uma só Eucaristia, aceitação de valores morais básicos, um ministério de supervisão confiado ao episcopado com dimensões de colegiado e primazia e o ministério episcopal de um primaz universal como foco visível de unidade.¹⁹⁹ O relatório reconhece que o tema da comunhão, como descrição da natureza da Igreja, “confronta os cristãos com o escândalo de nossas divisões” já que “a desunião dos cristãos obscurece o convite de Deus para a comunhão da humanidade inteira e torna mais difícil ouvir o Evangelho que proclamamos”.²⁰⁰

133. Enquanto anglicanos e católicos romanos, em declarações conjuntas de papas e arcebispos de Canterbury e em seu diálogo bilateral, têm destacado o objetivo da unidade visível e a urgência de trabalhar juntos na direção desse objetivo por causa da

¹⁹³ Declaração Comum do papa Paulo VI e do arcebispo de Canterbury, Dr Michael Ramsey, 24 de março de 1966, no Relatório Final da ARCIC I, pp.117-18.

¹⁹⁴ Declaração Comum do papa Paulo VI e do arcebispo de Canterbury Dr Donald Coggan, 29 de abril de 1977, no Relatório Final, pp.119-122, aqui citando o n.7, p.121.

¹⁹⁵ *Ibid.* n.9, p.121

¹⁹⁶ *Ibid.*

¹⁹⁷ Declaração Comum do papa João Paulo II e do arcebispo de Canterbury Dr Robert Runcie, 2 de outubro de 1989, em *Serviço de Informação* 71 (1989/III-IV), pp.122-23.

¹⁹⁸ Declaração Comum do papa João Paulo II e do arcebispo de Canterbury Dr George Carey, 5 de dezembro de 1996, em *Serviço de Informação* 94 (1997/I), pp.20-21.

¹⁹⁹ *Igreja como Comunhão*, n.43.

²⁰⁰ *Ibid* n 4

missão da Igreja, esse chamado tem sido sempre entendido dentro do objetivo da unidade visível de todos os cristãos. Quando o papa João Paulo II e o arcebispo Robert Runcie estabeleceram a segunda fase da ARCIC, eles disseram que seu propósito “não era limitado à união de nossas duas Comunhões somente, com a exclusão de outros cristãos, mas se estende ao cumprimento da vontade de Deus para a unidade visível de todo o seu povo”.²⁰¹ Além disso, tanto o papa João Paulo II em sua encíclica *Ut Unum Sint* como os bispos na Conferência de Lambeth de 1998 se referiram ao objetivo da unidade colocado na declaração da Assembléia de Camberra do Conselho Mundial de Igrejas: *A Unidade da Igreja como Koinonia: Dom e Chamado*.²⁰²

134. Os bispos anglicanos e católicos romanos, em seu encontro de Mississauga em maio de 2000, uniram-se na consideração de que uma caminhada para a unidade visível e o imperativo da unidade da Igreja deve desempenhar o papel de cura e reconciliação num mundo dividido e esfacelado. Eles declararam: “Chegamos à clara conclusão de que nos acercamos muito mais ao objetivo da plena comunhão visível do que a princípio ousaríamos crer. Foi atingido um sentido de mútua interdependência no corpo de Cristo, no qual as Igrejas da Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana estão aptas a apresentar dons partilhados em sua missão conjunta no mundo”.²⁰³ Como pode ser identificado, na Introdução do presente documento (parágrafos 6 a 10), eventos interferiram e levantaram desafios aos objetivos colocados em Mississauga. Perguntando como seremos capazes de ser fiéis, no meio das complexidades presentes, à visão que tem impulsionado nosso diálogo nas décadas passadas, reiteramos que, mesmo em tempo de incerteza, a missão que nos foi dada por Cristo no poder do Espírito Santo sempre nos chama a dar expressão tangível do grau de fé que partilhamos através da missão comum, do testemunho conjunto e da oração partilhada.

APÊNDICE II

Os documentos da ARCIC

PRIMEIRA FASE

- 1971 ‘Doutrina Eucarística’
- 1973 ‘Ministério e Ordenação’
- 1976 ‘Autoridade na Igreja I’
- 1979 Elucidação de ‘Doutrina Eucarística’
- 1979 Elucidação de ‘Ministério’
- 1981 Elucidação de ‘Autoridade na Igreja I’
- 1981 Autoridade na Igreja II’

Em 1982, esses documentos foram publicados em conjunto, com um prefácio, introdução e conclusão, como *Relatório Final*.

SEGUNDA FASE

- 1987 ‘Salvação e a Igreja’
- 1991 ‘Igreja como Comunhão’
- 1994 ‘Vida em Cristo: Moral, Comunhão e a Igreja’
- 1999 ‘O dom da autoridade: Autoridade na Igreja III’
- 2005 ‘Maria: Graça e Esperança em Cristo’

²⁰¹ Declaração Conjunta do papa João Paulo II e do arcebispo de Canterbury Dr Robert Runcie, 29 de maio de 1982, em *Serviço de Informação* 49 (1989/II-III), pp.46-47, aqui citando n.5, p.47.

²⁰² *Ut Unum Sint*, n.78; Conferência de Lambeth 1998, Resolução IV.7e e Resolução IV.24a; ‘A Declaração de Camberra’ (*op. cit.*).

²⁰³ *Comunhão na Missão*, n.6.

Um comentário sobre Crescer Juntos na Unidade e na Missão: uma declaração conjunta da Comissão Anglicano - Católica Romana para a Unidade e Missão (2007)

Bispo Bernard Longley (15 de junho de 2007)

Observações introdutórias

Crescer Juntos na Unidade e na Missão (CJUM), uma declaração conjunta da Comissão Anglicano - Católica Romana para Unidade e Missão, é uma declaração ecumênica que precisa ser situada dentro do contexto das relações entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica nos últimos 40 anos, e mais particularmente, nos últimos 6 anos em que a declaração foi elaborada. Por um lado, como veremos, é um novo gênero de documento ecumênico; por outro, muito pouco do seu conteúdo é novidade e ele deve ser entendido como um passo dentro de um processo ecumênico mais amplo. Compreender suas origens, seu desenvolvimento e seu objetivo, é essencial para identificar o potencial da sua contribuição e determinar seus pontos fortes e fracos.

Menos de dois anos depois da assinatura, em março de 1966, da Declaração conjunta do papa Paulo VI e do arcebispo de Canterbury Michael Ransley, que deu início à busca da plena unidade visível entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica, uma comissão preparatória produziu o Relatório de Malta, que de certa forma serviu como mapa de caminho para o estabelecimento das relações anglicano / católicas. Além de propor a agenda para a entidade que em breve seria chamada de Comissão Internacional Anglicano - Católica Romana (ARCIC), o Relatório de Malta pediu a preparação de uma afirmação oficial e explícita das mais altas autoridades de cada Comunhão sobre reconhecimento mútuo, que colocaria os aspectos essenciais da fé cristã que anglicanos e católicos têm em comum. O documento de Malta também identificou numerosas propostas práticas que dariam melhor expressão eclesial a esses aspectos da fé partilhada.

Trinta e dois anos depois, em maio de 2000, um grupo de Primazes Anglicanos e Presidentes de Conferências Episcopais Católicas (ou seus representantes) foram reunidos a pedido do arcebispo de Canterbury, George Carey, e do presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, cardeal Edward Cassidy.

Encontraram-se em Mississauga, Canadá, para refletir sobre o que havia sido conseguido nas relações anglicano - católicas pela ARCIC naqueles anos, e para indagar que passos adicionais poderiam ser dados para aprofundar as relações entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica. Numa declaração que fez eco às afirmações do documento de Malta, pediram que se estabelecesse uma comissão com o mandato de preparar uma declaração conjunta que, esperava-se, seria assinada pelas autoridades anglicanas e católicas, expressando “nosso objetivo comum de unidade visível; um reconhecimento do consenso que atingimos na fé, e um novo compromisso de partilha na vida e no testemunho comum.”¹ A Comissão (IARCCUM) se estabeleceu tendo essa tarefa como seu objetivo principal.

¹ As esperanças e intenções dos bispos reunidos em Mississauga estão no documento *Comunhão na Missão* e sugestões detalhadas foram oferecidas no Plano de Ação de Mississauga. Os textos de Mississauga refletem uma preocupação freqüentemente expressa nas relações ecumênicas de hoje: nossos diálogos têm produzido muitos bons resultados, mas temos agora uma necessidade de colher frutos desses resultados e permitir que eles moldem nossa

Os anos que se seguiram ao encontro de Mississauga, porém, trouxeram suas próprias complicações no que diz respeito às relações anglicano - católicas. Tensões internas na Comunhão Anglicana sobre questões de sexualidade humana levaram a um prolongado debate sobre o ensinamento e a prática da moral, mas também sobre a natureza da Comunhão Anglicana e os laços que unem as diversas províncias anglicanas. Essas tensões trazem à superfície o que sempre tem sido um desafio para a Igreja Católica no diálogo com a Comunhão Anglicana: as províncias anglicanas diferem consideravelmente em sua eclesiologia e no seu governo interno, dois campos que têm peso significativo nas relações ecumênicas. Considerando que a Comunhão Anglicana está no meio de um processo de discernimento na abordagem de algumas dessas diferenças em eclesiologia e processo de governo – e que esse discernimento pode ao fim dar uma definição mais precisa à natureza da Comunhão Anglicana - não parece que estejamos num momento propício a passos ecumênicos maiores até que uma maior clareza se apresente. O contexto atual interno da Comunhão Anglicana será apresentado com mais detalhes na primeira seção deste comentário.

Nesta introdução, pode ser útil abordar a relação entre a ARCIC e a IARCCUM. A ARCIC começou seu trabalho em 1970 e é uma comissão teológica com a função de estudar e determinar até que ponto os temas que provocam divisão entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica podem ser resolvidos. A IARCCUM, por contraste, é principalmente uma comissão de bispos. A declaração de Mississauga “Comunhão na Missão”, que pediu essa comissão, identificou assim sua tarefa: “Essa Comissão deverá supervisionar a preparação da Declaração Conjunta de Acordo, promover e monitorar a recepção dos acordos da ARCIC, bem como facilitar o desenvolvimento de estratégias para traduzir em resultados práticos e visíveis o grau de comunhão espiritual já atingido.”

A recepção autorizada de uma declaração ecumênica na Igreja Católica necessariamente envolve o consentimento da Santa Sé; para os anglicanos envolve decisões corporativas em cada província anglicana bem como sua ação coletiva em espírito de comunhão. Mas o processo de recepção também envolve a vida das igrejas: requer que as declarações ecumênicas sejam estudadas e compreendidas, que as convergências ou consensos colocados na declaração sejam reconhecidos pelo parceiro de diálogo, que as implicações desses acordos se reflitam nas igrejas.

A IARCCUM se compreende como animadora desse processo maior de recepção, que tanto aguarda como acompanha as respostas autorizadas das Igrejas Anglicana e Católica. Mas sua tarefa principal tem sido trabalhar pela preparação de uma declaração de acordo que pudesse ser recebida com autoridade pela Comunhão Anglicana e pela Igreja Católica, e CJUM é compreendido como um passo no processo da produção de tal declaração. No parágrafo 9, CJUM fala de seu trabalho como um “discernimento dos elementos doutrinários sobre os quais há uma disposição em ambas as Comunhões para ver no trabalho da ARCIC uma fiel expressão daquilo que a Igreja de Cristo ensina” . No parágrafo 93 declara que tem “tentado colher os frutos de quarenta anos de diálogo entre anglicanos e católicos romanos”. Mas nisso há potencialmente uma ambigüidade sobre o relacionamento entre ARCIC e IARCCUM. CJUM identifica seu trabalho como uma Declaração de Acordo – o mesmo termo usado para descrever textos da ARCIC. Como o trabalho da ARCIC, o texto é publicado sob a autoridade dos membros da comissão. Também como na ARCIC, se afirma claramente (no prefácio dos co – presidentes) que o texto não é uma declaração com a autoridade

vida eclesial de maneiras adequadas. Essa tarefa é freqüentemente mencionada em relação a certo desânimo a respeito da tarefa ecumênica e como resposta ao ceticismo sobre o que os diálogos ecumênicos produzem.

da Igreja Católica Romana ou da Comunhão Anglicana. O que a IARCCUM oferece aqui é um pronunciamento que se destina a produzir discussão e reflexão.

Em resumo, o texto da IARCCUM pertence a um gênero diferente dos documentos da ARCIC – é uma revisão e uma síntese do trabalho da ARCIC dirigido à identificação daqueles resultados do diálogo que autoridades anglicanas e católicas podem destacar como áreas de fé comum; ainda assim, é apresentado como um texto com o mesmo status de autoridade dos documentos da ARCIC. Foi solicitado à IARCCUM que iniciasse um processo que levasse a uma declaração conjunta com autoridade, e o que se oferece aqui não é um produto final, mas um passo na direção de uma recepção autorizada dos trabalhos da ARCIC. Como veremos, o texto claramente o afirma, o que se oferece é o que é possível no presente contexto. Embora CJUM tenha buscado ser transparente a esse respeito, teria sido útil para o relacionamento entre a ARCIC e a IARCCUM que o texto fosse mais claramente articulado e que o status das declarações de convergências e consensos tivesse sido mais claramente percebido ao longo do documento.

O presente Comentário é oferecido, no mesmo espírito de CJUM, como uma sincera reflexão sobre o texto – o que ele se esforça em conseguir e quão efetivo ele é nesse propósito – tendo em mente que uma tradição já bem estabelecida em nossos relacionamentos tem avançado através de honesta e rigorosa reflexão, oferecida em espírito de amizade ecumênica. A primeira seção deste Comentário vai considerar em maiores detalhes o contexto, a metodologia e a estrutura de CJUM. Uma segunda seção busca oferecer uma visão panorâmica e uma avaliação do corpo principal de CJUM – sua síntese da ARCIC e a apresentação do grau de comunhão vivido por anglicanos e católicos. A terceira seção vai avaliar e oferecer reflexões sobre as propostas práticas e iniciativas oferecidas por CJUM, propostas que a Comissão apresenta como fundadas no acordo teológico apresentado no texto. Finalmente, a atenção do Comentário vai se voltar para quatro temas recorrentes que complementam e iluminam o tema principal do documento e para algumas observações finais. Em tudo isso, o Comentário visa oferecer uma avaliação do conteúdo e da metodologia de CJUM a partir de uma perspectiva doutrinal e pastoral católica romana, que pode ser uma ajuda para os católicos que quiserem estudar o texto sozinhos ou com seus parceiros ecumênicos.

I. Contexto e Método

(a) Contexto

Após o encontro de bispos anglicanos e católicos em Mississauga em 2000, o relatório *Comunhão na Missão* foi confiante ao declarar que “chegamos a um novo patamar muito significativo em nossa caminhada. Sentimo-nos compelidos a afirmar que nossa comunhão conjunta não é mais vista a partir de termos mínimos.”²

As aspirações e intenções dos bispos em Mississauga, nesse ponto em particular, são reminiscências do consenso que foi expresso em 1999 pela Federação Luterana Mundial e a Igreja Católica no Preâmbulo da Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação sobre o tempo e o lugar oportunos para fazer um novo compromisso mútuo: “todos os relatórios de diálogo, bem como os posicionamentos a seu respeito, revelam, em seu tratamento da doutrina da justificação, alto grau de

² *Comunhão na Missão* §5.

orientação e juízos comuns. Por isso está na hora de fazer um balanço...”³ *Comunhão na Missão* faz eco a isso quando considera que “agora é o tempo apropriado para que as autoridades das duas Comunhões reconheçam e aprovelem esse novo estágio, pela assinatura de uma Declaração Conjunta de Acordo.”⁴ Essa avaliação positiva da amplitude e da oportunidade desse trabalho é refletida nos Comunicados que se seguiram aos três primeiros encontros plenários da IARCCUM em 2001, 2002 e 2003.

Um quarto encontro plenário foi planejado para 2004. Mas em dezembro de 2003, a PCPCU e organização da Comunhão Anglicana deram, a público, declarações paralelas na imprensa indicando que o encontro plenário da IARCCUM e o trabalho da Comissão para a publicação e recepção de uma declaração comum de fé deveriam ficar em compasso de espera por causa de preocupações eclesiais nascidas como consequência de acontecimentos recentes na vida da Comunhão Anglicana. Como já foi bem divulgado, esses desenvolvimentos se deveram à autorização de um rito público de bênção para casais do mesmo sexo na diocese de New Westminster, na Igreja Anglicana do Canadá, e à aprovação da indicação para bispo de um padre vivendo união de mesmo sexo em New Hampshire, na Convenção Geral de 2003 da Igreja Episcopal (EUA).

Por vários meios, a Santa Sé tem expressado sua preocupação a respeito dos aspectos morais e eclesiológicos desses acontecimentos recentes. Durante a visita do arcebispo de Canterbury, Dr Rowan Williams, em outubro de 2003, o papa João Paulo II falou ao arcebispo sobre as “novas e sérias dificuldades” que haviam surgido e declarou: “Essas dificuldades não são simplesmente de natureza disciplinar; algumas incluem matéria essencial de fé e moral. Por isso, temos que reafirmar nossa obrigação de ouvir atenta e honestamente a voz de Cristo como ela nos chega através do Evangelho e da Tradição Apostólica da Igreja.”⁵ Durante a visita do Dr Williams à Santa Sé, em novembro de 2006, o papa Bento XVI acrescentou: “Cremos que essas questões, que estão presentemente em discussão com a Comunhão Anglicana, são de vital importância para a pregação do Evangelho em sua integridade e que nossas atuais discussões moldarão o futuro de nossas relações.”⁶

Enquanto o trabalho relacionado a uma declaração comum ficou em suspenso por mais de um ano, o arcebispo Williams convidou o cardeal Kasper para se unir a ele na formação de uma sub comissão da IARCCUM (com membros anglicanos e católicos romanos) que refletiria especificamente sobre o que o trabalho da ARCIC poderia trazer ao processo de discernimento dentro da Comunhão Anglicana. Uma subcomissão foi estabelecida e produziu um relatório chamado “Reflexões eclesiológicas sobre a Situação Atual da Comunhão Anglicana à luz da ARCIC”, que passou a identificar algumas das implicações eclesiológicas das decisões morais tomadas. Sua conclusão (§44) explicita:

³ *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação* §4.

⁴ *Comunhão na Missão* §10.

⁵ Papa João Paulo II, “Mensagem ao arcebispo de Canterbury, Dr Rowan Williams”, 4 de outubro de 2003, publicada em *Information Service* 114 (2003/IV), pp.173-74.

⁶ Papa Bento XVI, “Mensagem ao arcebispo de Canterbury, Dr Rowan Williams”, 23 de novembro de 2006, a ser publicada no *Information Service* 123 (2006/III-IV), e na internet:

http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20061123_archbishop-canterbury_en.html.

Temos tentado mostrar como a decisão da Igreja Episcopal USA de prosseguir com a recente consagração, apesar de forte oposição sustentada por largos segmentos da Comunhão Anglicana, coloca em questão partes significativas de nossas declarações conjuntas sobre autoridade e eclesiologia, sobre a natureza da comunhão eclesial, sobre a mútua interdependência das igrejas, sobre o papel da autoridade episcopal e colegiada na manutenção da unidade da comunhão, sobre o processo de discernimento na comunhão da Igreja e sobre o papel decisivo da Escritura e da Tradição. Essa decisão também desafia nossa mútua afirmação de que sustentamos uma visão partilhada da natureza humana e dos mesmos valores morais fundamentais.

A publicação do Relatório de Windsor, em outubro de 2004, apoiou fortemente uma eclesiologia de koinonia que convidava ao fortalecimento da interdependência das províncias anglicanas. Junto com o Comunicado do Primaz, em 24 de fevereiro de 2005, reiterou a compreensão tradicional do casamento e da sexualidade humana, como estava expresso na Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth, como ensino normativo da Comunhão Anglicana. Em maio de 2005, o PCPUC divulgou um comunicado à imprensa que declarava que Windsor e o Comunicado do Primaz “afirmam sua confiança geral e as conclusões sobre a compreensão da natureza da Igreja expressas no diálogo da ARCIC até esse ponto e que isso fornece um fundamento para a continuação do diálogo e da cooperação ecumênica.”⁷ Mesmo que a incerteza sobre o futuro continue pairando até que as atuais tensões se resolvam, a maneira pela qual a Comunhão Anglicana tratou os acontecimentos de New Hampshire e New Westminster criou um contexto no qual CJUM pode ir adiante, mas não sem considerar os eventos em questão.

A gênese e os propósitos declarados de CJUM deixam claro que o documento é intrinsecamente ligado com o desenvolvimento da relação entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica e reflete essa relação, que é governada pela vida e pelas decisões *ad intra* e *ad extra* das duas Comunhões. CJUM corretamente procurou refletir essa dinâmica tanto na sua evolução como no seu conteúdo. É um fruto desse relacionamento e tem sido moldada e repensada como uma consequência dele. CJUM conscientemente busca refletir e, em seu desenvolvimento, realmente contempla o que tem mudado nesse relacionamento, tanto considerando fatores de fortalecimento como a emergência de novos obstáculos e desafios. O texto observa candidamente que nossas relações “se tornaram mais complicadas quando propostas dentro da Igreja da Inglaterra chamaram a atenção para a questão da ordenação de mulheres ao episcopado, como uma parte estabelecida do ministério em algumas províncias anglicanas” (§6). Especialmente a respeito das tensões causadas por decisões em New Westminster e New Hampshire, CJUM busca ser realista na sua compreensão do clima ecumênico no qual foi escrito o texto, fazendo comentários sobre a medida da comunhão eclesial dentro da Comunhão Anglicana, sobre comportamento moral e oferecendo sugestões sujeitas a consulta. O sóbrio julgamento da IARCCUM é que “o presente contexto, que acrescenta diferenças às que já existem entre as duas Comunhões, não é o tempo apropriado para iniciar o novo estágio formal de relacionamento visualizado pelos bispos em Mississauga” (§7).⁸

Um dos desafios para os que trabalham em nível internacional nas relações entre anglicanos e católicos romanos é que as relações variam muito em diferentes partes do

⁷ *Atualização sobre Relações com A Comunhão Anglicana*, PCPCU, 27 de abril de 2005.

⁸ É tentador especular sobre como um “novo estágio formal de relacionamento” poderia ter achado caminho em CJUM se o contexto de relacionamento entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica não tivesse sido afetado pelos recentes acontecimentos dentro da Comunhão Anglicana.

mundo, moldadas por diversos fatores, dos quais os menores não são as diferentes maneiras de tratar assuntos referentes à sexualidade humana em particulares províncias anglicanas e a ordenação de mulheres ao presbiterato e ao episcopado. Embora a IARCCUM seja uma comissão que busca promover relações entre nossas duas Comunhões e, como tal, precise oferecer comentários gerais sobre o estado atual dessas relações, deve ser destacado que não existe “um” contexto uniforme no qual as decisões sobre as relações entre anglicanos e católicos romanos têm que se desenvolver; as relações são muito diferentes, por exemplo, em Papua - Nova Guiné, onde foi recentemente assinada uma aliança entre anglicanos e católicos romanos, e nos Estados Unidos, onde as tensões dentro da Igreja Episcopal são mais agudas. Essa importante consideração será desenvolvida ao comentar as propostas práticas colocadas na Parte 2 de CJUM.

(b) Metodologia e Estrutura

I) Construindo sobre Mississauga

Quando o papa João Paulo II se dirigiu aos membros da IARCCUM no seu primeiro encontro plenário, em novembro de 2001, ele os estimulou a “considerar os próximos passos práticos que devem ser dados, não só para consolidar os ganhos já conquistados, mas também para aprofundar de maneira nova a comunhão, a caminho daquela plenitude de unidade que é vontade de Cristo.”⁹ Nessas palavras o Santo Padre prefigurou o caminho pelo qual a IARCCUM iria trabalhar e apontou para a estrutura que serviria a esse objetivo.

Como foi mencionado acima, o mandato de Mississauga para a IARCCUM era rever e sintetizar o trabalho da ARCIC, de modo a identificar e articular o grau de fé partilhado por anglicanos e católicos romanos. O *Plano de Ação* de Mississauga pedia que a nova Comissão trabalhasse na preparação, assinatura e celebração de uma declaração conjunta que iria explicitar “nosso objetivo partilhado de unidade visível, um reconhecimento do consenso que atingimos na fé, e um novo compromisso na partilha de vida e testemunho comum.”¹⁰

Esse propósito claramente declarado é reiterado na comunicação à imprensa (*Press/Media Release*) divulgada pelo encontro de Mississauga, que se refere a “uma afirmação conjunta de fé. Isso expressaria formalmente o grau de consenso que já existe entre anglicanos e católicos. Todos no encontro de Mississauga acreditavam que essa ampla fé comum precisava ser oficialmente reconhecida e celebrada. Isso, por si só, levaria logicamente a conseqüências para a vida das duas Igrejas.” Essa descrição de intenções é complementada e ampliada pelo Comunicado que se seguiu ao primeiro encontro plenário da IARCCUM: “uma declaração conjunta que formalmente expressaria o grau de acordo que existe entre anglicanos e católicos e consolidaria os resultados de mais de trinta anos de diálogo.”¹¹

II) Revisto à luz do contexto atual

Em sua estrutura e auto compreensão, CJUM reflete o objetivo específico delineado em Mississauga e procurou ser fiel à metodologia vislumbrada desde o

⁹ *Discurso do Santo Padre* aos membros de IARCCUM, 24 de novembro de 2001.

¹⁰ *Comunhão na Missão* §10.

¹¹ *Comunicado*, Primeiro encontro plenário da IARCCUM, 24 de novembro de 2001.

começo. Mas também procurou ser realista a respeito da mudança de clima no qual sua tarefa é desempenhada e reconhece que é necessário percorrer uma estrada mais longa em direção ao objetivo de uma Declaração Conjunta. Nas entrelinhas de CJUM, percebe-se a Comissão considerando, em cuidadoso equilíbrio, a visão de Mississauga e as complexidades da situação presente e ponderando sobre o que seria possível em tal novo contexto. A mudança de estilo, de uma Declaração Conjunta da Igreja Católica e da Comunhão Anglicana para uma Declaração de Acordo da Comissão simplesmente, indica essa estrada mais longa. O texto é agora submetido às entidades responsáveis para estudo e reflexão, e as reações a ele ajudarão a Igreja Católica e a Comunhão Anglicana a discernir se, do modo como está agora ou com modificações e esclarecimentos, um acordo formal pode ser acolhido no futuro.

III) Método na Parte 1 de CJUM

Em *CJUM* as áreas de convergência e consenso na fé são sistematicamente destacadas sob nove títulos doutrinários na Parte 1: *A fé que temos em comum* (§§11–92), baseada em documentos de ambas as fases do diálogo da ARCIC. Na seção introdutória *Um passo adiante* (§§4–10) esse método de apresentação é expresso em termos cuidadosamente escolhidos. As conquistas da ARCIC no diálogo são apresentadas como “aqueles elementos doutrinários sobre os quais há uma disposição, em ambas as Comissões, de ver no trabalho da ARCIC uma expressão fiel do que a Igreja de Cristo ensina” (§9) e esse assentimento apóia o contínuo processo, ainda a ser completado, de recepção dentro da Comunhão Anglicana e da Igreja Católica.

Mais do que os textos da ARCIC, *CJUM* também destaca áreas de divergência, questões não resolvidas que ainda precisam ser enfrentadas. O texto “oferece uma honesta avaliação do que foi conseguido no diálogo... candidamente apontando as dificuldades remanescentes, identificando assim onde se mostra necessário maior trabalho teológico” (§9). *CJUM* é uma novidade como Declaração de Acordo, ao apresentar essas áreas onde restam dificuldades em “boxes claramente identificáveis”. Isso combina com o modo como a *IARCCUM* estimula um amplo estudo do documento, para que anglicanos e católicos possam “envolver-se numa busca de novas possibilidades para a cooperação e a missão.” (§126). A maneira particular como *CJUM* destaca as áreas que necessitam de mais estudo é talvez um reflexo do contexto no qual o ritmo do trabalho da *IARCCUM* foi modificado, senão interrompido. No entanto, também serve para enfatizar a importância de diálogo adicional, e possivelmente será uma ajuda na determinação de questões e temas para os quais uma terceira fase da ARCIC possa finalmente dirigir sua atenção. Durante a visita do arcebispo de Canterbury, Dr Rowan Williams, à Santa Sé, em novembro de 2006, foi feito um acordo no sentido de formar uma Comissão Preparatória, que se reuniria em 2007, para preparar propostas para o Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos e para as autoridades anglicanas sobre o conteúdo e o mandato para uma terceira fase no diálogo da ARCIC.

Se de um lado *CJUM* mostra uma leitura cuidadosa das Declarações de Acordo da ARCIC, é menos completa no que diz respeito às respostas oficiais dadas pelas autoridades ao trabalho da ARCIC. De uma perspectiva católica, a recepção de *CJUM* teria sido facilitada se o texto tivesse abordado mais rigorosamente as questões levantadas pela Igreja Católica na Resposta dada em 1991 ao Relatório Final da ARCIC I. As “Clarificações” de 1993, produzidas pela sub comissão da ARCIC como resposta às questões referentes às Declarações de Acordo sobre Eucaristia (1971) e Ministério (1973), foram percebidas como capazes de fortalecer os acordos já

conseguidos. Ainda assim, CJUM não apela explicitamente a essas “Clarificações”: faz referência a elas, mas não se apóia extensamente sobre elas. Também não se refere diretamente ao pedido feito nas “Observações” de 1988 da Congregação para a Doutrina da Fé por maior precisão no texto da ARCIC *Salvação e a Igreja*. Se compreendermos o processo de recepção como algo que inclui o aprimoramento de um texto à luz da reação das igrejas, a IARCCUM poderia ter tratado mais deliberadamente das questões que assim foram levantadas.

IV) Método na Parte Dois de CJUM

Como já se observou, a Introdução de CJUM declara que o texto não chega a realizar o objetivo proposto no ano 2000: “o tempo não é apropriado para iniciar o novo estágio formal de relacionamento previsto pelos bispos em Mississauga” (§7). Mas essa declaração, reiterada de vários modos nos parágrafos 7-10, é inevitavelmente seguida por apelos de envolvimento na missão comum na medida em que isso for possível e responsável. “Mesmo num tempo de incerteza, a missão que nos foi dada por Cristo nos obriga e impulsiona a buscar um envolvimento mais profundo e amplo numa parceria para a missão, junto com o testemunho comum e a oração em conjunto”(§7). Seguindo Mississauga, CJUM sugere um hiato entre a convergência teológica ou substancial acordo articulado nas declarações da ARCIC e os passos eclesiais práticos que refletiriam esses avanços teológicos. “Deve ser reconhecido que o progresso na direção do consenso na fé atingido através do diálogo teológico tem sido substancial, mas que nas últimas quatro décadas apenas começamos a dar expressão tangível aos elementos incontroversos da fé partilhada” (§7). Esse hiato aponta para o principal tema unificador de CJUM: o relacionamento entre os laços de comunhão e o envolvimento na vida comum e na missão. Enquanto a parte principal de CJUM trata dos laços de comunhão entre anglicanos e católicos, as últimas frases de sua Introdução preparam o caminho para a Parte Dois do texto:

“Mesmo que este não seja o momento de iniciar um novo estágio formal em nossas relações, cremos que é tempo de construir pontes a partir dos elementos da fé que temos em comum e das expressões tangíveis dessa crença partilhada em nossa vida eclesial. A seção final desse documento, portanto, propõe passos específicos para aprofundar nosso companheirismo na vida e na missão, que cremos estarem abertos para nós e que seriam adequados no presente contexto”. (§10)

A Parte Dois de CJUM se propõe explorar as possibilidades reais, ainda que limitadas, para a vida e a missão em comum que se abriram às nossas duas Comunhões, tendo como base a amplitude da fé que partilhamos. Propõe modos de reconhecer e celebrar o estágio em que estamos atualmente, na busca da plena comunhão, e sugere maneiras de expressar, aprofundar e expandir isso através da cooperação no testemunho, na formação, no serviço social e na missão. Como se declara no Prefácio (§5) : “é um chamado à ação, baseado numa honesta avaliação do que foi conseguido em nosso diálogo.”

Ainda assim, há uma tensão inerente embutida em CJUM, precisamente na ligação central do texto, entre unidade e missão. Como o texto reconhece, e assim também faz o trabalho da ARCIC no qual ele se baseia, os acordos e convergências apresentados na Parte Um de CJUM são oferecidas para avaliação. As iniciativas práticas baseadas nessas convergências são, de várias maneiras, dependentes de uma recepção positiva da Parte Um. Já que a primeira parte de CJUM não tem uma aprovação com peso de autoridade, fica claro que as sugestões práticas da segunda

parte necessitarão ser examinadas à luz do ensinamento católico e dos procedimentos vigentes no presente. Acontecimentos recentes, especialmente na Igreja Episcopal (USA) e a natureza potencialmente transformadora das decisões, que lá estão sendo contempladas, tornam difícil fazer declarações gerais a respeito do que é possível no presente. Esses são fatores que moldarão a leitura que este comentário faz das propostas específicas apresentadas na Parte Dois de CJUM.

V) Precedentes ecumênicos

Já foi dito em outro lugar que há algumas semelhanças entre a metodologia e a estrutura da Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, de luteranos e católicos romanos e CJUM. Enquanto a Declaração Conjunta de luteranos e católicos romanos focaliza uma doutrina particular (a justificação), o que está presente em CJUM abrange um conjunto de doutrinas, espelhando a amplitude teológica que quarenta anos de diálogo têm dado ao diálogo entre anglicanos e católicos romanos. O método, no entanto, divisa uma colheita de frutos semelhante no diálogo, de modo a conduzir a um aprofundamento da comunhão. No relacionamento entre a Federação Luterana Mundial e a Igreja Católica há uma razão bem determinada para sintetizar e datar o diálogo: “para mostrar que, com base em seu diálogo, as Igrejas que subscrevem o acordo- Luterana e Católica Romana – estão agora aptas a articular uma compreensão comum de nossa justificação pela graça de Deus através da fé em Cristo,”¹² Nisso é diferente de CJUM em que o reconhecimento e a expressão de nossa fé comum têm o propósito mais amplo de levar anglicanos e católicos a “viver e testemunhar juntos de maneira mais completa aqui e agora” (§96), derivando daí a ampla gama de sugestões e convites colocados na Parte Dois do texto. No meio de tudo isso, deve ser destacado de novo que a maior diferença entre a Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação e CJUM é que a Declaração Conjunta passou por um processo formal de recepção e é uma afirmação com peso de autoridade para os parceiros signatários, enquanto CJUM não chegou a esse estágio e, conseqüentemente, carece dessa autoridade.

Num outro aspecto – o tratamento dado às áreas onde há significativas diferenças – CJUM reproduz o método teológico e o padrão de apresentação tanto da Declaração Conjunta de luteranos e católicos romanos como da recente Declaração de Acordo da ARCIC, embora as conclusões tiradas em cada caso sejam diferentes. A Declaração Conjunta de luteranos e católicos romanos está apta a apresentar áreas de “consenso sobre verdades básicas da doutrina da justificação”, reconhecendo que estas “não cobrem tudo que cada igreja ensina sobre justificação” e afirmando que “as diferenças restantes na sua explicação não são mais motivo para condenações doutrinárias.”¹³

A ARCIC seguiu um padrão semelhante de apresentação na sua Declaração de Acordo *Maria: Graça e Esperança em Cristo (MGEC)* na qual “propõe uma declaração mais completa de nossa crença partilhada sobre a Bendita Virgem Maria” mas pode “também considerar diferenças de prática, incluindo a explícita invocação a Maria.”¹⁴ Embora não pretenda ter alcançado totalmente isso, MGEC ainda “aponta para a possibilidade de mais ampla reconciliação, na qual temas referentes à doutrina e a

¹² *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação* §5.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ *Maria: Graça e Esperança em Cristo* §3.

devoção a Maria não precisam mais ser vistos como divisores da comunhão ou obstáculo a um novo estágio de nosso crescimento na direção da visível *koinonia*.”¹⁵

II. Comunhão e Missão: O tema principal de CJUM

A experiência da partilha na oração, na reflexão teológica e na vida comum, que marcou o encontro dos bispos em Mississauga, trouxe a eles uma melhor visão da natureza e do estado do relacionamento entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica que iria influenciar e moldar o trabalho da IARCCUM e também depois a visão oferecida por CJUM. Há uma consistente convicção, comum às declarações de Mississauga e da IARCCUM e articulada de modo distinto por CJUM, de que a comunhão eclesial em Cristo tem dimensões características e inter-relacionadas (em CJUM § 36 elas são, embora não idênticas, compatíveis com os laços de comunhão familiares à eclesiologia católica como comunhão na fé, na vida sacramental e na supervisão pastoral) e essa comunhão na fé, sendo uma dessas dimensões, uma vez reconhecida e articulada em conjunto, pode e deve impulsionar tanto os cristãos individualmente como as Igrejas na direção de uma expressão mais completa dessa comunhão em suas outras dimensões.

Em Mississauga, *koinonia* é reconhecida como dom a ser acolhido e como instrumento a ser utilizado: “A comunhão constituída por aquilo que já partilhamos tem em si uma dinâmica interna que, animada pelo Espírito Santo, nos impele a avançar”. É compreendida, além disso, como “uma comunhão de compromisso conjunto com a nossa missão comum no mundo.”¹⁶ Como declarou o papa João Paulo II, “precisamos viver e praticar essa comunhão que, embora ainda não seja plena, já existe entre nós.”¹⁷ Em suas primeiras deliberações, a IARCCUM tinha considerado uma variedade de maneiras pelas quais essa comunhão na missão poderia ser expressa e vivenciada: “um possível caminho pra uma maior cooperação no campo de relações entre diferentes tipos de fé... os membros (da IARCCUM) afirmaram a importância de aprofundar nosso compromisso de trabalhar juntos na esfera social e cultural para a defesa da dignidade humana e a promoção da justiça e da paz.”¹⁸

O título da Declaração de Acordo, *Crescer Juntos na Unidade e na Missão*, reflete a convicção, expressa em Mississauga, de que existe uma relação lógica, teológica e intrínseca entre desenvolvimento da experiência de comunhão eclesial e o imperativo de um engajamento passo a passo em formas de vida e missão partilhadas. Essa convicção é apresentada na seção introdutória de CJUM (§§1–3) como um *Compromisso com a unidade e a missão*, que tem sido um aspecto constante das relações Anglicano/ Católica Romanas por um período de quarenta anos; o Apêndice 1 – *Unidade e Missão* – ajuda a expandir esse compromisso ao recorrer aos documentos oficiais de cada uma das duas Comunhões antes de enfatizar o nosso compromisso partilhado.¹⁹

Esse tema do relacionamento entre comunhão e missão percorre e permeia as nove áreas doutrinárias delineadas na Parte Um (§§11–92), mas é considerado mais amplamente no que pode ser visto como o centro teológico de CJUM, em suas seções

¹⁵ *Ibid.*, §80.

¹⁶ *Comunhão na Missão* §8.

¹⁷ Homilia de Vésperas, marcando o encerramento da Seman de Oração, Basilica de São Paulo Fora dos Muros, Roma, 25 de janeiro de 2001.

¹⁸ *Comunicado*, Primeiro Encontro Plenário da IARCCUM, 24 de novembro de 2001.

¹⁹ Esse compromisso partilhado é endossado e apoiado no Apêndice I com ampla referência à *Declaração Comum* assinada por sucessivos papas e arcebispos de Canterbury.

sobre *Crença em Deus como Trindade* (§§11–14), *Igreja como Comunhão na Missão* (§§15–25), e *Discipulado e Santidade* (§§77–87). Uma consideração preliminar dessas seções ajudaria a perceber o tema de comunhão e missão, do modo como é apresentado em outras seções da Parte Um.

A teologia de comunhão e missão, que se pediu que a IARCCUM delineasse a partir do diálogo da ARCIC e que fornece a CJUM seu objetivo e sua dinâmica, mostra ter suas raízes em nossa fé partilhada e na comunhão entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. *Crença em Deus como Trindade* reflete o ensinamento católico de que nossa experiência de comunhão eclesial – em suas duas dimensões de relação com Deus e de relação com nossos irmãos e irmãs em Cristo – é sempre compreendida como uma partilha, através de Cristo, da eterna comunhão que caracteriza a revelada vida íntima de Deus, para a qual somos continuamente atraídos e a partir da qual nos unimos pelos “santos dons de Deus da palavra e do sacramento” (CJUM §14).

Se isso é verdade a respeito da plenitude da comunhão eclesial, então também é verdade, não comensuravelmente, mas absolutamente, a respeito da comunhão entre anglicanos e católicos romanos e é o primeiro forte motivo para avançar da experiência da comunhão para a sua expressão mais plena na vida e na missão. “Somos chamados a vivenciar visivelmente essa real, mas imperfeita comunhão, enquanto nos empenhamos na busca da plena unidade visível” (GTUM §14).

No ensinamento do Concílio Vaticano II, a Igreja é “o sacramento universal de salvação”²⁰ cuja missão é levar todas as pessoas à comunhão com Deus e à comunhão de umas com as outras em Cristo. Em *Igreja como Comunhão na Missão*, CJUM destaca a ligação intrínseca, que a ARCIC reforça, entre comunhão eclesial e missão e disso tira conseqüências: “A Igreja é destinada a ser o “sacramento” da palavra salvadora de Deus, “como sinal e instrumento” (ARCIC, *Relatório Final*, Introdução, n 7) do propósito de Deus em Cristo: “unir todas as coisas nele, as que estão no céu e as que estão na terra” (Efésios 1,10)” (CJUM §16). Isso pode ser visto como um julgamento da nossa condição de comunhão imperfeita e se tornar um forte motivo para um empenho mais efetivo na busca da plenitude da comunhão: “A vivência de comunhão da Igreja é, portanto, uma parte vital de sua missão, que fica prejudicada quando falta comunhão.” (CJUM §17).

Ao mesmo tempo, a experiência e o reconhecimento da comunhão entre parceiros ecumênicos tem-se mostrado dependente dos frutos do diálogo ecumênico e em particular da capacidade de promover reconhecimento daqueles elementos de bondade e verdade que são propriedades da identidade eclesial: “O grau de comunhão visível depende da extensão do nosso reconhecimento mútuo dos santos dons e dos elementos constitutivos da Igreja, de uns para com os outros” (CJUM §20). A IARCCUM supõe aqui nas entrelinhas, de um modo que poderia ter sido mais claramente articulado, que a partilha de dons, como foi pedida na encíclica *Ut Unum Sint* do papa João Paulo II (§28), é precisamente dirigida a nos ajudar a dar uma expressão visível à nossa unidade, baseada no compartilhamento de elementos constitutivos da Igreja.

O tratamento que CJUM dá à Igreja, como *koinonia*, faz perceber que a unidade é parte “da essência da Igreja” e que “sua unidade precisa também ser visível” (§18), mas o texto teria ficado bem mais enérgico se tivesse afirmado mais diretamente que

²⁰ *Lumen Gentium* §48.

a unidade visível é uma característica essencial ou “marca” da Igreja dada por Cristo desde o começo. Poderia, então, ter considerado a basilar questão eclesiológica dos fundamentos da unidade da Igreja, antes de identificar visíveis “estruturas de comunhão” como estando entre os temas que requerem maior aprofundamento. Como CJUM discute isso na parte que aborda o tema da autoridade, o leitor deve ter em mente que as duas seções devem ser lidas em relação uma com a outra.

Dois temas da seção sobre *Igreja como Comunhão*, identificados como necessitados de trabalho teológico adicional, serão tratados na seção final deste comentário: as estruturas internacionais de comunhão dentro da Comunhão Anglicana (§21) e o ministério do primado universal dentro da Igreja Católica (§23).

Em *Discipulado e Santidade*, o texto faz uma de suas mais enérgicas afirmações sobre a relação entre comunhão e vida cristã, indicando que as decisões morais pessoais e comunitárias que assumimos têm uma relação direta com o grau de comunhão de que desfrutamos. O texto de CJUM usa os termos mais fortes (“integrado”, “constitutivo” e “essencial”) para explicar a força que está presente nessa relação, falhando apenas na falta de uma reflexão sobre o efeito desagregador do pecado em nosso relacionamento com Deus e de uns com os outros.²¹ Assim, “o comportamento moral está integrado à manutenção da comunhão com a Trindade Santa, bem como à comunhão na comunidade dos crentes na Igreja”, e “nossa aceitação comum dos mesmos valores morais fundamentais e a partilha da mesma visão de humanidade ... são elementos constitutivos da comunhão eclesial e são essenciais para a comunhão visível da Igreja” (CJUM §77).

Numa bonita reflexão sobre a natureza humana, CJUM desenvolve um tema intrínseco à nossa compreensão da *imago Dei* na criação dos seres humanos: em certo sentido, nossa natureza humana, criada à imagem e semelhança de Deus, deve refletir a vida íntima da Trindade e, portanto, no seu nível mais profundo, leva a marca da divina, eterna comunhão. Isso é compreendido como sendo a base de nossa dignidade humana e nos oferece uma visão do laço existente entre a antropologia cristã e a teologia de comunhão. “Afirmamos a dignidade da pessoa humana – homem e mulher – criada por Deus para a comunhão com Deus... Pessoas humanas são criadas para a comunhão e comunhão envolve responsabilidade em relação à sociedade e à criação, como também em relação a Deus” (§79). Assim CJUM desenvolve sua apresentação do laço que existe entre comunhão e missão, colhido no diálogo da ARCIC, e nos leva à consideração das expressões concretas da missão comum que estão apresentadas na Parte Dois.

Apesar da encorajadora medida do consenso sobre questões morais que a Declaração de Acordo da ARCIC II (*Vida em Cristo: Moral, Comunhão e a Igreja*) encontrou entre nossas duas Comunhões quando foi apresentada em 1994, o contexto que mudou em nossas relações ecumênicas resultou numa lista extensa de “sérios desacordos em temas específicos”, que são elencados em CJUM 86, no fim da seção sobre *Discipulado e Santidade*. Não resta dúvida de que CJUM considera esses temas como urgente prioridade para o nosso futuro no diálogo e na cooperação: “É urgente que nos aconselhem, tomemos decisões em conjunto e juntos possamos agir quanto ao ensinamento moral, para guiar e orientar os discípulos de Cristo no caminho da

²¹ O relacionamento entre comunhão e santidade, no qual Cristo como *diakonos* une e atua como mediador pode ser fortemente contrastado com o que acontece na divisão e no pecado, onde o *diabolos* interrompe e espalha.

santidade e para testemunhar efetivamente com credibilidade o amor e a justiça de Deus ao mundo” (§87).²²

Motivo de particular preocupação a esse respeito é o §86e, sobre casamento, sexualidade humana e os específicos temas morais que ameaçam enfraquecer a consistência da Comunhão Anglicana. Como se mencionou acima, da perspectiva da Igreja Católica, as decisões com que no momento a Comunhão Anglicana se defronta dizem respeito não somente à disciplina mas também à doutrina e têm conseqüências vitais para as relações entre anglicanos e católicos romanos. CJUM afirma de modo conciso que há também questões subjacentes de antropologia e hermenêutica bíblica que precisam ser abordadas – é uma frase breve convidando a uma discussão mais extensa e tendo profundas implicações. Nesse mesmo caminho, em sua reflexão sobre o *Relatório de Windsor*, o cardeal Kasper mencionou a importância de uma abordagem conjunta dessa “questão que está se tornando progressivamente aguda, ou seja, a tensão entre o Evangelho, como está refletido no testemunho apostólico, e as abordagens e tendências de nossas sociedades pós modernas.”²³ O texto recomenda que estruturas de consulta sejam criadas em ambas as Comunhões para evitar qualquer expansão nas áreas de desacordo (§87).

A seção sobre *Discipulado e Santidade* também se refere ao sacramento do matrimônio e, nesse contexto, declara com confiança que, “em ambas as Comunhões, o marido e a mulher são os celebrantes do sacramento” (§85), uma afirmação que é ao mesmo tempo interessante e desafiadora. Embora reconheça que o matrimônio “tem uma dimensão naturalmente sacramental” (§85), não fica claro o significado preciso dessa “sacramentalidade natural” e não foi dito em CJUM que o termo “celebrantes do sacramento” teria o mesmo significado na Comunhão Anglicana e na Igreja Católica.²⁴

À luz dessas três seções, é útil acompanhar o tema da comunhão e missão como ele se apresenta nas seis seções doutrinárias restantes da Parte Um, antes de refletir sobre a maneira como isso toma expressão concreta através das sugestões e convites da Parte Dois.

Na seção *A Palavra Viva de Deus* (§§26–32), percebemos a convicção da ARCIC de que a tradição²⁵ deve ser entendida como estando a serviço da dimensão temporal da comunhão: “Corretamente entendida, a tradição é em si mesma um ato de comunhão pelo qual o Espírito Santo une as igrejas locais de nossos dias àquelas que as precederam na única fé apostólica” (CJUM §27).

Já se observou anteriormente que CJUM apresenta temas para estudo teológico a ser mais aprofundado numa série de boxes, dentro de seções relevantes do documento. No entanto, há uma ocasião em que um tema teológico é identificado no texto como uma dificuldade remanescente ou necessitado de mais estudo, sem que

²² Enquanto a Igreja Católica consideraria isso como fortemente desejável, se não essencial, para o prosseguimento de nosso diálogo, para o fortalecimento de nossas relações e para tornar nossa missão mais efetiva, para a Comunhão Anglicana isso viria a ser um das mais desafiadoras recomendações de CJUM porque solicita que a Comunhão obtenha, num contexto ecumênico, o que já se mostrou tão difícil de conseguir entre as próprias províncias anglicanas.

²³ Carta do cardeal Walter Kasper ao Dr Rowan Williams, 17 de dezembro de 2004.

²⁴ A própria compreensão teórica do matrimônio na Igreja Católica é complexa, abrangendo tanto o casamento sacramental como o não sacramental. Isso também pode se tornar um campo de frutuosa pesquisa teológica em qualquer futuro diálogo Anglicano/Católico Romano.

²⁵ A nota de rodapé 57 de CJUM 57 identifica a tradição como “o processo da tradição, a transmissão da verdade revelada” e assim a distingue da próprio corpo da verdade revelada.

tenha sido adequadamente apresentado num box adjacente. É o que se encontra nessa seção sobre *A Palavra Viva de Deus*, quando se afirma: “Concordamos que o ensinamento, a pregação e a ação da Igreja precisam constantemente ser avaliados pelas Escrituras; no entanto, a maneira pela qual cada uma das nossas Igrejas compreende a função das Escrituras como “teste e norma” necessita ainda de maior clarificação.” (§29). Isso também merece ser destacado em um box, já que tem fundamental importância em todas as outras áreas do diálogo Anglicano/Católico Romano.

A seção sobre o *Batismo* (§§33–38) focaliza a fé partilhada por anglicanos e católicos de que através do batismo somos sacramentalmente incorporados à Igreja como Corpo de Cristo. Nossa incorporação é vista como algo interior e oculto, uma “comunhão espiritual”²⁶ que precisa se manifestar: “Essa comunhão espiritual dos batizados recebe a necessária expressão numa comunidade visível” (§36). Mais do que isso, o dom da comunhão eclesial através do batismo traz consigo um imperativo de engajamento na vida cristã em conjunto e na ação evangélica: “Nossa comunhão fundamental no batismo nos dá uma compartilhada responsabilidade de testemunhar, tão plenamente quanto possível, o Evangelho de Cristo diante do mundo” (§38).

Quando CJUM trata da *Eucaristia* (§§39–49), reitera a fé comum de anglicanos e católicos de que “a visível comunhão no corpo de Cristo, à qual somos introduzidos no batismo, é alimentada, aprofundada e expressada” quando recebemos a Eucaristia (§39). Não é usual para CJUM fazer citações de documentos ecumênicos que não sejam da ARCIC, mas parece apropriado, nessa seção, recorrer ao texto de Fé e Constituição do Conselho Mundial de Igrejas *Batismo, Eucaristia e Ministério* (BEM), considerando a participação de representantes anglicanos e católicos na sua produção. A questão referente à amplitude da comunhão no tempo e no espaço – “A comunhão estabelecida no corpo de Cristo é uma comunhão com todos os cristãos em todos os tempos e lugares”(CJUM §44) – tem implicações para a nossa compreensão da comunhão eclesial parcial, que também se poderia beneficiar de mais ampla reflexão teológica.

Apesar do acordo declarado sobre a real presença de Cristo na Eucaristia (cf. Par. 39–44), a doutrina católica sobre a Eucaristia é mais específica do que o que encontramos expresso nessa seção de CJUM. Aqui teria sido útil que o documento se tivesse baseado nas “Clarificações” de 1993 e assim eliminasse qualquer possível interpretação que ficasse fora dos parâmetros da compreensão católica romana da Eucaristia.

É conveniente que uma Comissão episcopalmente conduzida dedique séria atenção ao modo como a *epíscope* presta serviço à comunhão da Igreja. Na seção sobre *Ministério* (§§50–61), a visão da ARCIC sobre o bispo como ministro da unidade é expressa em termos sacramentais: “A comunhão das igrejas na missão, na fé e na santidade através do tempo e do espaço é assim simbolizada e mantida no bispo” (§54). Considerando a principal corrente teológica de CJUM, isso pode também ser visto como relacionado à responsabilidade episcopal em outros laços de comunhão: “Em suas dioceses, quando se reúnem regionalmente e em nível mundial, os bispos têm um papel especial na manutenção da fidelidade da Igreja ao ensinamento apostólico, em conformidade com o pensamento de Cristo” (§55).

²⁶ O termo “comunhão espiritual” que CJUM utiliza pode ser compreendido e usado pela IARCCUM em mais de um sentido: isso recebe consideração adicional neste Comentário.

Esta seção poderia ter sido fortalecida de duas maneiras. Primeiramente, CJUM fala da ordenação como um “ato sacramental” e que tem uma “natureza sacramental” (§53), e acrescenta que a Eucaristia do ministro ordenado tem “uma particular configuração sacramental a Cristo como Sumo Sacerdote” (§57). Ainda assim, o termo “sacramento” não é definido em lugar algum do texto. Tal definição teria trazido maior clareza. Em segundo lugar, o material colocado em box a respeito da ordenação das mulheres ao presbiterato e ao episcopado (§§60–61) poderia ter afirmado mais claramente que isso não é um tema de discordância eclesial meramente disciplinar, mas de natureza doutrinal.

Continuando a partir da seção sobre ministério, e bem relacionado a ele, temos o tratamento que o texto dá ao exercício da *Autoridade na Igreja* (§62–76) que tem, de acordo com a citação que CJUM faz do texto da ARCIC *O Dom da Autoridade* (n.32), “uma radical dimensão missionária”. De novo CJUM enfatiza a responsabilidade do bispo no exercício da autoridade em apropriada interação com o povo de Deus como um serviço à comunhão eclesial: “Bispos têm...uma especial responsabilidade de promover a verdade e discernir o erro para preservar e promover a comunhão” (§66). A reflexão feita no §70 sobre a necessidade de “um ministério de primazia a cada nível da vida da Igreja como um laço e um foco visível de sua comunhão” está claramente relacionada em CJUM ao sentido do valor que a ARCIC dá a um ministério de primazia universal “exercida pelo bispo de Roma como sinal e foco da unidade numa Igreja reunida”. (§71).

Em relação a essa seção eu ofereceria duas críticas. A primeira é sobre a escolha dos dois exemplos citados no §74 para ilustrar a recomendação do §73 para “refletir sobre a relação entre o nível local e universal na vida da Igreja”. A abertura da Comunhão Anglicana para estabelecer mais robustos “instrumentos de supervisão” se emparelha com a disposição da Igreja Católica de ter meios para “garantir a consulta entre o bispo de Roma e as igrejas locais antes da tomada de decisões importantes”. Embora haja um equilíbrio teológico ao se pedir às duas Comunhões que tratem desses temas, eles não têm o mesmo peso em termos da sua imediata importância para a integridade e a coerência eclesiais. Há uma urgência, pragmática e eclesiológica, a respeito da questão com que se defronta a Comunhão Anglicana, que não se reflete do mesmo modo na Igreja Católica, mesmo que ambas as questões sejam significativas a longo termo.

O segundo comentário se refere à consideração que o texto faz da compreensão católica de “infallibilidade”. No §76 CJUM explica como a infalibilidade presta serviço ao dom da indefectibilidade da Igreja “pelo qual o Espírito Santo conduz a Igreja para toda a verdade”. No entanto, quando se refere ao exercício do ofício do ensinamento infalível “em situações específicas e sob certas condições precisas” por meio “dos que detém “o ministério de supervisão, assistidos pelo Espírito Santo”, poderia ter sido mais claramente afirmado que a Igreja Católica ensina que o Magistério representa, sob certas condições identificáveis, uma particular participação no dom da infalibilidade que Cristo deu à Igreja.²⁷

Na última das nove seções doutrinárias na Parte Um, a IARCCUM está particularmente interessada na mais recente Declaração de Acordo da ARCIC, *Maria*:

²⁷ A Constituição Dogmática do Concílio Vaticano I, *Pastor Aeternus* (18 de julho de 1870 compreende a própria infalibilidade como um dom à Igreja ao fazer a seguinte definição solene da infalibilidade papal: “quando o pontífice romano fala ex cathedra... ele possui... aquela infalibilidade que o divino Redentor quis que sua Igreja desfrutasse na definição de doutrinas a respeito da fé e da moral.” (Capítulo IV §9).

Graça e Esperança em Cristo, concluída em 2004 e apresentada em 2005, cerca de quatro anos depois da criação da própria IARCCUM. CJUM reconhece que a “compreensão cristã de Maria está inseparavelmente ligada à doutrina sobre Cristo e a Igreja” (§89). Maria pode ser vista por anglicanos e católicos como “cume da Comunhão dos Santos” (§90), de modo que a reflexão das Escrituras sobre sua vida pode ser estudada por aquilo que revela da atividade do Espírito Santo. Assim se aplica sua própria experiência de comunhão com Deus e dentro do Corpo de Cristo às primeiras atividades missionárias e evangelizadoras da Igreja, oferecendo desse modo um modelo de discipulado.

A contribuição dada pela IARCCUM à teologia de comunhão e missão, que é central em CJUM, está resumida na conclusão da Parte Um, *A fé que nos liberta* (§§93–95) e proporciona uma interessante transição para as expressões práticas dessa teologia na Parte Dois. “A Comissão tem se tornado mais profundamente consciente da conexão íntima entre compreensão e cooperação, fé e missão. É nossa convicção que, à medida que avançamos na direção de uma plena comunhão eclesial e respondemos de forma renovada à missão comum confiada pelo Senhor a sua igreja, os remanescentes pontos de divisão irão sendo resolvidos de modo mais efetivo.” (§94). Essa é uma afirmação esperançosa, mas prudente, do valor do que vai ser proposto na Parte Dois. CJUM não diz que testemunho e compromisso conjunto na missão vão levar à resolução mais rápida das diferenças, mas enfatiza o poder de ação e a amplitude do que está sendo proposto.

III. Parte Dois: Propostas de CJUM para a Missão Comum

Caminho para a Unidade e a Missão Comum (§§96–126) oferece sugestões e convites para o envolvimento em trabalho conjunto e missão comum. Está dividido em quatro seções, que tratam das áreas de culto, estudo, ministério e testemunho. Os princípios teológicos para o que vem a seguir são aqui apresentados como algo mobilizador e, por implicação, constituem convites para que as duas Comunhões levem a sério a ligação intrínseca entre a convergência ou acordo teológico e os passos práticos que derivam dos resultados de nosso diálogo. “O discernimento de nossa fé comum desafia nossas Igrejas a reconhecer que elementos de santificação e verdade existem na vida eclesial de ambas e a desenvolver aqueles canais e expressões práticas de cooperação pelos quais a vida e a missão em comum podem ser geradas e sustentadas” (§96).

Dito isso, CJUM não é um texto que tenha sido recebido com força de autoridade. Como já foi mencionado acima, será importante para aqueles que lerem o documento – muito especialmente para os bispos, aos quais ele é principalmente dirigido – que avaliem muito cuidadosamente as propostas específicas do texto, à luz da disciplina e da prática católicas. Nesta breve seção, oferecerei algumas reflexões iniciais sobre as propostas da Parte Dois, tendo em vista o *Diretório para a Aplicação de Princípios e Normas sobre Ecumenismo* e, em grau menor, à luz de outras fontes que definem a participação católica no movimento ecumênico.²⁸

Antes de fazer isso, deve ser reafirmado que as particularidades do relacionamento local irão colorir os caminhos pelos quais CJUM é recebido e a extensão do acolhimento e da prática de suas sugestões. O texto claramente

²⁸ Por facilidade de expressão, este Comentário se referirá daqui para a frente ao *Diretório para a Aplicação de Princípios e Normas sobre Ecumenismo*, publicado pelo Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, em 1993, como *Diretório Ecumênico*.

reconhece isso: “Podem existir sérias razões para que algumas das sugestões e convites... não sejam apropriados ou possíveis em alguns contextos locais”.(GTUM §99) Isso irá também influenciar a recepção e a reação dos bispos ao texto e será particularmente significativo, onde bispos anglicanos e católicos têm oportunidade de refletir juntos sobre CJUM, em pares ou em grupos por região.²⁹ As relações entre anglicanos e católicos romanos não são uniformes internacionalmente, já que se desenvolvem em velocidades variáveis, como for apropriado a diferentes locais e de modo a refletir as variações de prioridades no âmbito regional e nacional, com que se defrontam ambas as Comunhões.

Como foi mencionado na introdução, as relações não são uniformes no presente contexto principalmente por causa de diversos posicionamentos a respeito de questões morais e eclesiais no coração das correntes tensões na Comunhão Anglicana. Por essa razão em particular, o que for recomendado terá que ser recebido em nível local e nacional, bem como terá que ser ajustado localmente para sua efetiva implementação. Quando são adotadas posições que distanciam mais uma província ou diocese anglicana do ensinamento católico sobre matérias doutrinárias e onde houver significativo conflito interno numa diocese ou província, é provável que haja espaço muito limitado para iniciativas práticas em conjunto. Assim, pode bem acontecer que algumas sugestões e convites de CJUM apresentem um desafio considerável num contexto e ainda assim exista já uma forma de cooperação ecumênica em outro. O *Diretório Ecumênico* antevê a necessidade de tal discernimento local: “A natureza da ação ecumênica, desenvolvida numa região específica, será sempre influenciada pelo caráter específico da situação ecumênica local. A decisão quanto ao empenho ecumênico adequado compete, de forma especial, ao Bispo, que tem de ponderar as responsabilidades específicas e os apelos característicos da sua diocese.” (§31).

Como será evidente, a maior parte das propostas apresentadas pela IARCCUM – embora não todas – são autorizadas pelo *Diretório Ecumênico* ou estão de acordo com seus princípios. Isso não quer dizer que todas as iniciativas propostas serão igualmente adequadas a anglicanos e católicos em todos os lugares e todos os tempos, mas se conclui que ficará por conta da competência própria dos bispos tomar decisões a esse respeito. A Parte Dois de CJUM teria sido mais funcional se a Comissão tivesse se referido às fontes de autoridade relacionadas a cada particular sugestão: isso teria providenciado um útil recurso para o discernimento local e regional que inevitavelmente deve ser feito.

1. Culto

Expressões visíveis da nossa fé comum (§§100–103) tratam das oportunidades para expressar juntos a nossa fé comum no contexto de culto público, principalmente, mas não exclusivamente, em ligação com o batismo e a eucaristia. As sugestões de CJUM geralmente respeitam os limites que cercam o culto litúrgico, sacramental ou não, colocados aos católicos romanos pelo *Diretório Ecumênico* (1993). No entanto, pode ser discutido de forma convincente que o encorajamento à preparação de recursos catequéticos em comum para a preparação do batismo e da confirmação e

²⁹ Assim, por exemplo, os bispos católicos da Conferência Inglaterra e País de Gales se encontraram em novembro de 2006 com membros da Casa de Bispos da Igreja da Inglaterra e representantes episcopais da Igreja Anglicana do país de Gales e refletiram *inter alia* sobre o processo da IARCCUM, suas implicações para a cooperação episcopal ecumênica e sobre alguns assuntos de disputa que necessitam de mais reflexão teológica. Esse encontro se deu em resposta ao *Plano de Ação* de Mississauga, em 2000, que solicitava à IARCCUM “encorajar um encontro conjunto de bispos em nível de Províncias e Conferências Episcopais”.

para uso em escolas dominicais (§100) vai além dos parâmetros do *Directório Ecumênico*. Iniciativas pastorais envolvendo catequese e vida sacramental pressupõem um acordo doutrinal e, embora anglicanos e católicos reconheçam mutuamente o seu batismo, CJUM toca apenas levemente no sacramento da confirmação (§37) e um maior diálogo teológico pode se mostrar necessário sobre esse assunto. Da mesma forma, pode ser benéfico ter material catequético comum para escolas dominicais, mas isso dependeria dos assuntos a serem tratados.

As sugestões em CJUM para a oração em comum e as derivadas de um batismo comum ou de uma renovação do batismo são particularmente estimulantes e praticáveis. Por sua natureza, essas sugestões são administráveis dentro da situação da igreja local e seria possível pensar num processo pelo qual uma diocese anglicana e outra católica romana se ofereceriam para gerenciar uma ou mais propostas, de tal modo que pudessem ser apreciadas por uma província e uma Conferência de Bispos que trabalhassem juntas.

Deveria ser óbvio para os católicos que a prece mútua, nas duas Comunhões, pelo “bispo local da outra Igreja como por seu próprio bispo” (§103) supõe inclusão nas orações de intercessão durante a liturgia em vez de se fazer isso no decurso da Oração Eucarística, mas a redação usada em CJUM poderia levar a uma falsa interpretação se não for lida com o devido cuidado e referência aos princípios que governam o envolvimento ecumênico católico romano.³⁰

Em sua reflexão sobre a experiência ecumênica de *koinonia* e dos caminhos pelos quais isso se tornaria visível em nossa vida e missão conjunta, CJUM usa o termo “comunhão espiritual” em várias ocasiões. As maneiras como o termo é usado poderiam ser vistas por alguns católicos com um certo tom de ambiguidade. Elas também sugerem que a dimensão particular de comunhão que CJUM busca descrever poderia se beneficiar de uma maior reflexão teológica no contexto de nossa crescente compreensão comum de *koinonia*.

Os bispos da IARCCUM usaram, eles mesmos, o termo ao descrever uma parte da tarefa que tinham assumido: “A Comissão começou um trabalho intensivo sobre... o desenvolvimento de estratégias para traduzir o grau de comunhão espiritual que tem sido atingido em resultados práticos e visíveis.”³¹ Aqui a Comissão parece estar indicando por “comunhão espiritual” a realidade interna daquele real, embora imperfeito, relacionamento (entre anglicanos e católicos) que vem através do batismo pelo poder do Espírito Santo, que tem a capacidade de crescer e se aprofundar e que se mostra na visível comunhão do Corpo de Cristo. CJUM faz ecoar essa compreensão em sua seção sobre o Batismo, onde afirma: “Essa comunhão espiritual dos batizados recebe a expressão necessária em uma comunidade visível...” (§36).

No entanto, na descrição, feita na Parte Dois, de algumas estratégias para promover a expressão visível da fé partilhada, CJUM emprega o termo de um modo sutilmente diferente. Quando encoraja anglicanos e católicos romanos a assistir à Eucaristia uns dos outros (sempre “respeitando as diferentes disciplinas de nossas igrejas”) CJUM explica: “Embora isso se realize sob a forma de uma presença sem

³⁰ “Podem ser oferecidas orações públicas por outros cristãos, vivos ou mortos, pelas necessidades e intenções das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais e dos seus chefes espirituais, durante as ladainhas e outras invocações de um serviço litúrgico, mas não durante uma anáfora eucarística. A antiga tradição cristã em liturgia e eclesiologia só permite citar na anáfora eucarística o nome das pessoas em plena comunhão com a Igreja que celebra essa eucaristia.” (PCPUC, *Directório Ecumênico* [1993] §121).

³¹ *Comunicado*, Primeiro Encontro Plenário da IARCCUM, 24 de novembro de 2001.

intercomunhão na igreja uns dos outros, ainda assim configuraria uma consciência renovada do valor da comunhão espiritual” (§101).³² O texto traz a implicação de que essa “comunhão espiritual” poderia ganhar expressão visível no dar e receber de uma “bênção, que tem se tornado uma prática regular em muitos lugares, para aqueles que não podem receber a santa comunhão” (§101). Embora CJUM não solicite isso explicitamente, um maior estudo ecumênico da relação entre “comunhão espiritual”, os sacramentos de iniciação e a identidade eclesial poderiam nos ajudar a chegar a uma compreensão mais profunda das dimensões de koinonia e de suas expressões visíveis.

2. Estudo

CJUM reflete o mandato dado a IARCCUM, quando encoraja *Estudo Conjunto da Nossa Fé* (§§104–107) de modo a podermos viver nossa real, embora imperfeita, comunhão mais efetivamente. Tal estudo, especialmente das Declarações de Acordo da ARCIC, “pode ajudar anglicanos e católicos romanos a identificar os elementos constitutivos da Igreja na vida e no testemunho uns dos outros e, à medida que discernem aspectos em comum, pode ajudá-los a considerar como eles podem se unir na vivência desses elementos” (§105). Ao estudar as Declarações de Acordo da ARCIC, seria importante observar que a maioria desses textos não teve resposta, em nível de autoridade, da Igreja Católica ou da Comunhão Anglicana, e nessa situação estão sendo publicados como trabalho da Comissão.

Essa seção chama a atenção para o texto de 1997 do PCPUC sobre *A Dimensão Ecumênica na Formação dos que Trabalham no Ministério Pastoral*³³ e tira dele várias sugestões (como também o faz com relação ao *Diretório Ecumênico*), em particular no que se refere a estudo conjunto das Escrituras. O estímulo ao desenvolvimento de princípios hermenêuticos comuns (§104) é útil, já que a obtenção de uma compreensão comum mais profunda das Escrituras seria grandemente benéfica para nossas relações. CJUM não faz nenhuma sugestão a respeito de quem estaria bem qualificado para desenvolver tal projeto; talvez esse seja um projeto que poderia ser assumido pela ARCIC.

3. Ministério

Um convite particular de *Cooperação no ministério* (§§108–117) é dirigido especificamente aos primazes das Igrejas Anglicana e Católica Romana e hierarcas, num apelo que se relaciona tanto com a manutenção e garantia do presente grau de comunhão como com seu potencial de aprofundamento. “Também encorajamos líderes anglicanos e católicos romanos, em nível nacional e internacional, a fazer consultas mútuas, tão amplas quanto possível, antes da tomada de decisões cruciais em assuntos de fé, ordem e vida moral que tenham reflexos na unidade da Igreja” (§109). O valor que os membros da IARCCUM atribuem à influência desse processo de consulta já tem trazido frutos nas relações entre anglicanos e católicos romanos e gera um tema complementar que será abordado depois dentro deste Comentário.

É animador que CJUM tenha destacado as famílias inteleclesiais como destinatárias especialmente merecedoras de cuidado pastoral e espiritual partilhado.

³² Muitos (talvez principalmente os mais velhos) católicos romanos estariam familiarizados com a prática, antigamente muito comum, de “fazer uma Comunhão Espiritual” no momento durante a missa em que o Corpo e o Sangue do Senhor está sendo administrado e, por uma variedade de razões, eles escolhem ou são solicitados a ser não comungantes. Essa “Comunhão Espiritual” era compreendida como um momento de união pessoal, não sacramental, com Cristo e sua dimensão comunitária seria bem desconsiderada.

³³ Cidade do Vaticano: Imprensa Vaticana, 1997.

Famílias de pertença intereclesial têm uma especial importância, em parte porque experimentam continuamente e de modo bem íntimo tanto a realidade como as imperfeições da comunhão partilhada por anglicanos e católicos romanos. Assim, o texto tem o cuidado de recomendar uma abordagem específica: “de particular interesse na área do ministério é a necessidade de desenvolver programas de cuidado pastoral conjunto para famílias intereclesiais (incluindo a preparação para o matrimônio) e de encontrar caminhos para atender a sua situação específica.” (§116). Tal atendimento pastoral e a preparação para o matrimônio precisariam dedicar atenção aos princípios apresentados no *Diretório Ecumênico* (§§143–160). Destacar tanto as necessidades das famílias intereclesiais como o muito que pode ser aprendido a partir da experiência e da percepção delas seria de grande ajuda, se queremos aprofundar a compreensão da importância eclesial dessas famílias dentro de nossas duas Comunhões.

Uma proposta dessa seção convida a considerar uma “possível associação de bispos anglicanos com bispos católicos romanos em suas visitas *ad limina* a Roma” (§111). Isso é um eco da proposta feita na declaração da ARCIC de 1999 - *O Dom da Autoridade* (§59). Eu observaria que essa sugestão requer muito mais reflexão. Quando um grupo nacional ou regional de bispos se encontra com o sucessor de Pedro, há uma forte experiência e expressão de comunhão, que é qualitativamente diferente da experiência de um encontro ecumênico de bispos cujas Igrejas desfrutam de comunhão parcial. A sugestão de CJUM vem no contexto de um significativo trabalho ecumênico e de interesse no ministério petrino, o que é muito estimulante. Mesmo assim, a proposta de agregar bispos anglicanos a visitas *ad limina* não foi formalmente encorajada pela Santa Sé; e eu sugiro que ela não seja estimulada até que tenha recebido uma resposta provida de autoridade das partes envolvidas. Pode haver um tempo em nosso relacionamento em que isso seja apropriado, mas talvez esse tempo ainda não tenha chegado.

Várias propostas dessa seção (para encontros regionais de bispos anglicanos e católicos, para declarações pastorais conjuntas em assuntos de interesse comum, relativas a convite para participar como observadores nos encontros colegiados e sinodais uns dos outros) são práticas comuns em muitas regiões e têm contribuído bastante para fortalecer as relações e promover testemunho comum. As propostas do §112, referentes a aspectos de formação e educação teológica em conjunto, também podem se mostrar frutíferas, mas tais iniciativas devem ser cuidadosamente desenvolvidas dentro dos parâmetros colocados no *Diretório Ecumênico* e no documento *A Dimensão Ecumênica na Formação dos que Trabalham no Ministério Pastoral*.

4. Testemunho

Um poderoso argumento teológico, destacando a necessidade de vida e missão conjuntas, que deveriam ser consequência do estado atual de nossa comunhão, está apresentado na seção final da Parte Dois, *Testemunho Partilhado no Mundo* (§§118–125). Como sacramento universal de salvação, a Igreja ao mesmo tempo prefigura e presta serviço à construção da perfeita unidade do Reino de Deus, que é a vontade de Deus para todos os homens e mulheres. “Reconhecemos a íntima relação que existe entre a unidade da Igreja, a paz e o bem estar da comunidade humana e a integridade de toda a criação” (§118). Daí se segue que, embora essa verdade se manifeste em plenitude na Igreja Católica, nossa experiência de comunhão imperfeita com os batizados de outras Igrejas e comunidades eclesiais continua a ser obstáculo à completa ação de nosso testemunho e serviço e isso nos impulsiona a resolver nossas

diferenças. Foi-nos oferecido um motivo poderoso para comprometer nossas duas Comunhões com uma expressão mais forte de vida e missão comum: a capacidade (que ainda atingiu o pleno resultado) que a Igreja tem para mudar o mundo.

Embora seja útil que esses convites e sugestões estejam tematicamente organizados, parece uma pena que CJUM não tenha sugerido uma abordagem geral que definisse prioridades. Ao mesmo tempo, nesse documento a IARCCUM mostra respeito pelo processo de recepção, por uma apropriada adaptação e conveniente adoção das medidas que CJUM encoraja. Fica implícito que seria tarefa conjunta dos bispos anglicanos e católicos (ou das Províncias Anglicanas e Conferências Episcopais Católicas) adaptar e priorizar as recomendações feitas.

IV. Quatro temas complementares

Ao longo das principais afirmações teológicas de CJUM, há quatro temas relacionados e recorrentes que estão presentes explícita ou implicitamente no documento. Eles reforçam e ilustram o significado do tema central. Três deles focalizam principalmente o relacionamento de anglicanos e católicos romanos, como ele é e como pode vir a se desenvolver, enquanto o quarto retrata a natureza da Comunhão Anglicana e nossa crescente compreensão conjunta do seu papel como parceira no diálogo.

O primeiro desses temas, ao qual já nos referimos, é a necessidade e o valor do processo de consulta. Isso foi elencado no *Plano de Ação* de Mississauga como um instrumento que poderia ser usado por parceiros em diálogo para influenciar os respectivos organismos decisórios uns dos outros na defesa do atual grau de comunhão. Os bispos então imaginaram a função da IARCCUM, que iria “examinar modos de garantir consulta formal antes de uma Igreja tomar decisões sobre assuntos de fé e moral que afetariam a outra Igreja, tendo em vista as Declarações de Acordo da ARCIC.” (*Plano de Ação* de Mississauga)

Em sua reflexão sobre *Discipulado e Santidade*, CJUM está ciente de que o processo de convergência com o qual nossas duas Comunhões estão comprometidas pode ser paralisado ou até gradualmente revertido pela pressão da divergência. “Concordamos que existe um perigo de que as áreas de desacordo entre nós se expandam à medida que novos temas e contextos rapidamente emergem. Precisamos estudar juntos e desenvolver estruturas comuns para a tomada de decisões” (§87).

A Parte Dois reitera a necessidade de consulta e, por meio de uma proposta concreta, sugere que: “Sempre que possível, observadores leigos e ordenados podem ser convidados para assistir a conferências e encontros sinodais e colegiados da outra Igreja” (§109). As dificuldades associadas à implementação dessa recomendação variarão de acordo com a natureza dos próprios organismos decisórios em cada um das duas Comunhões. Outra oportunidade para consulta se relaciona com a necessidade de consistência no diálogo quando mais de um parceiro de diálogo está envolvido e se torna importante – em relações bi-laterais e multi-laterais – que se assegure que o que foi aceito por um parceiro ecumênico é pelo menos compatível com que se combinou com outro. E Para conseguir isso e “para estender os parâmetros de consenso na fé que já atingimos, recomendamos energicamente um processo de consulta quando um de nós se envolve numa nova parceria ecumênica com outra Igreja, seja em nível local, regional ou mundial” (§123).³⁴

³⁴ Essa observação pode também ser significativa para a manutenção da comunhão dentro da Comunhão Anglicana,

No contexto das relações Anglicano - Católica Romanas, o exemplo mais significativo de tais consultas, já mencionado, é o convite feito por Dr Rowan Williams ao cardeal Kasper “para se unir a ele na criação de sub comissão ad hoc, composta por membros da IARCCUM e ARCIC, para refletir sobre os temas eclesiológicos com que os anglicanos se defrontam”³⁵, após as decisões tomadas pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos da América e dentro da Igreja Anglicana do Canadá. Como consequência desse convite, a sub comissão de Eclesiologia apresentou suas Reflexões (8 de junho de 2004) à Comissão de Lambeth, cujo mandato se cumpriu com a conclusão do *Relatório de Windsor* em outubro de 2004.

Dois elementos completam esse processo de consulta. O arcebispo Williams pediu ao cardeal Kasper que escrevesse uma carta sobre o *Relatório de Windsor* e, a convite do arcebispo de Canterbury, ele viajou a Londres para conversar com o primaz e com os membros do gabinete da Comunhão Anglicana.³⁶ Nessa carta ao Dr Williams, o cardeal Kasper reafirma a disposição da Igreja Católica de se envolver nessa consulta. “Num espírito de parceria ecumênica e amizade, estamos dispostos a apoiar esse processo da maneira que for adequada e solicitada.”³⁷ Uma consulta formal nesse nível não tem precedentes nas relações Anglicano - Católica Romanas e oferece um bom e funcional exemplo do contexto dentro do qual e fora do qual CJUM busca estimular essa cooperação formal.³⁸

Outro tema importante bem relacionado ao conselho de CJUM sobre o processo de consulta – e que é crucial para o processo que produziu a Declaração de Acordo – é a influência de periódicos encontros pessoais entre o papa e o arcebispo de Canterbury. Em ambas as nossas Comunhões esses encontros são vistos como mais do que simbólicos e têm freqüentemente dado ao diálogo uma nova direção e um novo impulso.

Quando o papa João Paulo II se dirigiu aos membros da IARCCUM em 2001, ele fez um histórico da seqüência dos encontros que ele e seu predecessor, papa Paulo VI, tiveram com sucessivos arcebispos de Canterbury e indicou os avanços no diálogo, que se seguiram a cada encontro. Assim, o estabelecimento da ARCIC, o novo ímpeto nas relações Anglicano - Católica Romanas que produziu a segunda fase da ARCIC e o estabelecimento da IARCCUM foram, cada um, resultados que se sucederam a um encontro em que o compromisso pessoal do papa e do arcebispo e suas convicções como líderes ecumênicos dariam frutos no desenvolvimento de estruturas formais a serviço do diálogo e da comunhão.³⁹

especialmente onde existem acordos ecumênicos entre um parceiro ecumênico e uma ou mais Províncias Anglicanas, mas que não envolvem formalmente outras Províncias. Um exemplo importante dessa situação é a *Declaração Comum de Porvoo*, em 1996, entre Províncias Anglicanas inglesas e irlandesas e a maioria das Igrejas Luteranas nórdicas e do Báltico. O que está em questão aqui é a possibilidade de anglicanos e católicos irem além das descrições oferecidas em CJUM §§21 e 22, na direção de um consenso na compreensão do que significa para as igrejas estar em plena comunhão.

³⁵ *Atualização sobre as Relações com a Comunhão Anglicana*, PCPUC, 27 de abril de 2005.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ Carta do cardeal Walter Kasper ao Dr Rowan Williams, 17 de dezembro de 2004.

³⁸ Em nível nacional, essa importante consulta formal tem seu correspondente no convite que a Igreja da Inglaterra fez aos bispos católicos da Conferência da Inglaterra e país de Gales no sentido de enviarem um observador católico romano para participar no grupo de trabalho da Casa dos Bispos sobre o tema das mulheres no episcopado. O grupo de trabalho foi presidido pelo bispo de Rochester, Rev Dr Michael Nazir- Ali, um membro da IARCCUM, e o Relatório (intitulado *Mulheres bispos na Igreja da Inglaterra?*, embora seja largamente mencionado como *Relatório de Rochester*) foi publicado em 2004.

³⁹ *Discurso* do papa João Paulo II aos membros da IARCCUM, 24 de novembro de 2001.

O papa Bento XVI destacou o significado dessas reuniões no seu encontro com o Dr Rowan Williams, em novembro de 2006, quarenta anos depois da visita do Dr Michael Ramsey ao papa Paulo VI em 1966. “As visitas dos arcebispos de Canterbury à Santa Sé têm servido para fortalecer as relações (Anglicano-Católica Romanas) e desempenharam um papel importante na abordagem dos obstáculos que nos separam.”⁴⁰ Um sinal da franqueza e da confiança que esses encontros promoveram é que o papa Bento pode se referir, nesse contexto, aos pronunciamentos públicos do Dr. Williams “sobre as tensões e dificuldades que ameaçavam a Comunhão Anglicana e conseqüentemente sobre a incerteza do futuro da própria Comunhão” e à vital importância desses temas para o relacionamento Anglicano-Católico Romano.⁴¹

Um compromisso com esses procedimentos de consulta e com as oportunidades de encontro pessoal entre os líderes de nossas duas Comunhões apresenta dois caminhos pelos quais nossa real, embora imperfeita, comunhão pode achar expressão no testemunho e na missão em conjunto. Uma terceira expressão, a colaboração episcopal entre bispos anglicanos e católicos, é também encorajada e, por causa do *modus operandi* da IARCCUM, é também apresentada por CJUM.

A IARCCUM foi criada como “uma organização episcopalmente liderada destinada a promover iniciativas práticas que dariam expressão ao grau de fé partilhado por anglicanos e católicos.”⁴² Passou a existir por causa do encontro dos bispos em Mississauga, que refletiram juntos em clima de oração e estudo sobre a sua experiência de bispos e conseqüentemente desejaram partilhar os benefícios dessa experiência através da existência e do trabalho da IARCCUM. Em seu prefácio para CJUM, os co-presidentes da IARCCUM destacaram que “este texto foi preparado por bispos e é dirigido primeiramente aos bispos” (embora esperem que os bispos façam ampla consulta sobre suas implicações). Esse último ponto é reiterado na exortação final de CJUM: “Nós, bispos da IARCCUM, propomos firmemente essas sugestões aos membros do episcopado do mundo inteiro” (§126).

Na seção de CJUM sobre *Ministério*, o texto nos lembra que o bispo é um sinal e um instrumento da comunhão em suas dimensões espaciais e temporais, unindo as igrejas na missão, na fé e na santidade, e que a colegialidade episcopal está a serviço e atua como garantia da apostolicidade (§§54 e 55). Já que isso é verdadeiro a respeito de bispos que exercem juntos seu ministério em plena comunhão uns com os outros dentro de uma Igreja, deve ser também uma característica, *mutatis mutandis*, de bispos que trabalham e testemunham juntos ecumenicamente a fim de manifestar, preservar e auxiliar o aprofundamento de nossa real, embora parcial, comunhão. A IARCCUM oferece um modelo de real, embora imperfeita, colegialidade episcopal ecumênica em nível internacional, como complemento de ocasionais encontros pessoais entre papas e arcebispos de Canterbury, e agindo sempre de forma compatível com esses encontros. No *Plano de Ação* de Mississauga, a Comissão recebeu a tarefa de encorajar encontros nacionais e regionais de bispos, sempre que possível, e a discussão de CJUM providenciaria o óbvio ponto de partida para tais reuniões. Esses encontros podem ter menos terrenos comuns em que se basear, nos locais em que o relacionamento tem sido complicado por acontecimentos recentes. No entanto, décadas de promoção de relações mais profundas podem ter criado um clima local que

⁴⁰ *Discurso* do papa Bento XVI ao Dr Rowan Williams, 23 de novembro de 2006.

⁴¹ *Ibid.*

⁴² *Atualização sobre as Relações com a Comunhão Anglicana, PCPUC, 27 de abril de 2005*

torna apropriado e bem-vindo o sincero intercâmbio sobre as implicações ecumênicas de possíveis decisões.

O quarto tema complementar difere dos outros porque diz respeito à eclesiologia da Comunhão Anglicana e assim toca no que é interno à sua vida e missão. No encontro Plenário do PCPUC, em 2003, esse tema foi abordado no *Relatório Introdutório do Presidente*: “Nossa colaboração com a Comunhão Anglicana destaca um problema e uma aporia atual do ecumenismo, ou seja: a emergência de novos problemas éticos e a fragmentação interna da Comunhão Eclesial... Embora não pretendendo interferir, devemos ter em mente que, como parceiros ecumênicos, não somos apenas observadores, mas ativos participantes.”⁴³

Como se mencionou anteriormente, a Comunhão Anglicana consultou a Igreja Católica sobre os temas que ameaçavam a própria integridade da Comunhão e a carta do cardeal Kasper ao Dr Rowan Williams (17 de dezembro de 2004) aprova os passos práticos concebidos pelo *Relatório de Windsor* para colocar a autonomia das Províncias Anglicas mais seguramente dentro da interdependência da Comunhão Anglicana. Entre os modos de fortalecer os laços de comunhão propostos pelo *Relatório de Windsor*, três são destacados na carta do cardeal Kasper: “especialmente a interpretação da autonomia provincial em termos de interdependência, estando assim sujeita aos limites gerados pelo compromisso de comunhão” (n. 79). Ligado a isso está o incentivo do Relatório na direção do fortalecimento da autoridade supra-provincial do arcebispo de Canterbury (109–110) e a proposta de uma Aliança Anglicana que tornaria “explícitos e firmes a lealdade e os laços de afeição que governam as relações entre as Igrejas da Comunhão (n. 118).”⁴⁴

A Igreja Católica se importa com a manutenção da identidade eclesial e da consistência da Comunhão Anglicana na medida em que elas refletem a eclesiologia do Concílio Vaticano II e são, portanto, uma base segura para nossas relações ecumênicas. Quarenta anos de diálogo e o convite para expressar seu ponto de vista deram condições à Igreja Católica para refletir sobre a identidade eclesial da Comunhão Anglicana de uma forma que antes seria considerada impossível. É uma indicação de que a consistência da Comunhão Anglicana é relevante para a Igreja Católica como uma dimensão importante da real, embora imperfeita, comunhão que nos une em Cristo, “permitindo reforçar a nossa compreensão da Comunhão Anglicana precisamente como comunhão. Para a continuação de nosso diálogo ecumênico é importante para nós ter uma clara compreensão de quem é nosso parceiro.”⁴⁵

À luz dessas preocupações, é claro que a eclesiologia de comunhão sintetizada em CJUM tem implicações para a Comunhão Anglicana no que se refere a sua própria missão (“a missão fica prejudicada quando falta a comunhão” §17) e ao papel, propósito e estilo do ministério da primazia (“A comunhão da Igreja requer um ministério de primazia em cada nível da vida da Igreja...” §70). A Declaração de Acordo percebe que uma área fundamental para maior reflexão teológica é “a relação entre o

⁴³ *Relatório Introdutório do Presidente* ao PCPUC no Encontro Plenário de 2003, IV §1. Anteriormente, em seu relatório, o cardeal Kasper havia elencado alguns dos novos problemas éticos (“temas como aborto, divórcio, eutanásia, homossexualidade...”) e acrescentou: “Disputas entre Igrejas Autocéfalas Ortodoxas, dentro da Comunhão Anglicana, dentro das comunidades eclesiais da Reforma e, às vezes, dentro da própria Igreja Católica, são destrutivas para o diálogo ecumênico.” (II §2).

⁴⁴ Carta do cardeal Walter Kasper ao Dr Rowan Williams, 17 de dezembro de 2004.

⁴⁵ *Ibid.* Como se mencionou anteriormente neste Comentário, “a continuação do diálogo ecumênico” sugere uma possível terceira fase da ARCIC, na qual o diálogo pode se voltar para o que a carta identifica como uma das “questões subjacentes de amplo significado ecumênico; o relação entre a Igreja universal e a igreja local”.

local e o universal na vida da Igreja e, em particular, sobre o lugar e a autoridade das estruturas nacionais e regionais”. (§73). O texto prossegue detalhando o tema específico, relevante nesse contexto: “Um tópico importante é a questão de saber se a Comunhão Anglicana estaria aberta a instrumentos de supervisão que permitiriam que decisões, em certas circunstâncias, fossem obrigatórias para os membros de todas as províncias.” (§74). Já que essa questão só pode ser respondida pela Comunhão Anglicana e dentro dela (mesmo em processo de consulta com a Igreja Católica), CJUM sabiamente permanece sem indicar compromisso definitivo. No entanto, a resposta anglicana terá sem dúvida um impacto significativo nas relações Anglicano-Católica Romanas no futuro.

Comentários de conclusão

Recentemente, o autor deste Comentário teve a possibilidade de discutir CJUM com dois membros da IARCCUM, um anglicano e outro católico romano. Cada um destacou um tema que seria significativo, não apenas no nível de relacionamento entre nossas duas Comunhões mas também de modo importante nos níveis locais e nacionais, onde bispos anglicanos e católicos romanos vivem e trabalham juntos. Tal consideração das implicações da Declaração de Acordo em nível local, pelos bispos, clero e laicato, é o que o documento prevê e encoraja. Ao mesmo tempo é importante lembrar que CJUM requer algum reconhecimento formal por parte das autoridades às quais é apresentado, para que possa ser usado, de modo frutuoso e confiante, por anglicanos e católicos romanos.

O primeiro desses temas tem a ver com o fato de que, para alguns anglicanos, haverá preocupação de que a Comunhão Anglicana, movendo-se na direção de uma maior conciliaridade e da proposta Aliança, possa necessitar de alguma espécie de estrutura jurisdicional e que isso possa resultar, no trabalho pastoral, em um novo tipo de recepção do ministério da primazia universal. Em tais circunstâncias como se poderia preservar, honrar e promover o legítimo patrimônio dos anglicanos? O outro tema deriva de que, para alguns católicos, pode ser de particular importância que a Parte Dois de CJUM preveja uma cooperação em que anglicanos e católicos trabalhem e testemunhem juntos como parceiros igualitários, especialmente naqueles locais onde o anglicanismo tem um status especial ou uma posição bem estabelecida. A discussão dessas questões, surgindo em nível local ou nacional, certamente fortalecerá a cultura de diálogo que deve acompanhar nossa reflexão sobre propostas práticas.

Olhando para o futuro do diálogo Anglicano/ Católico Romano, devemos nos sentir encorajados pela convicção da Igreja Católica de que, num relacionamento em Cristo de real, embora imperfeita, comunhão eclesial, a *realidade* dessa comunhão é fundamental. Somente tendo por base a comunhão que já existe é possível dar forma a um diálogo sobre as remanescentes ou emergentes *imperfeições* em nossa comunhão, que nos levará então a uma experiência de uma comunhão mais plena ou menos imperfeita. Assim, mesmo obstáculos à comunhão entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica podem ser assunto de um diálogo que cremos que continua a nos conduzir à plena, visível unidade.

Tanto para a Comunhão Anglicana como para a Igreja Católica, em *Crescer Juntos na Unidade e na Missão*, a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana para a Unidade e Missão oferece “uma visão do que já foi alcançado, um panorama realista das dificuldades encontradas e uma agenda para discussão futura”⁴⁶ (94).

⁴⁶ Dr Michael Nazir-Ali (membro anglicano da IARCCUM), falando em Leeds, Inglaterra, 14 de novembro de 2006.

Como tal merece ser acolhido e mais amplamente estudado para que a presente realidade de nossas relações ecumênicas possa ser mais claramente compreendida e para que a real, embora parcial, comunhão de que desfrutamos possa tornar-se mais visível em efetivo testemunho e missão.

+Bernard Longley
Bispo Auxiliar de Westminster
15 de junho de 2007

*Comentário e guia de estudo para Crescer Juntos na
Unidade e na Missão: uma Declaração de Acordo da Comissão
Internacional Anglicano-Católica Romana para Unidade e Missão
(IARCCUM)*

Parte 1: AS CONQUISTAS DO DIÁLOGO TEOLÓGICO ANGLICANO-CATÓLICO ROMANO

A- INTRODUÇÃO (parágrafos 1 a 10)

Diz-se freqüentemente que o movimento ecumênico está parado e não consegue progredir. Depois dos excitantes dias de 1960, quando antigos preconceitos pareciam morrer e os cristãos começaram a falar uns com os outros e a rezar juntos, tem sido difícil ver algum sinal concreto de progresso sendo feito. Como resultado, tem havido uma perda de interesse no ecumenismo. Em muitos casos a atenção mudou de foco: da tentativa de encontrar planos para a união orgânica em nível institucional passou-se à busca de iniciativas locais para unir os cristãos em oração, testemunho e serviço no nível paroquial. Na Igreja da Inglaterra, a multiplicação de projetos ecumênicos locais pode ser vista como um sinal disso. Mas, embora se tenha tornado comum falar de um “inverno ecumênico”, freqüentemente esquecemos quanto progresso tem sido feito nos últimos quarenta anos e não levamos em conta o modo como um crescimento na união das Igrejas tem favorecido e encorajado iniciativas locais. No fim de sua vida, Oliver Tomkins, que foi bispo de Bristol, escreveu: “toda essa conversa sobre o “inverno do ecumenismo” me faz olhar de novo para os flocos de neve no meu jardim. Talvez a escala de tempo de Deus seja mais ampla do que reconhecemos”.

Uma Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC) foi criada em 1966 e produziu relatórios sobre Eucaristia, o ministério e a autoridade, declarando ter chegado a “acordo substancial” nos dois primeiros desses relatórios. Uma segunda comissão foi organizada em 1983 e examinou outros temas, como salvação e justificação, a natureza da Igreja como comunhão, moral, autoridade na Igreja e Maria. O conjunto desses documentos fornece uma rica teologia ecumênica, para anglicanos e católicos romanos, bem como outros cristãos, considerarem e avaliarem. É necessário haver um período, que chamamos de “recepção”, no qual cristãos comuns, bem como lideranças religiosas e teólogos se perguntam se podem reconhecer os documentos da ARCIC como expressões do evangelho e aprender deles.

Mas o diálogo ecumênico, entre anglicanos e católicos romanos, durante esses quarenta anos, não esteve restrito a debates entre teólogos. Comissões conjuntas e consultas foram estabelecidas em outras partes do mundo. O processo conjunto de consulta nos EUA foi criado em 1965 e tem produzido um bom número de declarações, muitas das quais foram publicadas. Em Papua, Nova Guiné, a Igreja Católica Romana e a Igreja Anglicana entraram num processo de acordo e aliança e os bispos das duas Igrejas têm feito declarações públicas, mais recentemente se pronunciaram sobre a vida da família. Tem havido um crescente reconhecimento, em ambas as Igrejas, de que a busca da unidade e a missão caminham juntas, de que nos aproximamos uns dos outros pela cooperação e a partilha num testemunho comum. Embora permaneça como objetivo – segundo o que declararam o papa João Paulo II e o arcebispo George Carey em 1966 – “a restauração da unidade visível e da plena comunhão eclesial”, há também o reconhecimento de que

iremos superar as barreiras que nos separam através da oração e do trabalho em conjunto, bem como da reflexão teológica.

Crescer Juntos na Unidade e na Missão (daqui para a frente chamado de *Crescer Juntos*) descreve um encontro de bispos anglicanos e católicos romanos que aconteceu em Mississauga, Canadá, em 2001, para avaliar o progresso já feito entre as duas Igrejas e propor um caminho de avanço. Nesse encontro, ao orar juntos e rever o relacionamento entre as duas Igrejas, os bispos decidiram que já havia progresso suficiente para que se pudesse falar de “um impressionante grau de acordo na fé” que fornecia a base para uma ação conjunta, na justiça social e no cuidado pastoral, e para a partilha de uma missão comum em nosso mundo fragmentado”. É importante notar que os bispos não acharam que os temas teológicos careciam de importância mas tomaram a decisão de reconhecer que já haviam alcançado acordo suficiente para permitir que falassem de anglicanos e católicos romanos partilhando “uma rica, vitalizante e multifacetada comunhão”. A Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana para a Unidade e Missão (IARCCUM) foi estabelecida para implementar o plano de missão discutido em Mississauga.

Como está claro no texto *Crescer Juntos*, a compreensão alcançada em Mississauga foi perturbada por eventos que levaram a Comunhão Anglicana a se ver mergulhada em debates sobre sexualidade e ordenação de mulheres ao episcopado. Reconhecendo que essa não era a hora para entrar num novo estágio de relacionamento, o relatório tenta ver o que anglicanos e católicos romanos ainda podem fazer juntos para levar adiante a missão que nos foi dada por Cristo.

Crescer juntos equilibra o realismo diante do presente contexto com uma determinação de preservar o entusiasmo demonstrado em Mississauga pela partilha do testemunho e da missão. Também busca fazer justiça tanto à importância de atingir acordo teológico como ao valor de avançar juntos em passos concretos. Contemplando quatro décadas de diálogo teológico, sugere que, embora muitos progressos tenham sido feitos, existem ainda muitos temas a serem enfrentados. O texto nos lembra que estamos comprometidos com a unidade em diferentes estágios e indaga se esta seria a hora de buscar caminhos pelos quais possamos expressar melhor nossa fé comum. Essa é uma questão que o relatório vai abordar em sua próxima seção. Na segunda parte ele continuará a examinar caminhos pelos quais anglicanos e católicos romanos possam dar passos práticos para aprofundar seu companheirismo e missão.

Questões a considerar

Você acha que estamos vivendo um tempo de “inverno ecumênico” ou vê sinais de primavera?

Que importância você acha que tem a resolução dos desacordos teológicos entre as Igrejas? Você acha que uma vida e missão em comum ajudam a chegar a uma compreensão no nível teológico ou acredita que é impossível trabalhar junto com pessoas das quais você discorda?

Na discussão sobre uniões sexuais do mesmo sexo, anglicanos têm procurado ajuda positiva de outros cristãos, incluindo católicos romanos. Você acha que estivemos certos ao fazer isso ou deveríamos resolver nossos desacordos entre nós?

Crescer Juntos foi preparado por bispos e é endereçado primeiramente a bispos, embora expresse a esperança de que os bispos irão envolver o clero e o laicato nos desafios apresentados no texto. Que responsabilidade você acha que o clero e o laicato têm no avanço da compreensão ecumênica? A função dos bispos é liderar ou eles deveriam também ouvir?

B – A FÉ QUE TEMOS EM COMUM

1 Crença na Trindade e Igreja como Comunhão na Missão (parágrafos 11 a 25)

Na segunda seção da Parte Um, *Crescer Juntos* utiliza documentos anteriores da ARCIC para resumir uma compreensão comum da fé atingida por anglicanos e católicos romanos, embora apontando as diferenças que permanecem. Essa segunda seção está dividida em várias sub-seções. As duas primeiras se referem à crença na Trindade e à Igreja como “Comunhão na Missão”. Nelas se reconhece que ambas as Igrejas já partilham bastante, incluindo o Credo Apostólico e o Credo Niceno-Constantinopolitano, as Escrituras e o sacramento do Batismo. Ambas as Igrejas também reconhecem a importância de um ministério ordenado da supervisão (*episcopate*) para a preservação da unidade da Igreja e da primazia como laço visível e foco para essa unidade. Os católicos romanos, no entanto, sustentam que a Igreja “subsiste na Igreja Católica, que é governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele”. Tem havido muito debate entre os teólogos católicos romanos sobre o que o Vaticano II quis dizer quando usou o termo “subsiste”. *Crescer Juntos* parece aceitar a interpretação de que o Vaticano II quis afirmar que a Igreja está plenamente presente na Igreja Católica Romana mas que “muitos elementos de santidade e verdade são encontrados fora de suas fronteiras visíveis”.

O parágrafo 15 é muito importante. Baseando-se no documento da ARCIC *A Igreja como Comunhão*, o relatório acentua o significado que o Novo Testamento dá ao conceito de *koinonia* ou comunhão. Como cristãos, somos chamados a ser discípulos de Jesus em comunhão com outros. Na Igreja temos união com Deus através de Cristo no poder do Espírito e união com os fiéis, nossos companheiros. A comunhão da Igreja não é uma coisa escondida ou secreta mas algo que tem expressão visível. Cristãos batizados são unidos pela pregação apostólica em igrejas locais ou dioceses para confessar a única fé e celebrar a Eucaristia sob a liderança do ministério apostólico. Essas igrejas locais estão unidas pela fé, pelos sacramentos e por um comum ministério com outras igrejas espalhadas pelo mundo. Há lugar para diversidade mas a unidade também é mantida.

Essa compreensão da fé cristã contradiz as visões de muitos no Ocidente, que pertencem ao que tem sido chamado “uma geração que está em busca”. Pessoas que pensam dessa maneira frequentemente vêem a espiritualidade como uma procura privada por transformação. Em outras partes do mundo pode haver alguma preocupação a respeito do conceito de comunhão usado no relatório, julgando-o muito restrito e falho no reconhecimento da comunhão entre os vivos e os mortos, que está certamente implícita na linguagem sobre “comunhão dos santos”. Num mundo em que as forças da globalização estão aproximando os povos, mas também tornando-os ansiosos pela preservação da própria identidade, a Igreja é chamada a oferecer um modelo de unidade na diversidade, de uma comunhão em que a confissão de uma fé comum não exclui expressões de fé e culto que são apropriadas à cultura local. Surpreendentemente, esse tópico recebe pouca atenção.

Questões a considerar

De acordo com o relatório, anglicanos estão dando atenção renovada à natureza e ao papel de suas estruturas internacionais. Você está preocupado com a possibilidade de que isso dê muito poder aos Instrumentos de Comunhão (como o arcebispo de Canterbury, os Primazes, a Conferência de Lambeth e o Conselho Consultivo Anglicano) ou você acha que precisamos aprender a tomar decisões juntos sobre tópicos importantes?

Podemos aprender algo da maneira como o ministério petrino presta serviço à Igreja universal na Igreja Católica Romana ou achamos que ali há controle demais a partir do centro?

Como você expressaria o valor da Igreja como comunhão a alguém que acha que pode ser um seguidor de Jesus sem estar ligado a nenhuma instituição?

2 Escritura e Tradição (parágrafos 26 a 32)

Ainda se fazem tentativas de colocar a Escritura contra a tradição, mas está errado pensar num choque entre elas. Tanto anglicanos como católicos romanos crêem que Deus nos falou em Cristo, a Palavra feita carne. Cristo se torna presente pelo Espírito em todas as épocas para convidar todos os seres humanos a uma vida de comunhão com Deus. O Espírito age para conservar a memória da fé atuante e viva. À medida que a Igreja passa por diferentes períodos da história e entra em contato com novas culturas, novos aspectos da verdade revelada em Jesus são desvendados e assim a tradição pode ser vista como o fruto do Espírito que vive na Igreja. O cânon da Escritura, porém, existe como padrão e norma para testar a memória da Igreja e conservá-la fiel ao testemunho apostólico. A pregação e o ensino sempre necessitam ser testados pela Escritura. Declarações com força de autoridade, provenientes de concílios gerais, nos ajudam a interpretar a Escritura e nos fornecem doutrinas a serem acatadas sobre a fé cristã. Os anglicanos reconhecem os primeiros quatro concílios, mas discordam da Igreja Católica no que diz respeito ao status dos concílios subsequentes.

Questões a considerar

O relatório fala da Palavra revelada sendo recebida e comunicada “através de toda a comunidade cristã”. Como você acha que isso acontece?

“Tradição é a fé viva dos mortos; tradicionalismo é a fé morta dos vivos” (Jaroslav Pelikan). Como você distinguiria “tradição” de “tradicionalismo”?

Como a vida na Igreja ajuda você a interpretar as Escrituras?

Você pode pensar em modos pelos quais novos aspectos do evangelho tenham sido desvelados à medida que a Igreja entrou em contato com outras culturas?

3. Batismo e Eucaristia (parágrafos 33 a 49)

Crescer Juntos registra uma compreensão comum do Batismo como um sacramento de iniciação pelo qual somos incorporados à Igreja e iniciamos um processo de santificação no poder do Espírito Santo, que dura a vida inteira. Para ambas as Igrejas, o

Batismo é irrepitível. Cada Igreja reconhece os batismos administrados pela outra Igreja e o relatório se refere ao Batismo como “um laço de unidade entre nós”. Ele também fala de um crescimento conjunto na compreensão da Confirmação como um “empoderamento pelo Espírito Santo para o testemunho e a missão” mas deixa de mencionar que as confirmações anglicanas não são reconhecidas como válidas pelos católicos romanos. Mesmo assim, *Crescer Juntos* é direto em sua declaração de que “nossa fundamental comunhão batismal nos dá uma responsabilidade partilhada de testemunhar tão plenamente quanto possível diante do mundo e de ser sinal da nova vida vivida pelo corpo de Cristo”.

A ARCIC I afirmou que havia atingido “acordo substancial” em sua discussão da Eucaristia e havia encontrado meios de expressar a doutrina do sacrifício eucarístico e da presença de Cristo no sacramento de maneira aceitável para ambas as Igrejas. *Crescer Juntos* revê as anteriores declarações da ARCIC e concorda que, embora haja um único sacrifício de Cristo no Calvário, esse sacrifício se torna sacramentalmente presente aqui e agora por um processo de “fazer memória” que é bem mais rico do que simplesmente pensar em alguma coisa que aconteceu há muito tempo atrás. Ele envolve trazer, para o presente, eventos passados. Cristo está sacramentalmente presente na Eucaristia para transmitir as realidades da nova criação: “o pão desta vida se torna o pão da vida eterna”. Ao mesmo tempo, a presença de Cristo não pode ficar restrita aos elementos: ele está também presente no meio da congregação que participa do culto e quando a Palavra é proclamada. A Eucaristia é a “refeição do Reino”, uma antecipação da nova criação prometida na Ressurreição.

Embora haja bastante concordância na compreensão da Eucaristia, não pode acontecer um movimento na direção da plena comunhão porque a Igreja Católica Romana não concede oficialmente pleno reconhecimento das ordens anglicanas e porque ela ensina que aqueles que não estão em plena comunhão com ela só podem receber a Santa Comunhão em situações excepcionais de necessidade espiritual. Os anglicanos admitem, à Santa Comunhão, crentes batizados que sejam membros comungantes de outras comunidades cristãs. A omissão do termo “Igrejas cristãs” aqui provavelmente reflete a recusa dos católicos romanos em relação à aplicação desse termo a outros corpos eclesiais. Essa é uma questão que o relatório deveria ter abordado de forma direta.

Questões a considerar

Você acha que a compreensão do sacrifício eucarístico e da presença de Cristo na Eucaristia delineada nesse relatório e nos documentos da ARCIC é familiar aos leigos e é usada no ensino anglicano sobre os sacramentos?

Como podemos buscar um destaque para nossa compreensão comum do Batismo e das obrigações que a ele se seguem?

Você concorda com a visão católica romana de que a partilha da Eucaristia antes de ser atingida a plena comunhão deixaria as pessoas menos empenhadas na busca do progresso da união ou você acha que a partilha da Eucaristia levaria a um real crescimento no companheirismo que naturalmente nos conduziria à união?

Crescer Juntos resume a compreensão de ministério apresentada em documentos anteriores da ARCIC e nas elucidações oficiais produzidas sobre eles. Afirma que o Espírito Santo concede dons ou carismas a todos os membros da Igreja para serem usados tanto no serviço à comunidade cristã como ao mundo, mas destaca a situação distinta do ministério ordenado. O documento diz que a palavra “sacerdócio” é usada por analogia quando aplicada ao ministério sacerdotal comum de todo o povo de Deus e ao ministério ordenado. De certa forma, o Vaticano II colocou isso de maneira mais positiva na *Lumen Gentium* quando declarou que, embora o sacerdócio ordenado e o sacerdócio comum dos leigos sejam distintos, eles são, no entanto, dirigidos um ao outro e cada um toma parte, a seu modo, no sacerdócio de Cristo (ver *Lumen Gentium* 10). Embora *Crescer Juntos* apresente o ministério apostólico enraizado no chamado de Cristo e ensine que ele é um sinal de continuidade na Igreja, reconhece que não há evidência de que a forma atual de ministério existia nos tempos do Novo Testamento e, em vez disso, diz que uma “providencial forma tripla de ordenação dos ministérios de bispos, presbíteros (padres) e diáconos surgiu a partir dos padrões de ministério do Novo Testamento, sob a orientação do Espírito Santo” (parágrafo 52).

Descrevendo o ministério dos bispos, o relatório acentua sua importância como sinais de unidade e continuidade na Igreja e sua responsabilidade de ensinar a fé apostólica. O destaque para o ministério de ensino do bispo deve ser bem recebido, mas talvez se pudesse dizer mais sobre a necessidade de garantir que a fé apostólica seja preservada e ensinada em linguagem significativa para a geração presente e para as diversas culturas do mundo. Os que fazem comentários sobre as idéias anglicanas atuais a respeito da função episcopal freqüentemente lamentam que bispos demais parecem ter uma compreensão burocrática de seu ofício, vendo seu trabalho como um meio de manter o espetáculo funcionando, em vez de promover um pensamento cristão comum alimentado por oração, culto, Escritura e tradições (para ter um exemplo desse tipo de crítica veja o que dizem Ephraim Radner e Philip Turner em *O destino da comunhão*). *Crescer Juntos* oferece um antídoto para isso.

O ensinamento oficial católico romano sobre as ordens anglicanas foi expresso por Leão XIII e as considera inválidas. O relatório corretamente afirma que isso é um obstáculo a relações de proximidade entre as duas Igrejas mas prossegue argumentando que qualquer futura avaliação dessa questão teria que levar em conta a compreensão comum do ministério apresentada nos documentos da ARCIC. Ele não menciona a presença de bispos Vétero-Católicos em ordenações episcopais em partes da Comunhão Anglicana. A ordenação de mulheres, tanto ao presbiterato como ao episcopado, em várias províncias anglicanas criou uma nova dificuldade ecumênica. A discussão desse tema, com os católicos romanos, provavelmente se tornou mais difícil por ter o papa João Paulo II determinado que esse não é um assunto sujeito a debate na Igreja Católica Romana. O relatório da Comissão de Eames deixou claro que os anglicanos não se consideram habilitados a fazer uma decisão final sozinhos sobre a ordenação das mulheres. Quando deram esse passo, fizeram isso sabendo que a questão continua em aberto e permanecerá assim até que seu desenvolvimento tenha sido acolhido mais amplamente pela Igreja.

Questões a considerar

Você acha que *Crescer Juntos* dedica atenção suficiente ao ministério do laicato? Sua igreja está fazendo o suficiente para oferecer formação ao laicato?

Como você acha que os bispos deveriam exercer seu ministério de ensino na Igreja? Em que o ministério de ensino deles difere do serviço prestado pelos teólogos?

Até que ponto a recusa de Roma ao reconhecimento da validade das ordens anglicanas é um sério obstáculo a laços ecumênicos mais capazes de nos unir? Você vê um caminho para avanço nessa área?

Você concorda com a compreensão de ministério ordenado apresentada nesse relatório? Você acha que tal compreensão exclui a possibilidade de um leigo presidir a Eucaristia?

5 Autoridade na Igreja (seções 62-76)

Um novo e interessante argumento usado nessa seção é que a “autoridade tem uma dimensão missionária”. Quando adequadamente exercida, ela garante que o Evangelho seja proclamado “com poder e no Espírito Santo com plena convicção”. Todos os cristãos concordam que sua autoridade primordial é Jesus Cristo. Levantam-se discussões sobre se Cristo continua a exercer sua autoridade na Igreja para possibilitar que seus seguidores compreendam a mensagem do evangelho e para que respondam aos projetos de Deus e, se assim for, como essa autoridade é exercida. Os cristãos que argumentam que as Escrituras são claras e podem ser compreendidas por todos os crentes, com a ajuda do Espírito Santo não vêem a necessidade de nenhum intérprete ou guia provido de autoridade. Vários anglicanos aceitam essa posição. Muitos cristãos, porém, defendem que o significado da Escritura nem sempre é claro e direto e que o Evangelho precisa constantemente ser expresso de modo novo à medida que entra em contato com um mundo que tem novos modos de ver. Se estamos falando de um Deus que se revela a nós continuamente, deve haver um mecanismo reconhecido para permitir que isso aconteça.

No decorrer da história da Igreja, duas formas de autoridade foram particularmente acolhidas pelos cristãos: concílios da Igreja universal e o papado. Embora seja tentador sugerir que os anglicanos em geral preferiram a primeira forma, reconhecendo especial autoridade aos quatro primeiros concílios da Igreja, e os católicos romanos deram mais valor à segunda, a questão não é assim tão clara. Como fica claro que o reconhecimento das decisões conciliares tem que ser recebido pela Igreja mais ampla, mesmo os concílios não se propõem a decidir os assuntos por si mesmos, mas se perguntam o que o Espírito Santo está dizendo aos fiéis cristãos. Em outras palavras: eles têm a função de determinar a opinião do *sensus fidelium*, a fé e o pensamento comum do povo de Deus. Em anos recentes, teólogos católicos romanos levantaram a mesma questão a respeito do papado. Quando fala com autoridade- argumentam eles – supõe-se que o papa articule o que o Espírito Santo está dizendo aos fiéis. Antes da proclamação da doutrina sobre a Assunção, em 1950, Pio XII consultou os bispos da Igreja Católica Romana. Foi divulgado que 98 por cento dos bispos católicos acreditavam que tal doutrina era possível e oportuna.

Crescer Juntos é bem claro quando diz que “cada geração tem que traduzir profeticamente o Evangelho”. O que ele não deixa explicitamente claro é como a Igreja, no seu todo, cresce na sua compreensão do Evangelho à medida que esse processo se desenvolve em diferentes partes do mundo. Teologia negra, teologia dos povos do Pacífico, teologia africana, teologia da libertação, teologia melanésia e muitas outras formas de teologia têm produzido interpretações que aprofundaram a compreensão da Igreja universal. O pluralismo pode enriquecer o corpo todo. Ao mesmo tempo, há necessidade de cuidadoso discernimento para garantir que o Evangelho não seja mal

interpretado ou distorcido. A teologia da “Igreja alemã” na década de 1930 ou o apoio dado ao apartheid por igrejas na África do Sul são exemplos de teologias locais que de fato distorceram o Evangelho. As igrejas locais não podem sempre providenciar elas mesmas a supervisão. Elas precisam consultar-se com companheiros de fé que estão fora de seu contexto e que possam ajudar no processo de discernimento. É por isso que precisamos de primazes, sínodos e concílios.

Embora anglicanos e católicos romanos assumam uma abordagem semelhante, há consideráveis diferenças quanto à ênfase dada a cada aspecto. Os anglicanos estão mais dispostos do que os católicos romanos a permitir que decisões sejam tomadas em nível local e há uma considerável relutância em interferir na autonomia das províncias. A autonomia das províncias foi sustentada pela Conferência de Lambeth no caso de decisões sobre a ordenação de mulheres ao episcopado, mas geralmente se argumenta que isso não se aplicaria às decisões sobre sexualidade. Muitos católicos romanos sentem que sua Igreja é demasiadamente centralizada e não consulta as igrejas locais.

Como o relatório indica, há algumas divisões entre os anglicanos sobre o papel do papado. Muitos anglicanos vêem a necessidade de um ministério universal de supervisão na Igreja e não acham que seja certo inventar um novo ministério desse tipo quando existe o papado. Outros anglicanos não querem um papado que funcione do jeito como o atual funciona. Outros permanecem comprometidos com a autonomia das províncias e com o que tem sido chamado de “unilateralismo eclesial”. A infalibilidade e a jurisdição universal do bispo de Roma são tópicos de discussão para os anglicanos. É verdade que tem havido poucos pronunciamentos papais infalíveis, mas, como observou Hans Kung, existe algo como que uma “infalibilidade insinuante”, de tal forma que os pronunciamentos papais são tratados na prática como se fossem infalíveis. *Crescer Juntos* declara que, embora os anglicanos rejeitem a infalibilidade, eles de fato crêem na “indefectibilidade da Igreja”, que a conserva fiel ao Evangelho e às Escrituras sem ter algum organismo capaz de fazer declarações infalíveis. O relatório não dirige sua atenção para a objeção de que o conceito de infalibilidade não teria grande valor se a Igreja não puder fazer declarações definitivas sobre a fé que professa. Outro tema que não é abordado pelo relatório é o desenvolvimento de procedimentos de consulta numa Igreja dividida. Se um terceiro Concílio Vaticano fosse convocado, que papel as “comunidades eclesiais” não católicas romanas seriam chamadas a desempenhar?

Questões a considerar

“O dogma da infalibilidade da Bíblia não é mais auto evidente do que a infalibilidade dos papas” (Thomas Henry Huxley). Como você compreende a autoridade das Escrituras? Você acha que o significado das Escrituras é claro e não necessita de interpretação com autoridade?

Você está contente com a idéia de “autonomia das províncias” na Comunhão Anglicana ou gostaria de ver mais processos de consulta dentro da Comunhão?

Você consegue ver um papel positivo para o papado na Igreja mais ampla? Poderiam os anglicanos aceitar um papado reformado?

Como você percebe a expressão do *sensus fidelium* na sua igreja?

6 Discipulado e Santidade (seções 77 a 87)

Ao tratar de ética e discipulado cristão, *Crescer Juntos* percebe muito em comum entre anglicanos e católicos romanos na sua crença na dignidade e nos direitos da pessoa humana, em sua afirmação de que seres humanos são feitos para a vida em comunidade, em seu destaque para a autoridade da Escritura e uso da lei natural na argumentação sobre a moral, em sua convicção de que o casamento é compromisso exclusivo para a vida inteira entre um homem e uma mulher. Mas também aponta diferenças no ensino sobre tópicos como o momento preciso em que começa a vida no útero, a possibilidade de divórcio e novo casamento, a contracepção. Considerando o fato de que ambas as Igrejas usam a Escritura e a lei natural na sua argumentação sobre moral, é interessante questionar por que ocorre tal diferença. Seria porque entre os anglicanos os leigos costumam ser envolvidos na formulação de documentos e políticas de ação nos sínodos? Pesquisas de opinião, em países do Ocidente, mostram que grande número de leigos na Igreja Católica Romana discordam da posição de sua Igreja com respeito à contracepção e até ao aborto.

Crescer Juntos indica uma larga medida de acordo entre anglicanos e católicos romanos a respeito de doutrina social. A publicação do *Compêndio de Doutrina Social Católica* tornou público um importante resumo do ensinamento social católico romano. O uso do termo “doutrina social” sugere que tal ensinamento é apresentado com autoridade para ser levado a sério pelos membros da Igreja.

Recentemente tem havido debate na Igreja Católica nos EUA sobre um assunto que não é mencionado em *Crescer Juntos*: o grau em que católicos romanos eleitos para cargos representativos são obrigados a seguir o ensinamento de sua Igreja quando chamados a votar sobre assuntos como aborto e parcerias civis. Dependendo da decisão de bispos locais, alguns políticos enfrentaram excomunhão. Os anglicanos estão propensos a achar que tal prática viola a consciência de quem foi eleito representante do povo e que apresenta o risco de que a Igreja seja vista como organização que tenta forçá-los a fazer o que ela quer. A maioria dos cristãos concorda que a fé deve influenciar decisões políticas e que a religião não pode ser banida do espaço público, mas é preciso pensar mais sobre como os cristãos permitiriam que suas crenças influenciassem sua visão de questões políticas e sociais. Bispos católicos têm apelado à lei natural como algo obrigatório a todas as pessoas para justificar intervenções políticas destinadas a barrar a pesquisa de células tronco ou o reconhecimento de uniões de pessoas do mesmo sexo. Contra essa postura, tem sido levantado o argumento de que as pessoas podem discordar a respeito do que a lei natural de fato exige.

A declaração meio solta no parágrafo 84, dizendo que “a guerra, como meio de resolver disputas internacionais, é incompatível com o ensinamento de nosso Senhor Jesus Cristo” poderia dar a impressão de que os cristãos estão comprometidos com o pacifismo. Muitos cristãos acreditam que, num mundo decaído, guerras são, às vezes, inevitáveis seja como auto-defesa seja para preservar a justiça.

Questões a considerar

Você acha possível falar de uma “lei natural” quando as pessoas que aceitam esse conceito chegam a diferentes conclusões sobre temas como controle da natalidade?

Você acha que existe concordância suficiente entre anglicanos e católicos romanos para que eles cheguem a um posicionamento comum sobre temas morais e sociais?

Você está familiarizado com o ensinamento social da Igreja Católica Romana, expresso em documentos como *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931), *Pacem in Terris* (1963), *Laborem Exercens* (1981) e *Centesimus Annus* (1991)?

Você está vendo as Igrejas Anglicana e Católica Romana oferecendo testemunho profético em sua sociedade? Quão frequentemente elas conseguem fazer isso juntas?

7. A bendita Virgem Maria (parágrafos 88 a 92)

As atitudes dos anglicanos em relação a Maria variam bastante. Como o relatório claramente declara “anglicanos e católicos concordam que só pode haver um mediador entre Deus e a humanidade, Jesus Cristo, e rejeitam qualquer interpretação do papel de Maria que obscureça essa afirmação” (parágrafo 89). Ele resume uma compreensão de doutrinas controversas sobre a Imaculada Conceição e a Assunção que aparece no documento da ARCIC *Maria: Graça e Esperança em Cristo*. Muitos anglicanos ficarão decepcionados com o que é dito sobre a prática de solicitar intercessão a Maria e aos santos. Embora se reconheça que alguns anglicanos fazem isso, e se diga que isso não é um fator de divisão na comunhão, nenhuma explicação positiva de tal prática é apresentada. Os anglicanos que pedem a intercessão de Maria e dos santos fazem isso porque acreditam que a Igreja é uma comunhão que engloba os vivos e os mortos. Deus quer que orem uns pelos outros e peçamos a outros que orem por nós porque esse é um modo de nos unir no amor. Isso é parte do mistério da prece de intercessão. Não pedimos as preces de Maria e dos santos porque tememos ir diretamente a Deus, da mesma forma que não é por isso que pedimos aos amigos que orem por nós. Pedimos a eles que orem porque isso nos une em companheirismo e comunhão. Deus quer nos ajudar através das petições de outras pessoas. Maria e os santos são exemplos, modelos de vida, fontes de inspiração e encorajamento. São também amigos que se colocam ao nosso lado, companheiros discípulos que nos sustentam em nossa peregrinação. Nenhum cristão está obrigado a solicitar as preces de Maria e dos santos mas esse costume é um poderoso meio de lembrar a natureza da Igreja como comunhão.

Questões a considerar

O relatório diz que a devoção a Maria e a invocação dos santos é “pouco familiar” ou “estranha” para muitos anglicanos. Você acha que temos algo a aprender de tal devoção?

Você poderia pensar em atos conjuntos de devoção a Maria e aos santos entre a sua congregação e uma congregação católica vizinha?

Você acha que *Crescer Juntos* faz justiça à idéia de Maria como discípula? O que nos diz o Novo Testamento sobre isso?

Parte 2: CAMINHO PARA A UNIDADE A MISSÃO COMUM

Depois de descrever resumidamente a fé que anglicanos e católicos romanos têm em comum e tratando com honestidade as diferenças que permanecem, os bispos da

IARCCUM continuam indagando como sua fé comum pode ser demonstrada através da ação. As sugestões se organizaram em quatro blocos.

1. Expressões visíveis da nossa fé comum (parágrafos 100 a 103)

Todas essas sugestões são extremamente valiosas. Há muito mérito na sugestão de programas conjuntos para a preparação do Batismo e de produção partilhada de material catequético. Não se menciona o RICA (Rito de Iniciação Cristã para Adultos), que é mais comum nas igrejas católicas romanas do que nas anglicanas, embora algumas paróquias anglicanas tenham adotado esse tipo de programa. Essa é uma área na qual os anglicanos podem ter proveito em aprender dos católicos romanos. A questão das conversões de uma Igreja para outra não é abordada mas há meios de se ver isso numa luz positiva. Muito freqüentemente os convertidos dirão que a vida na Igreja que estão deixando os preparou para dar esse novo passo. É importante que as conversões não sejam sentidas como “traições” e nem causem amargura.

O relatório está correto ao recomendar variadas formas de “ecumenismo espiritual” como por exemplo: celebrações conjuntas de oração diária, presença não comungante na Eucaristia uns dos outros, bem como oração pública em ambas as Igrejas em favor de bispos anglicanos e católicos e outras lideranças eclesiais, incluindo o papa. Retiros em conjunto podem ser incentivados. Como tem crescido na Igreja Anglicana a prática de ter dioceses irmãs em diferentes partes do mundo, seria bom se, em nível local, dioceses anglicanas e católicas romanas desenvolvessem essa relação de igrejas irmãs, talvez concretizada em alguma forma de aliança.

2. Estudo conjunto da nossa fé (parágrafos 104 a 107)

O relatório faz sugestões a respeito de estudo conjunto, incluindo estudos bíblicos, oficinas em conjunto para pregadores e estudo dos documentos da ARCIC. O crescente uso de períodos sabáticos por clérigos em partes da Comunhão Anglicana abre a possibilidade de uso desse tempo para estudo ecumênico e estadia em um monastério ou seminário católico romano. Já há muitas partes do mundo em que seminários e institutos de teologia anglicanos trabalham bem ligados com seminários católicos romanos, porém se poderia fazer mais para promover cooperação entre programas de formação locais e diocesanos. Cursos em conjunto poderiam ser planejados para a Quaresma. Os anglicanos não deveriam ter receio de reconhecer aquelas áreas em que teriam algo a aprender dos católicos romanos. Em muitas partes do mundo, a Igreja Católica Romana tem estado na linha de frente na promoção da inculturação, particularmente na liturgia. Os anglicanos às vezes ficaram para trás nessa área, embora freqüentemente tenham mais liberdade para implementar mudança do que os católicos romanos. Discussões conjuntas sobre inculturação e teologias locais podem ser frutuosas.

3. Cooperação no Ministério (parágrafos 108 a 117)

Deve ser dito que, no que diz respeito a propostas para cooperação no ministério, as propostas feitas nesse relatório não são de longo alcance e podem até estar aquém do que já está acontecendo. Entre as sugestões estão a inclusão de bispos anglicanos em visitas *ad limina* a Roma, cooperação na formação, fortalecimento de laços entre ordens religiosas, partilha de talentos entre ministros leigos e mais consulta sobre decisões pastorais. Em muitas capelanias hospitalares na Inglaterra, anglicanos e católicos romanos já trabalham

juntos, em equipe. Poderia esse modelo de trabalho pastoral conjunto, que respeita as normas para a partilha eucarística, ter uma aplicação mais ampla?

4. Testemunho Partilhado no Mundo (parágrafos 118 a 125)

O relatório faz a importante sugestão de que, onde anglicanos e católicos romanos tenham sido culpados de contribuir para o desenvolvimento de conflitos comunitários, deveria haver demonstrações de arrependimento e de disposição para o trabalho conjunto. Embora as causas profundas do, assim chamado “conflito religioso”, sejam frequentemente étnicas, culturais ou econômicas, as Igrejas estão erradas quando permitem que a filiação religiosa seja usada como rótulo de identidade tribal num conflito e todos os líderes religiosos precisam estar conscientes do perigo de tal coisa acontecer. Há um risco considerável de algo assim acontecer, nos dias de hoje, entre cristãos e os seguidores de outros tipos de fé. A ação conjunta de anglicanos e católicos romanos para promover diálogo inter-religioso não é mencionada nesse relatório, mas poderia ser um produtivo campo de atividade. Teólogos anglicanos e católicos romanos não estão divididos por fidelidade denominacional nessa questão. Há um padrão similar de opinião em ambas as Igrejas e seria possível para os líderes das duas Igrejas a formulação de uma abordagem comum. Em todas as áreas de testemunho comum no mundo, deveriam ser feitas tentativas para envolver outras Igrejas e denominações sempre que possível.

Na Europa, o fim da Cristandade e a crescente percepção de que os valores cristãos não vão moldar as políticas públicas, a não ser que os cristãos se pronunciem a respeito, tem possibilidade de promover uma maior cooperação entre a Igreja Católica Romana e as outras. Acabaram-se os dias de domínio da Igreja e de acesso privilegiado aos corredores do poder. Mas é importante que o espaço não seja dado a extremistas e que as principais Igrejas contribuam para o debate público com sensibilidade e de modo responsável. Nos Estados Unidos há preocupação sobre a influência do Direito Religioso. Em certos temas, como aborto e bênção à união de pessoas do mesmo sexo, os bispos católicos romanos se apresentam como defensores desse tipo de Direito. Outros grupos cristãos podem precisar continuar insistindo com os bispos para que considerem uma agenda social e política mais ampla. Na África, bispos católicos romanos e anglicanos podem trabalhar juntos para estimular um bom governo. No entanto, pode haver necessidade de maior diálogo sobre a maneira adequada de dar testemunho cristão na política (veja comentário sobre a Parte Um, seção B 6). Os críticos dizem que é fácil para os líderes eclesiais fazer declarações ou dar material para a imprensa. Talvez se deva refletir mais sobre iniciativas conjuntas práticas para lidar com problemas como crime juvenil, tensão étnica, AIDS ou privação de direitos.

O relatório estimula participação conjunta na evangelização, cooperação no ministério a serviço da juventude e escolas partilhadas por católicos romanos e anglicanos. Também se refere à possibilidade de aprender de novos grupos ou movimentos. Alguns desses novos grupos que agem na Igreja Católica Romana, como *Opus Dei*, têm reputação de conservadores (embora não todos). Mas é importante que os institutos seculares e outros organismos tentem preparar os leigos para que o testemunho e o serviço no mundo sejam um caminho para o diálogo ecumênico com os anglicanos. Os anglicanos deveriam estar dispostos a aprender com eles. Alguns podem estar prontos para seguir o exemplo do Cursillo e abrir suas portas aos anglicanos. Nada é dito no relatório sobre a cooperação no uso da internet ou dos meios de comunicação de massa. Em partes da África há uma grande demanda por vídeos e cassetes religiosos e a expansão das redes de televisão abre oportunidades para as Igrejas. Em Papua, Nova Guiné, as Igrejas Anglicana e Católica

Romana têm desempenhado papel importante no estabelecimento da Associação Religiosa de Televisão para fazer programas para as televisões locais.

Questões a considerar

Qual o alcance que você percebe nas sugestões feitas nas quatro seções da Parte Dois? Onde você gostaria de ver um progresso maior?

Que orientações você consideraria apropriadas para uma escola partilhada por anglicanos e católicos romanos?

Até que ponto líderes anglicanos e católicos romanos têm sido capazes de oferecer um testemunho comum na sociedade em que você vive? Sobre que problemas você acharia importante que eles se pronunciassem?

Que problemas e oportunidades você consegue ver no desenvolvimento de um ministério pastoral conjunto?

C. Conclusão (parágrafos 126 a 135)

David Bosch, um conhecido teólogo presbiteriano da África do Sul, descreveu a missão como algo que se liga a “cruzar fronteiras”. “Ela descreve a tarefa completa que Deus determinou para a salvação do mundo”, escreveu ele. “É a tarefa da Igreja em movimento, a Igreja que vive para outros, a Igreja que não se preocupa somente consigo mesma, mas se volta do avesso na direção do mundo”. (David Bosch: Testemunho para o Mundo, Londres, 1980, página 17). Ele prosseguiu escrevendo:

A missão acontece onde a Igreja, em seu total envolvimento com o mundo e na plena extensão de sua mensagem, dá testemunho na forma de serva, com relação à descrença, à exploração, à discriminação e à violência, mas também no que diz respeito à salvação, à cura, à libertação, à reconciliação e ao correto procedimento. (ibid, página 18)

No Apêndice I temos referências às perspectivas anglicanas e católicas romanas sobre a missão. Ambas as Igrejas consideram a unidade importante para a missão. Não são importantes só a cooperação e o trabalho conjunto. A unidade da Igreja deveria, nas palavras da Conferência de Lambeth de 1998, ser sinal do tipo de vida que Deus deseja para toda a humanidade. Deveria ser “uma amostra do Reino de Deus”. Isso torna urgente a busca da unidade orgânica e da restauração da plena comunhão. Tal tarefa se desenvolverá de variadas maneiras, incluindo diálogo sobre os temas teológicos em que não há acordo. Mas os cristãos também podem se aproximar uns dos outros dando testemunho comum ao mundo e aprendendo a trabalhar juntos, em um bom número de áreas. O dilema com que IARCCUM se defronta é saber o quanto podemos avançar nessa direção sem perder a fidelidade a nossas crenças básicas. A recusa da Igreja Católica Romana em reconhecer as ordens anglicanas é, sem dúvida, uma grande barreira.

Talvez ambas as Igrejas precisem refletir sobre o fato de que, embora haja sérias divisões dentro de suas próprias fileiras, elas têm até agora conseguido, no entanto, permanecer unidas apesar de alguns cismas menores. Os anglicanos estão aprendendo a permanecer unidos, apesar das divisões a respeito da ordenação de mulheres e da

sexualidade, e grupos católicos romanos se dividem pelos mesmos problemas. Às vezes, se diz que as divisões principais não se situam entre as Igrejas, mas dentro das Igrejas. Os líderes das Igrejas, os ecumenistas e teólogos devem refletir mais seriamente sobre isso e indagar que lições podemos aprender daí.

A Assembléia de Camberra do Conselho Mundial de Igrejas se referiu ao ecumenismo como “um dom e um chamado”. Os que desanimam por causa de um inverno ecumênico precisam lembrar disso. A unidade, às vezes, é algo que somos chamados a buscar, mas também é um dom de Deus à sua Igreja. O Espírito Santo nos surpreende. As mudanças que começaram a influenciar a Igreja, desde a década de 1960, não eram expectativa amplamente difundida. Em se tratando de ecumenismo, em vez de desanimar temos que manter nosso empenho no trabalho com cristãos de outras Igrejas, tanto católicos romanos como outras denominações, confiando que o Espírito Santo está em ação para realizar o desejo de Nosso Senhor: que seus seguidores sejam plenamente um. Em João 17, Jesus ora para que seus seguidores sejam um. “Como tu, Pai, estás em mim, e eu em ti. Que eles estejam em nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste.” (João 17,21). Cristo pede que a comunhão da Igreja na terra seja um reflexo da vida da Trindade. Quando essa prece for atendida, a Igreja será verdadeiramente “comunhão na missão”.

Paul Richardson